MINISTÉRIO DO TURISMO
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E FOMENTO
CENTRO LUCIO COSTA – ESCOLA DO PATRIMÔNIO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

HELENA AMANDA FALLER TAGARRO

# A Geopolítica do Patrimônio de Fronteira: o território transfronteiriço das Missões Jesuíticas no Cone Sul-americano

RIO DE JANEIRO

2021

HELENA AMANDA FALLER TAGARRO

# A Geopolítica do Patrimônio de Fronteira: o território transfronteiriço das Missões Jesuíticas no Cone Sul-americano

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antonio Sotratti

RIO DE JANEIRO

2021

Essa pesquisa foi definida a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional do Departamento de Cooperação e Fomento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Tagarro, Helena Amanda Faller

T125

A Geopolítica do Patrimônio de Fronteira: o território transfronteiriço das Missões Jesuíticas no Cone Sul-americano/ Helena Amanda Faller Tagarro – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

134 f.:il

Orientador: Marcelo Antonio Sotratti

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2021.

1. Geopolítica. 2. Patrimônio Cultural. 3.Patrimônio Internacional. 4. Fronteiras. I. Sotratti, Marcelo Antonio. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.690981

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Helena Amanda Faller Tagarro

"A Geopolítica do Patrimônio de Fronteira: o território transfronteiriço das Missões Jesuíticas no Cone Sul-americano"

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Defesa online em: 28 de abril de 2021

Banca Examinadora:

_____

Professor Dr. Marcelo Antonio Sotratti (orientador e presidente da banca) – MP/IPHAN

_____

Professor Dr. Dirceu Cadena de Melo Filho – UFCE

_____

Professora Dra. Luana Cristina da Silva Campos – MP/IPHAN

## AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos aos meus pais, que desde sempre me incentivaram a estudar, sendo bons exemplos na minha vida. Eles que estiveram comigo nos momentos mais difíceis da minha vida e nunca desistiram de mim.

Agradeço às minhas tias Irene, Rosângela e Suely que me deram todo suporte necessário para que eu realizasse esse mestrado.

Agradeço ao meu orientador Marcelo Sotratti que foi um verdadeiro anjo no meu caminho dentro do mestrado, ele que soube enxergar o meu potencial e me ajudou a desenhar essa pesquisa que se tornou a realização de um sonho. Obrigada Marcelo por acreditar na proposta, pela paciência e dedicação comigo.

Agradeço a todos do Mestrado Profissional. A coordenação, em especial Lia Motta e Claudia Baeta pela atenção e bons conselhos. Aos professores, pela dedicação e esforço em nos passar seus conhecimentos tão vastos, mas em tão pouco tempo. Além de agradecimentos, vocês merecem parabéns, pois fizeram um excelente trabalho. Aos meninos do administrativo, Walace, Felipe e José por sempre estarem disponíveis para nos ajudar com alegria e dedicação, pelos momentos divertidos dos intervalos e pelos excelentes cafés com docinhos.

Agradeço ao Departamento de Cooperação e Fomento que foi uma família para mim durante o período das práticas supervisionadas. Um agradecimento especial à minha supervisora Candice, pela parceria dentro e fora do IPHAN, pelos ensinamentos e carinho. Agradeço ao Pedro por me ajudar a organizar um banco de dados georreferenciados dos bens missioneiros; graças a esse apoio, pude elaborar os mapas presentes nessa dissertação.

Agradeço à Joara, por me receber tão bem em Brasília e ter se tornado uma ótima amiga, sendo acolhedora e companheira. À Michelly, por sua amizade e carinho, por me escutar em vários momentos de frustração e ser uma grande parceira de vida. Agradeço à tia Fátima, por ter sido uma mãe para mim, principalmente nos momentos em que mais precisei da minha, sou grata por abrir as porta da sua casa, pelas broncas necessárias e pelo carinho manifestado.

Agradeço aos meus colegas do mestrado, pelo período que estivemos juntos nos módulos de aula, trocando experiências e conhecimentos, pelos debates e diversões. Aos meus colegas que vivenciaram comigo a experiência do mestrado em Brasília: Carol, Eduardo, Yara e Virgínia, obrigada pelo apoio e alegrias trocadas.

Agradeço imensamente aos meus companheiros de moradia durante os módulos de aula: João, Neylaine e Rafael. Vivemos momentos memoráveis e juntos formamos uma família. Sou grata, porque mesmo distante, eu ainda posso contar com vocês. Obrigada pelos conselhos, dicas e todo conhecimento compartilhado comigo.

A todos vocês que amo e quero o bem, muito obrigada.

*O poder neste mundo é um capital precioso que é preciso saber poupar.*

***Liev Tolstói***

***Guerra e Paz***

## RESUMO

A presente pesquisa busca discutir a respeito dos processos de reconhecimento do patrimônio cultural a nível internacional, tendo como objeto de análise o Patrimônio Missioneiro. Tal patrimônio consiste em diversos sítios históricos que outrora formavam as antigas reduções jesuíticas distribuídas entre o Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. As reduções eram povoados urbanos fundados por padres jesuítas espanhóis, cujo objetivo era de consolidar a autonomia política hispânica sobre sua colônia, utilizando a mão de obra servil dos povos indígenas. De algumas dessas reduções, ficaram resquícios de um passado promissor e, considerando o seu valor histórico, cultural e estético, muitas delas foram elevadas à categoria de patrimônio cultural, tanto pelo MERCOSUL quanto pela UNESCO. Pelo lado brasileiro existem quatro sítios históricos que são acautelados pelo IPHAN e reconhecidos pelo MERCOSUL, além de um sítio inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. A quantidade de reconhecimentos em diferentes escalas de proteção chamou a atenção e contribuiu para a escolha do território missioneiro como recorte espacial para esta pesquisa. Assim, o presente estudo propõe uma análise geográfica acerca desses reconhecimentos, buscando entender até que ponto o patrimônio cultural interfere nas relações geopolíticas dos Estados. Considerando que o Patrimônio Missioneiro é um patrimônio transfronteiriço, busca-se também debater a respeito da complexidade dos processos de identificação, valoração e proteção desses bens localizados em áreas de fronteira, trazendo em perspectiva as atuações dos Estados e de organismos internacionais frente a esse modelo de patrimônio.



**Palavras-chaves**: Geografia; Transfronteira; Patrimônio Missioneiro; Patrimônio Transfronteiriço.

## ABSTRACT

This research seeks to discuss about the processes of recognition of cultural heritage at an international level, having Missionary Heritage as the object of analysis. This heritage consists of several historical sites that formed the old Jesuit reductions distributed between Brazil, Argentina, Bolivia, Paraguay and Uruguay. The reductions were urban settlements founded by Spanish Jesuit priests, whose aim was to consolidate Hispanic political autonomy over their colony, using the servant labor of indigenous peoples. There are traces of a promising past in some of these reductions and, considering their historical, cultural and aesthetic value, many of them were elevated to the category of cultural heritage, both by MERCOSUR and UNESCO. On the Brazilian side, there are four historic sites that are protected by IPHAN and recognized by MERCOSUR, in addition to a site inscribed on the UNESCO World Heritage List. The amount of recognition in different protection scales drew attention and contributed to the choice of the missionary territory as a spatial feature for this research. Thus, the present study proposes a geographical analysis of these recognitions, seeking to understand the extent to which cultural heritage interferes in the geopolitical relations of States. Considering that the Missionary Heritage is a transboundary heritage, it is also sought to debate about the complexity of the processes of identification, valuation and protection of these assets located in border areas, bringing into perspective the actions of States and international organizations in face of this model of equity.



**Keywords:** Geography; Transboundary; Missionary Heritage; Transboundary Heritage.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1** – Rotas da Seda: a rede de rotas do corredor Tianshan .....63

**Figura 2** – Fotografia da Cidade de Jerusalém, Israel. .....72

**Figura 3** – Templo de Preah Vihear, Camboja. .....74

**Figura 4** – Estrutura interna do MERCOSUL Cultural .....81

**Figura 5** – Ponte Internacional Barão de Mauá, Brasil x Uruguai. .....83

**Figura 6** – Poesia de *La Payada*, Argentina .....84

**Figura 7** – Serra da Barriga, parte mais alcantilada – Quilombo dos Palmares, Alagoas/Brasil. .....85

**Figura 8** – Remanescente da Igreja de São Miguel Arcanjo e *Tava Guarani*. .....91

**Figura 9** – Remanescente da Igreja de São Miguel Arcanjo iluminada pelo espetáculo "Som e Luz". .....93

**Gráfico 1 –** Relação entre os países com mais tempo no Comitê do Patrimônio Mundial e menos inscrições e os países com menos tempo e mais inscrições, até 2019. .....64

**Gráfico 2 –** Distribuição do Patrimônio Mundial por regiões culturais da UNESCO, até 2019. .....65

## LISTA DE MAPAS

**Mapa 1 –** Localização dos Sítios Históricos acautelados pelo IPHAN. ..... 13

**Mapa 2 –** Localização do município de Corumbá/Brasil e as cidades de Puerto Suarez e Puerto Quijarro, Bolívia ..... 49

**Mapa 3 –** Localização do Departamento de Madre de Dios/ Peru. ..... 50

**Mapa 4 –** Demarcação dos limites traçados pelo Tratado de Madri, 1750. ..... 54

**Mapa 5 –** Localização dos Sítios Históricos das Missões Jesuíticas inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. ..... 98

**Mapa 6 –** Distribuição dos Sítios Históricos Missioneiros reconhecidos como Patrimônio Cultura do MERCOSUL. ..... 105

**Mapa 7 –** Localização da *Tava*, reconhecida como Patrimônio Imaterial Brasileiro e do MERCOSUL ..... 109

**Mapa 8 –** Território Tradicional Guarani ..... 111

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO** ..... 13

**1 O PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DA GEOPOLÍTICA NACIONAL E INTERNACIONAL** ..... 26

1.1 EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA ..... 29

**1.1.1 Políticas do Patrimônio Cultural Brasileiro: dos modernistas à modernização** ..... 32

**1.1.2 A internacionalização do Patrimônio Cultural Brasileiro** ..... 35

1.2 ESTADO PODER E PATRIMÔNIO ..... 39

1.3 FRONTEITA E TRANSFRONTEIRA ..... 45

**1.3.1 Conhecendo o território missioneiro: apontamentos históricos** ..... 51

**2 INSTÂNCIAS INTERNACIONAIS DE RECONHECIMENTO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UNESCO E MERCOSUL** ..... 56

2.1 UNESCO E O PATRIMÔNIO TRANSFRONTEIRIÇO ..... 58

**2.1.1 O Patrimônio Mundial Transfronteiriço** ..... 67

2.2 O MERCOSUL CULTURAL COMO INSTÂNCIA INTERNACIONAL DE RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO ..... 75

**3 PATRIMONIALIZANDO UM TERRITÓRIO – REGIÃO DAS MISSÕES JESUÍTICAS GUARANI** ..... 88

3.1 AS MISSÕES JESUÍTICAS GUARANI COMO PATRIMÔNIO MUNDIA DA UNESCO..... ..... 92

3.2 O PATRIMÔNIO MISSIONEIRO NO MERCOSUL CULTURAL..... 99

**3.2.1 O Sistema Missioneiro da Região Guarani, Moxos e Chiquitos e a Cooperação Internacional no MERCOSUL**.....100

**3.2.2 *Tava*: Lugar de referência para o povo Guarani**.....107

3.3 PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DAS MISSÕES JESUÍTICAS GUARANI E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL .....113

**3.3.1 Projeto de Cooperação Técnica Internacional – Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas Guarani**.....116

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**.....120

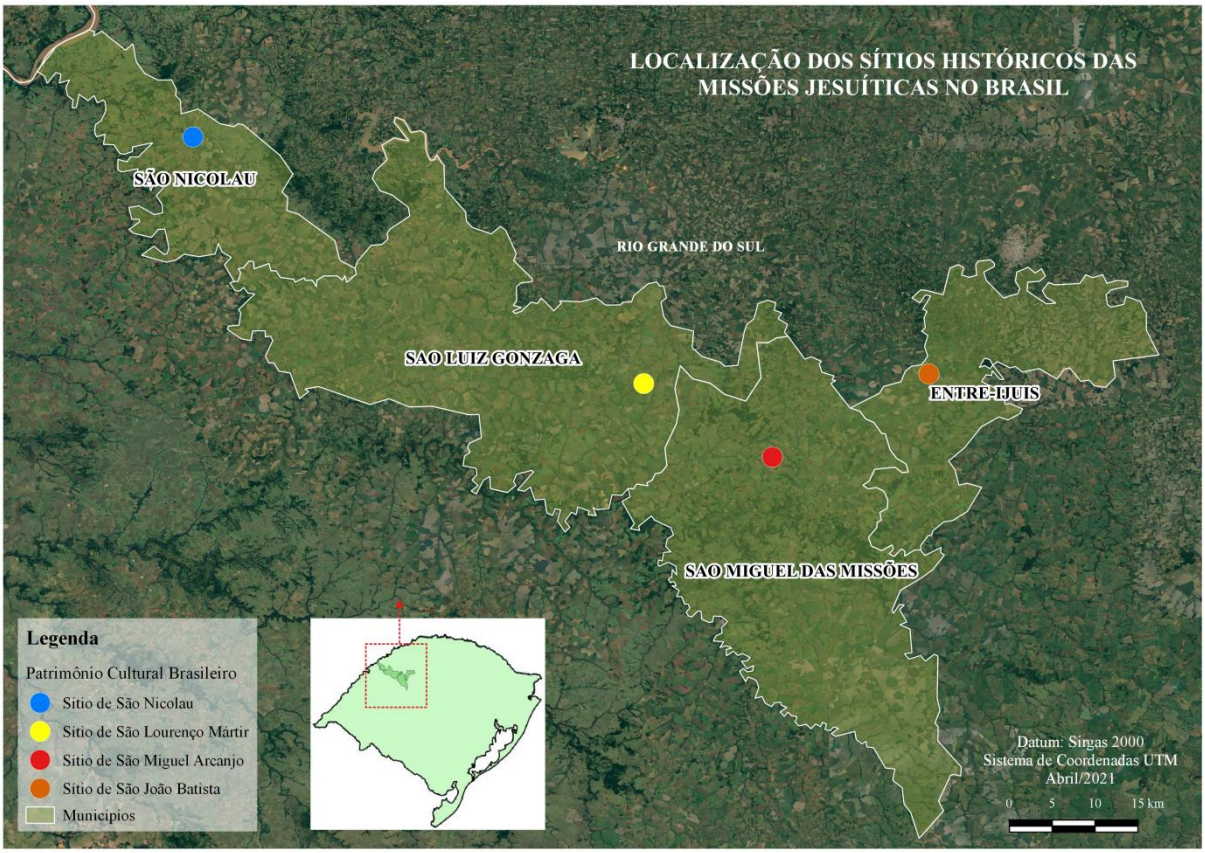
**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** .....128

**ANEXO 1** – Mapa final do Patrimônio Missioneiro em diferentes escalas de reconhecimento (nacional e internacional).....135

## INTRODUÇÃO

Quando se inicia o estudo sobre a Região das Missões no Rio Grande do Sul, é possível se deparar com duas percepções importantes que ajudam a delinear esta pesquisa. A primeira se refere à quantidade de reconhecimentos do patrimônio cultural que lá existe; os reconhecimentos ocorreram em diferentes momentos históricos, cada um com olhar diferenciado. Na escala nacional, foram realizados quatro tombamentos e um registro com base na legislação federal, sendo todos acautelados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Foram tombados os Sítios Históricos de São Miguel Arcanjo (1938), São Nicolau (1970), São João Batista (1970) e São Lourenço Mártir (1970), e foi registrada no Livro de Lugares, em 2014, a *Tava*: Lugar de Referência para o Povo Guarani (Mapa 1). Na esfera internacional, foram realizados dois reconhecimentos pelo MERCOSUL e um pela UNESCO. No MERCOSUL, incluem-se os quatro sítios históricos e a *Tava*; e na escala mundial, tem-se o Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo.

**Mapa 1–** Localização dos Sítios Históricos acautelados pelo IPHAN.




Organização: Helena Tagarro, Abril/2021

A segunda percepção está relacionada ao esforço que o Brasil, na figura do IPHAN, tem de desenvolver pesquisas e ações de salvaguarda naquela região, utilizando, para isso, os acordos de cooperação internacional. O uso desses acordos é uma abordagem bastante recorrente no campo do patrimônio brasileiro, principalmente em parceria com a UNESCO.

A década de 1960, por exemplo, representa o início dessa estreita relação entre Brasil e o organismo internacional, de tal modo que em 1964, mediante um acordo de cooperação, foi estabelecida no Brasil uma Representação da UNESCO (IPHAN, 2008). Além disso, entre 1966 e 1967, ocorreu a missão do inspetor francês Michel Parent sob incentivo da UNESCO com o objetivo de estudar formas de proteção e valorização do patrimônio cultural com interesse no desenvolvimento turístico. Sua missão resultou em um relatório contendo descrição dos bens e lugares visitados e recomendações para preservação, restauro e fomento ao turismo cultural. Dentre os locais visitados, tem-se o Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo (IPHAN, 2008).

Já no início da década de 1980, o IPHAN, à época Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, contratou o professor Roberto Di Stefano, também por intermédio de um acordo com a UNESCO, para auxiliar nas análises dos monumentos missioneiros (UNESCO, 1988). O Acordo que possibilitou a contração do professor Di Stefano é o Acordo de Cooperação Internacional Proteção e Preservação das Missões Jesuíticas dos Guaranis feito entre o SPHAN e a UNESCO. Ao longo da execução do projeto, foram produzidos vários documentos a respeito do patrimônio missioneiro e ao fim de dois anos, o professor Di Stefano, que à época era vice-presidente do ICOMOS, auxiliou nas análises desses documentos junto a outros especialistas em preservação, produzindo um novo documento técnico com o parecer sobre a necessidade de preservar aquele patrimônio (UNESCO, 1982).

A partir desse Acordo de Cooperação Internacional surgiu outros acordos que tomaram formas de projetos de cooperação, como ocorreu em 1988 com a elaboração do primeiro projeto de cooperação internacional entre o Brasil e a UNESCO que teve como centralidade o território missioneiro. Sob o título de Proteção e Preservação das Missões Jesuíticas dos Guaranis (UNESCO, 1988), seu principal objetivo era realizar pesquisas no campo da arquitetura e da arqueologia de modo a propiciar a restauração e conservação das estruturas remanescentes.

Essas percepções obtidas acerca da Região das Missões só foram possíveis devido à realização das atividades práticas supervisionadas dentro da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (COGECINT), unidade do IPHAN em Brasília/DF, no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural.

Sou geógrafa formada pela Universidade Federal do Espírito Santo e desde que iniciei a graduação, identifiquei em mim um grande interesse pela geopolítica. Porém, antes de ingressar na universidade, eu já tinha um forte apego à arte e cultura, e aqui se inclui o patrimônio cultural. Durante minha graduação, fiz parte do Programa de Educação Tutorial – PET-Cultura, que era composto por estudantes de diferentes cursos e juntos realizávamos pesquisas acerca da comunidade tradicional Araçatiba, localizada no município de Viana/ES. Minha principal pesquisa desenvolvida no PET-Cultura foi sobre o território da antiga fazenda jesuítica, onde seus principais resquícios estão localizados na atual comunidade de Araçatiba. Dentre tais resquícios está a Igreja de Nossa Senhora D'Ajuda, tombada como Patrimônio Cultural Brasileiro em 1950[1].

Quando o IPHAN abriu uma vaga no Mestrado para trabalhar com a Região das Missões, vi uma oportunidade de realizar uma pesquisa unindo dois campos de estudo que mais me identifico: cultura e geopolítica.

Já na unidade em Brasília, realizei algumas atividades para o Projeto de Cooperação Técnica Internacional Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas Guarani. Uma dessas atividades foi o meu primeiro Produto das Práticas Supervisionadas, em que foi feita uma análise sobre as contratações de consultorias para o projeto, bem como seus produtos e resultados. Ainda dentro da unidade, auxiliei no processo de candidatura da *Tava*: Lugar de Referência para o povo Guarani a Patrimônio Cultural do MERCOSUL em apoio à minha supervisora, Candice dos Santos Ballester. E, sendo ela responsável por essa candidatura, junto com o então diretor do Departamento de Cooperação e Fomento, Marcelo Brito, eu auxiliei desde a postulação até o reconhecimento pela Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL. Como apoio, elaborei mapas cartográficos que foram incluídos no dossiê de candidatura.

[1] IPHAN. Processo de Tombamento 422-T-50. Arquivo Central - Seção Rio de Janeiro, 1950.

Ao longo da realização das minhas atividades práticas, pude conhecer melhor o Patrimônio Missioneiro e perceber que ele ultrapassa os limites territoriais nacionais. Também conheci de perto a execução do outro projeto de cooperação, o Projeto Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guarani, Moxos e Chiquitos no MERCOSUL: Fortalecimento institucional para a sua definição e desenvolvimento. Apesar de não realizar nenhuma atividade direta a esse projeto, ele me chamou a atenção por sua característica de ser articulado junto ao MERCOSUL.

Os dois projetos de cooperação foram elaborados com intuito de possibilitar maior integração na Região das Missões por meio de pesquisas histórico-culturais sobre o seu território; assim, formariam uma espécie de rede capaz de articular ações de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural missioneiro, bem como de incentivo ao turismo cultural. No entanto, cada um dos projetos atende objetivos diferentes e possuem características também diferentes.

O Projeto Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guarani, Moxos e Chiquitos no MERCOSUL: Fortalecimento institucional para a sua definição e desenvolvimento dispõe de uma área de estudo para além do território brasileiro, incluindo a Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. É um projeto de cooperação sul-sul tendo como a agência executora a UNESCO. Em contrapartida, o Projeto de Cooperação Técnica Internacional Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas Guarani tem sua área de análise limitada à Região das Missões, e nele se mostra um modelo de cooperação tripartite, o qual a cooperação ocorre entre o Brasil e a UNESCO com acompanhamento da Agência Brasileira de Cooperação.

Mediante as percepções obtidas ao longo da execução das atividades, surgiram diversos questionamentos em relação à inserção do patrimônio missioneiro no rol internacional de preservação do patrimônio cultural. Isso, pois, os três reconhecimentos internacionais (um Patrimônio Mundial pela UNESCO e dois Patrimônio Cultural pelo MERCOSUL) ali realizados se sobrepõem no espaço, onde, em São Miguel das Missões/RS, município em que se localiza o Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo e a *Tava Guarani*, ocorre uma intersecção desses bens patrimonializados. De maneira geral, é possível pensar que apenas uma forma de reconhecimento internacional bastaria para promover a valoração de um dado patrimônio. Ao se deparar com um mesmo patrimônio reconhecido três vezes,

sem mencionar o acautelamento nacional, faz-se surgir o interesse em compreender a razão de tais feitos. Entende-se que os sítios históricos missioneiros, embora estejam situados em diferentes territórios políticos, consiste em um mesmo patrimônio cultural, **o patrimônio missioneiro**.

Observando a Convenção de 1972 da UNESCO e a Decisão Nº 55/2012 do MERCOSUL, nota-se que a inserção do bem na Lista do Patrimônio Cultural – qual seja a agência – se dá de maneira simbólica; só é possível reconhecer o patrimônio na esfera internacional se o mesmo já estiver sob proteção do Estado responsável por ele. Neste caso, por exemplo, incluir o Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo na Lista de Patrimônio Mundial não confere a ele maior proteção, visto que já é protegido pela legislação de tombamento brasileiro, mas é dado um novo título de Patrimônio Mundial. Assim, para entender as razões e as implicações de receber esses títulos na esfera internacional é preciso acionar outro campo de estudo: a geopolítica.

Embora a geopolítica esteja intimamente relacionada aos processos de reconhecimento internacional devido ao envolvimento dos Estados junto à agência de patrimonialização e, mesmo tendo uma quantidade significativa de bens reconhecidos no Brasil, poucos estudos nesta área foram produzidos no país, conforme afirma Melo Filho (2017).

Desta forma, surgiu o pensamento de desenvolver uma pesquisa voltada para o campo da geopolítica, com a proposta de compreender em que medida o patrimônio, neste caso o patrimônio missioneiro, atua como agente de poder político, sobretudo em áreas de fronteira. Para isso, parte-se do pressuposto de que o patrimônio cultural consegue articular o poder dentro da geopolítica mundial assim como outras áreas como a economia, a educação, entre outros. Entendendo que o patrimônio tem esse tipo de poder, a questão que norteia esta pesquisa é, portanto, qual a influência que ele exerce sobre as áreas fronteiriças. Lembrando que o patrimônio transfronteiriço é o objeto principal de análise, tendo em vista que os bens reconhecidos na Região das Missões têm essa característica.

Para ajudar a responder esses questionamentos foi adotado o método de abordagem de pesquisa qualitativa que leva em conta os aspectos históricos e sociais importantes para o cumprimento dos objetivos. O método qualitativo trabalha com a subjetividade da pesquisa e do pesquisador, possui uma abordagem empírica e considera as relações e os fenômenos sociais ao longo do seu desenvolvimento. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), “a

pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais". E, no caso deste trabalho, as relações sociais são compreendidas como as relações geopoliticamente estabelecidas ou articuladas.

A opção por este método se deu pelo interesse de compreender o fenômeno da patrimonialização transfronteiriça, o que indispõe a quantificação de dados. No entanto, não significa a ausência completa de dados numéricos, apenas que não serão produzidos novos, e sim que serão utilizados os que já existem. Em outras palavras, trata-se de uma análise qualitativa de dados já quantificados.

O procedimento de pesquisa adotado é o documental e bibliográfico, em que se busca através de referências bibliográficas construir uma fundamentação teórica e argumentativa capaz de responder, ou tentar responder, aos questionamentos aqui definidos. Como referenciais, foram selecionados alguns autores da Geografia, desde os clássicos como Raffestin e Kropotkin, até os contemporâneos Becker, Costa e Porto-Gonlçaves, para ajudar no entendimento acerca de conceitos como Estado, poder e fronteiras. Tais conceitos são importantes de serem abordados para propiciar um bom debate acerca das relações geopolíticas no âmbito da patrimonialização internacional. Vale lembrar, também, que o estudo sobre a construção das políticas brasileiras voltadas para o patrimônio cultural se torna imprescindível; deste modo, foram selecionados alguns autores que abordam exatamente essa temática de patrimônio cultural no Brasil, como Fonseca, Chuva e Gonçalves.

Ademais, para trazer informações a respeito do patrimônio missioneiro, como os reconhecimentos feitos por parte do IPHAN, do MERCOSUL e da UNESCO, foram realizadas pesquisas documentais no Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro e no Arquivo do Escritório Técnico do IPHAN nas Missões, localizado em São Miguel das Missões/RS. Há muitos documentos sobre o patrimônio missioneiro sob a guarda do Arquivo Central, portanto, foi necessário fazer uma triagem desses documentos, selecionando apenas os que traziam o histórico das Missões, os processos de reconhecimento dos bens (nível nacional e internacional) e os acordos de cooperação técnica internacional. Foram excluídos da seleção os documentos de procedimentos administrativos, informações técnicas de restauro e conservação, além dos documentos fotográficos.

Sobre as agências internacionais de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural, foram analisados documentos normativos como Decretos, Resoluções, Decisões e Convenções. A proposta é conhecer as políticas de patrimonialização da UNESCO e do MERCOSUL, principalmente no que tange o patrimônio transfronteiriço.

Fazer uma análise sobre a geopolítica do patrimônio utilizando um determinado território como estudo de caso requer conhecer, ainda que minimamente, a formação histórica deste mesmo território. Assim, no que concerne a história das Missões Jesuíticas, é importante trazer aqui uma breve contextualização para compreender as razões que levaram ao tombamento dos quatro sítios históricos como Patrimônio Cultural Brasileiro, que *a posteriori* se tornaram Patrimônio Mundial e Patrimônio Cultural do MERCOSUL, bem como o registro da *Tava* como Patrimônio Imaterial Brasileiro, que também veio a se tornar Patrimônio Cultural do MERCOSUL.

A chegada luso-hispânica entre os séculos XVI e XVII rendeu grandes transformações no território por eles "descoberto", tanto no que diz respeito ao ambiente físico, quanto no modo de vida daqueles que já habitavam aquela terra inicialmente. Essas transformações ocorreram por meio da parceria das Coroas com a Igreja Católica que, à época, enviou representantes de seu clero para ajudar na ocupação e organização do novo território (BAPTISTA, 2010). Um dos grupos religiosos enviados foi a Companhia de Jesus, que esteve presente em vários momentos da história brasileira, sendo responsáveis por construções de igrejas, colégios, portos e vilas. A presença jesuítica deixou marcas na paisagem não apenas brasileira, como de outros países sul-americanos, como Argentina, Paraguai e Uruguai que também foram por eles apropriados (STELLO, 2013).

As ocupações realizadas por Portugal e Espanha no continente sul-americano obedeceram aos limites determinados pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 (MAEDER, 2009). Tal tratado determinou uma linha limítrofe entre as terras portuguesas e espanholas, localizada a 370 léguas a oeste das ilhas de Açores. A direita dessa linha se encontrava o território pertencente a Portugal e, à esquerda o território espanhol (MAEDER, 2009). O território que hoje compreende o estado do Rio Grande do Sul, à época do início da colonização, pertencia à Coroa Hispânica, pois estava situado na parte ocidental da linha. Assim, é possível compreender o motivo pelo qual as reduções jesuíticas construídas naquela região estavam ligadas aos espanhóis.

Mesmo que a ocupação tenha se iniciado no século XVI, somente a partir do século XVII que as ações dos jesuítas se intensificaram, tornando-se mais efetivas com o estabelecimento das reduções. Segundo Baptista (2010), as reduções tinham como propósito "reduzir" os indígenas ao padrão de vida europeu através da evangelização sendo, assim, parte importante do projeto missional. Por outro lado, alguns autores como Custódio (2017) e Stello (2013) apresentam uma perspectiva de que a proposta missional não se restringia apenas à evangelização, mas que possuía características de busca pela estabilização do poder político, social e econômico sobre a colônia e seus habitantes.

Para alcançar essa estabilidade tão desejada era preciso abrir mão do controle absoluto sobre os povoamentos, permitindo que os indígenas fizessem parte da administração reducional, atribuindo a eles certa autonomia diante daquele sistema (BAPTISTA, 2010). A autonomia indígena era expressa na forma como as reduções eram organizadas espacialmente, pois ainda que houvesse áreas comuns como capelas e depósitos, ou áreas de produção como cultivos e criação de gado (STELLO, 2013), a organização interna do povoamento seguia a lógica familiar guarani. Contudo, conforme aponta Baptista (2010), embora as reduções possuíssem uma administração comunitária, elas tinham o caráter hierárquico, cujo poder maior permanecia nas mãos dos padres.

Com o tempo, o projeto missional foi se consolidando até formar uma rede entre as reduções. Ainda no século XVII chegou ao formato de trinta povos missioneiros que deu origem à Província Jesuítica do Paraguai (MAEDER, 2009; STELLO, 2013). Atualmente, esses trinta povos estão divididos entre a Argentina (15 povos), Paraguai (8 povos) e Brasil (7 povos), obedecendo aos atuais limites político-territoriais da América Latina. Contudo, esses trinta povos se referem às reduções estabelecidas junto ao povo Guarani, enquanto que no território onde hoje é a Bolívia, também foram fundadas outras reduções jesuíticas nas áreas dos Moxos e Chiquitos (IPHAN, 2015).

No Brasil, os sete povos estão localizados no noroeste do estado do Rio Grande do Sul e fazem parte da "Região das Missões". Essa região é composta por 26 municípios que juntos integram a Associação dos Municípios das Missões[2]. O avanço das cidades tomou conta das antigas reduções e três delas foram completamente sobrepostas, sendo os povoamentos de

[2] Associação dos Municípios das Missões. **Histórico Missões e AMM**. Rio Grande do Sul. Disponível em: http://ammissoes.com.br/historia. Acesso em: Jan/2019.

Santo Ângelo Custódio, São Francisco Borja e São Luiz Gonzaga, que correspondem aos atuais municípios de Santo Ângelo, São Borja e São Luiz Gonzaga, respectivamente (STELLO, 2013).

As outras quatro, no entanto, ainda apresentam resquícios do passado e, desta maneira, são acautelados pelo IPHAN sob a legislação federal de tombamento e de registro. Porém, antes mesmo do primeiro bem ser tombado, ainda na década de 1920, a região já recebia atenção governamental das esferas municipais e estadual em prol da proteção e restauração dos elementos históricos referentes à presença das reduções jesuíticas-guarani no território (STELLO, 2013). Importante esclarecer que as nomenclaturas de povos, povoamentos e reduções são sinônimos, conforme pode ser notado nos trabalhos de Baptista (2010), Maeder, (2009) e Stello (2013).

O primeiro remanescente das reduções a ser identificado e protegido pelo IPHAN foi o Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo que obedeceu ao recém-implantado Decreto-Lei nº 25 de 1937, sendo inscrito no Livro de Belas Artes em 16 de maio de 1938 (IPHAN, 1938). É perceptível que seu tombamento levou em consideração a imponência das ruínas da igreja construída no século XVIII. No entanto, embora sua grandiosidade possa ser visível, em seu processo de tombamento (IPHAN, 1938), não constam documentos que mencionam o desenvolvimento da candidatura, nem o histórico e as razões para a patrimonialização. No mesmo processo há outros três bens listados, mas apenas sobre um deles há documentos inseridos – o Forte Dom Pedro II localizado no município de Caçapava do Sul/RS.

Por outro lado, a ausência de informações no processo não significa que o tombamento ocorreu sem nenhuma justificativa. Em dezembro de 1937, o arquiteto Lucio Costa fez uma visita em seis dos Sete Povos das Missões a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do, então, SPHAN. Sua visita resultou em um relatório minucioso em que descreveu cada local visitado, apontando quais ainda tinham vestígios das antigas reduções e as medidas necessárias para sua conservação (COSTA, 1937). O relatório traz destaque para o "Povo de São Miguel" (forma como era denominado o Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo) expondo os motivos pelo qual deveria ser protegido. Além disso, Lucio Costa (1937) também

apresentou a proposta de construção do Museu das Missões na área interna do sítio. Ideia muito bem aceita, de modo que o museu foi inaugurado já em 1940[3].

Somente em 1970 os outros três sítios históricos foram tombados pelo IPHAN, mas sob uma leitura diferente do tombamento de São Miguel Arcanjo. Enquanto que em 1938 levou em consideração a exuberância das ruínas, resultando na sua inscrição no Livro do Tombo de Belas Artes, os demais foram inscritos no Livro do Tombo Histórico. Lembrando que os três sítios em questão são o Sítio Histórico de São João Batista, São Nicolau e São Lourenço Mártir.

Os reconhecimentos internacionais, por sua vez, tiveram início na década seguinte. Em 1983, a UNESCO incluiu na Lista do Patrimônio Mundial as Missões Jesuíticas dos Guarani (UNESCO, 2020), um bem seriado e transfronteiriço, composto por um sítio histórico situado no Brasil e quatro na Argentina. No lado brasileiro, está o Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo e, no lado argentino, os Sítios de San Ignacio Mini, Santa Ana, Nossa Senhora de Loreto e Santa Maria de la Mayor.

O reconhecimento como Patrimônio Mundial ajudou a dar mais visibilidade à Região das Missões, que passou a receber novos investimentos para pesquisa, desenvolvimento e preservação do patrimônio cultural. Tal atenção desencadeou novos interesses que, por sua vez, ampliou a perspectiva sobre o Patrimônio Missioneiro, que deixou de ser visado somente em seu ambiente edificado, agregando também os elementos naturais e intangíveis (SILVA, 1996).

Considerando a ampliação do que se entende por Patrimônio Missioneiro, passaram a ser realizadas outras ações de proteção que contribuem em novas possibilidades de interpretar a relação sobre a geopolítica do patrimônio. Uma dessas ações é o interesse acerca da paisagem cultural existente na região, ação essa que culminou na elaboração do Projeto de Cooperação Técnica Internacional – Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas Guarani (IPHAN, 2014). Outra ação é a criação, em 2009, do próprio Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas Guarani – PHNM, sob o Decreto nº 6.843 (IPHAN, 2014).

---

[3] Museu das Missões. **Histórico**. Rio Grande do Sul. Disponível em: http://museudasmissoes.blogspot.com/p/contatos.html. Acesso em: Ago/2019.

No decorrer deste trabalho será possível compreender que a criação do PHNM veio para materializar a gestão da Paisagem Cultural Missioneira. Ademais, a paisagem cultural também traz em perspectiva a relação com as fronteiras, como pode ser notado na Carta de Bagé (IPHAN, 2007). O território missioneiro, como se sabe, ultrapassa os limites políticos dos países sul-americanos que tiveram em sua história a participação das missões jesuíticas guarani. Assim, o patrimônio presente nesse território também ignora tais limites, transformando-o em patrimônio transfronteiriço.

A respeito desse modelo de patrimônio relacionado às fronteiras, foi construída essa pesquisa que aborda a ligação entre Estado, patrimônio e fronteira. Para ajudar a cumprir com os objetivos propostos de entender como se dá a patrimonialização transfronteiriça, sobretudo na Região das Missões, o presente trabalho foi estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo tem como proposta promover um debate mais amplo e teórico acerca da participação da ciência geográfica, mais especificamente a geopolítica, no âmbito do patrimônio, principalmente o patrimônio de fronteira. Nele está presente uma discussão sobre a relação entre a geopolítica e o patrimônio, expondo o panorama político brasileiro desde o século XX, quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, hoje Instituto – IPHAN, até o período atual. Há uma breve apresentação acerca da criação do IPHAN e suas ações ao longo dos anos, interpolando com cada contexto político que o país passava. Para compreender melhor os processos que serão debatidos nos capítulos seguintes, esse primeiro também busca fazer uma análise sobre as articulações entre Estado, poder e patrimônio, além de discutir as definições de fronteira e patrimônio transfronteiriço.

No segundo capítulo há uma discussão sobre duas instâncias internacionais de reconhecimento, proteção e gestão do patrimônio cultural: a UNESCO e o MERCOSUL Cultural. A escolha dessas duas agências se deu por conta dos reconhecimentos que ambas realizaram na região de estudo; desta forma, a ideia é trazer uma abordagem mais exclusiva de suas ações no âmbito do patrimônio cultural. A respeito da UNESCO, o interesse é de identificar qual o seu papel na conjuntura do patrimônio cultural, mas com ênfase no patrimônio transfronteiriço. É realizada uma análise acerca dessa categoria, buscando conhecer como ocorre o seu reconhecimento e o que é necessário ser articulado entre os Estados envolvidos. Há o interesse, inclusive, de entender como a geopolítica se encaixa nesse contexto.

Em relação ao MERCOSUL Cultural, contudo, buscou-se fazer uma pequena descrição sobre o que é esse organismo, como ele funciona, como são realizados os reconhecimentos dos patrimônios sul-americanos e quais os critérios que devem ser obedecidos. Para tanto, foi realizada uma breve contextualização histórica do bloco até chegar ao formato atual que envolve ações de cultura e patrimônio, inclusive apontando os bens que já foram reconhecidos desde sua instituição. Também nesse item, encontra-se uma explanação acerca da Comissão do Patrimônio Cultural (CPC) do MERCOSUL, responsável pela identificação e reconhecimento dos bens culturais.

Ao conhecer as duas agências e como elas operam na área do patrimônio cultural, principalmente o patrimônio transfronteiriço, é possível analisar os processos de reconhecimentos internacionais que elas realizaram na Região das Missões/RS. Ao todo, foram três reconhecimentos, sendo dois com caráter transfronteiriço e um, a *Tava*, que mesmo não fazendo parte dessa categoria oficialmente, apresenta características de que não pertence somente ao território brasileiro. Desta maneira, o terceiro capítulo apresenta os processos e particularidades de cada um dos reconhecimentos internacionais da região, bem como as estratégias de gestão compartilhada entre os Estados envolvidos. Ademais, traz em perspectiva um território patrimonializado, criado a partir da sobreposição de outros espaços articulados. A região atrai tantas ações que são construídas novas espacialidades que se sobrepõe. Existem os limites territoriais nacionais, o território tradicional guarani, as áreas de abrangência do patrimônio mundial (UNESCO) e do patrimônio cultural do MERCOSUL. E, além deles, também existe o PHNM que, de certa forma, consegue integrar e formar uma rede entre todas essas sobreposições.

Assim, o terceiro e último capítulo também faz uma observação acerca do PHNM, abordando como se deu a construção da ideia, qual sua área de abrangência e qual seu objetivo. Além disso, conta com discussões a respeito dos dois projetos de cooperação técnica internacional já citados nesta introdução. Embora a Região Missioneira tenha sido objeto de outros projetos de cooperação, a opção por esses dois se deu por duas razões: 1 – são os projetos que foram trabalhados dentro da COGECINT/DECOF, unidade do IPHAN no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural; e 2 – os projetos são os mais recentes implementados e que apresentam familiaridade com o tema desta pesquisa.

Espera-se com essa pesquisa proporcionar a ampliação do debate geopolítico sobre o patrimônio cultural, trazendo outras possibilidades de entender melhor a complexidade por trás dos reconhecimentos dos patrimônios internacionais, tomando como exemplo a UNESCO e o MERCOSUL Cultural. Também se espera contribuir com abordagens e análises geográficas acerca do patrimônio de fronteira, buscando apresentar sua importância tanto do ponto de vista geopolítico quanto do próprio campo do patrimônio.

# 1 O PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DA GEOPOLÍTICA NACIONAL E INTERNACIONAL

O Patrimônio Cultural no Brasil, para além do reconhecimento simbólico e oficial do Estado, constitui-se num campo amplo e repleto de disputas políticas, econômicas, socioculturais e também disciplinares. Enquanto um campo de estudo, vem sendo explorado por diferentes áreas, cada qual reivindicando para si determinadas questões e abordagens. Indagações como: "O que e por que patrimonializar? A quem pertence o patrimônio? Quem e como se valora um bem cultural?", são recorrentemente identificadas nos estudos de historiadores, arquitetos e urbanistas, cientistas sociais e antropólogos que se dedicaram a refletir sobre tais questões. No entanto, poucos são os geógrafos que se debruçaram nesse campo, como aponta Melo Filho (2017).

O autor destaca que a Geografia brasileira esteve empenhada em outros assuntos que não o patrimônio cultural, o qual este era entendido apenas como um objeto integrante dos espaços, sobretudo os espaços urbanos, onde estava inserida a maior parte dos bens tombados por órgãos de preservação como o IPHAN. Deste modo, o estudo do patrimônio pelos geógrafos, até os anos 2000, esteve associado à análise do espaço urbano, como a composição das cidades, a gentrificação causada pela implementação de políticas de reabilitação e preservação dos centros históricos, as desigualdades espaciais, entre outros fatores.

A partir dos anos 2000, porém, a Geografia brasileira passou a assumir o patrimônio cultural como campo específico de estudo (MELO FILHO, 2017). Inicialmente, os geógrafos se detiveram em analisar a relação entre o patrimônio e o turismo, trazendo para essa abordagem uma perspectiva tanto econômica quanto urbanística. Posteriormente, a Paisagem Cultural se tornou outro tema comumente discutido pelos geógrafos no Brasil. Tal tema recebeu significativas contribuições por parte da Geografia, como os trabalhos de Ribeiro, principalmente sua obra "Paisagem Cultural e Patrimônio" de 2007 que foi um dos referenciais utilizados pelo IPHAN para a criação da Chancela da Paisagem Cultural, novo instrumento de preservação regulamentado pela Portaria nº127 de 2009 (BRASIL, 2009). Fora do Brasil, a Geografia também desenvolve estudos acerca do patrimônio cultural. Na América Latina, o patrimônio é discutido sob a ótica da geografia histórica e geografia humana e cultural, sendo o foco nas questões políticas, territoriais e identitárias, como pode

ser observado nos trabalhos dos geógrafos Miriam Reyes Tovar[4], Mabel Teresa Chaos Yeras[5] e José Omar Moncada Maya[6].

Se pouco avançou as diversas disciplinas da Geografia no campo do patrimônio, menos ainda a Geopolítica. Estudos envolvendo o patrimônio sob a perspectiva da geopolítica são exíguos no Brasil, como também mostra Melo Filho (2017). Apesar de serem poucos os estudos, a prática não pode ser vista desta forma; a geopolítica está presente nos processos de reconhecimento dos patrimônios, nas ações de salvaguarda e nos projetos de cooperação internacional, como se pode observar. O processo de reconhecimento em nível internacional aciona diferentes atores que se articulam politicamente em prol da patrimonialização. Mas, por que é importante que haja esses reconhecimentos internacionais? A hegemonia dos Estados nacionais também se faz presente no ato de patrimonializar? Tais indagações ajudam a compor a estrutura deste capítulo que busca compreender o papel dos Estados nos processos de patrimonialização e discutir o patrimônio como agente de poder, se é possível enxergá-lo dessa maneira.

Contudo, antes de adentrar no debate internacional e nas relações políticas e de poder entre os Estados nacionais, é interessante que seja apresentado o panorama político e social em que o Brasil se encontrava à época da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, atualmente Instituto – IPHAN. Esse interesse parte do pressuposto de que o patrimônio é identificado, valorado e reconhecido pelo Estado, o que sugere ser necessário conhecer o que o Estado entendia por patrimônio, ou ao menos, como ele agia diante desse tema. A saber, em 1936, quando foi criado o SPHAN, o discurso nacionalista estava em voga, o que contribuiu para sua criação, tendo em vista que a ideia de patrimônio é comumente ligada à de nação em que ambas as concepções surgiram no período da Revolução Francesa, no século XVIII (FONSECA, 2005 e CHUVA, 2009).

A Revolução Francesa desencadeou preocupações em torno da proteção de monumentos históricos que ajudavam a narrar a história da nacionalidade francesa, isto é, passou a ser imperativo a preservação dos bens históricos e culturais franceses para manter

[4] Doutora em Geografia pela Universidad Nacional Autónoma de México e Diretora do Departamento de Estudios Culturales, Demográficos y Políticos da Universidad de Guanajuato, México.
[5] Doutora pela Universidad de Sevilla, Espanha, título homologado a Doutora em Ciências Técnicas em Cuba, e Professora Titular da Universidad de Camagüey, Cuba.
[6] Doutor em Geografia pela Universidad Nacional Autónoma de México e professor na mesma universidade. Desenvolve pesquisas sobre a geografia histórica mexicana.

viva a tradição nacional. Em síntese, o patrimônio se torna uma representação da nação, conforme explica Fonseca (2005, p.51), que

> a questão do patrimônio se situa numa encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos a que têm recorrido os Estados modernos na objetivação e legitimação da ideia de nação.

Cabe uma reflexão acerca da ideia de nacionalismo que remete a um discurso de homogeneidade cultural, em que se desconsideram as diferenças culturais e práticas existentes no território. Segundo Fonseca (2005), na França revolucionária, os monumentos culturais passaram a ser utilizados como objeto de construção de uma identidade nacional. Paradoxalmente, o que se lia dos monumentos eram narrativas também criadas a partir do nacionalismo; ou seja, havia-se uma seleção do patrimônio cultural que fosse capaz de representar esse ideário de nação, um nacionalismo imaginado (GONÇALVES, 2015).

Benedict Anderson (2008), em seu livro "Comunidades Imaginadas", faz uma análise sobre a construção do nacionalismo, que para ele é imaginado. Ele traz uma abordagem sobre o nacionalismo criado nos Estados colonizados, como as colônias asiáticas que ele tomou como exemplo, mas que poderiam ser usadas também as colônias americanas. Para o autor, o nacionalismo nesses Estados é imaginado a partir de três instituições de poder, sendo elas: o censo, o mapa e o museu.

O censo, que se trata de uma atividade importante de controle territorial, diz respeito à população do território colonizado. Na verdade, Anderson (2008) explica que ao recensear a população, as categorias de identidade são reorganizadas de diversas maneiras. Algumas identidades entendidas como fortes, permanecem sempre intactas para representar majoritariamente a população, em contrapartida que muitas outras são unificadas, desconsiderando suas diferenças. No Brasil, pode-se trazer como exemplo a questão indígena, que embora haja inúmeros grupos étnicos, para o censo eles são todos classificados na categoria "indígena". Do ponto de vista do censo, identidade nacional é imaginada, pois forjou uma unidade de identidades desconsiderando seu valor para seu grupo.

A segunda instituição de poder abordada por Anderson (2008), o mapa, refere-se a demarcação territorial, as fronteiras. É uma forma de mostrar espacialmente o lugar, a localização, o que está próximo e o que está longe, de modo a possibilitar o sentimento de pertencimento ao território habitado. Também o mapa ajuda a evidenciar, através das linhas

limítrofes, que há diferença entre a população que habita de um lado da que habita no outro, definindo sua identidade a partir do lado em que está. Mais a frente, o presente trabalho faz uma discussão mais aprofundada a respeito das fronteiras do ponto de vista geográfico.

A última instituição apresentada é o museu, que ajuda a compor uma narrativa histórica formada a partir da seleção de identidades feita pelo censo e a delimitação territorial ocasionada pelo mapa. O museu é a concretização do nacionalismo, cujos elementos presentes nele ajudam a preservar a historicidade da nação. No entanto, tais elementos são consequências dos discursos previamente selecionados para desenhar, formar esse nacionalismo que foi imaginado. Assim como o museu, o patrimônio também possui uma forma de uso enquanto elemento simbólico no processo de construção da identidade nacional (GONÇALVES, 2015), e tal uso também esteve presente nos discursos brasileiros.

Por outro lado, há outros discursos que apontam o inverso, em que o patrimônio é identificado e valorado a partir da identidade nacional, sob a perspectiva de que só é possível reconhecer o patrimônio nacional se já existir o nacionalismo. No entanto, os dois discursos coexistem no processo de formação da identidade nacional, bem como no processo de identificação e valoração do patrimônio cultural. Segundo Gonçalves (2015, p. 213), “a noção [identidade] traz em si uma certa ambiguidade: se, por um lado, é a forma pela qual cada grupo se afirma publicamente, por outro, é o modo pelo qual o Estado exerce seu controle sobre a sociedade”. Deste modo, entende-se que, os patrimônios são utilizados para inventar o sentido de identidade, assim como a identidade é utilizada para reconhecer os patrimônios.

## 1.1 EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

Conforme vem sendo apresentado, o patrimônio esteve (e ainda está) associado ao sentimento de nacionalismo. Porém, para que fosse um patrimônio capaz de representar uma nação, é necessário que a mesma esteja fortalecida em unidade, ou que estivesse nesse processo. Assim, o esforço de criar um órgão de preservação do patrimônio cultural no Brasil surgiu em um período em que a identidade nacional estava sendo construída com maior empenho, não apenas pelos segmentos históricos e artísticos, mas, sobretudo através da política interna.

Durante o período do Brasil Império havia um esforço em manter a nacionalidade em nosso território, buscando pela unidade. Com a Independência e, sobretudo, na Primeira República, o afloramento do sistema federativo atribuiu aos estados (províncias) maior autonomia política, como abordou Backheuser (1933), o que implicou em certas consequências que, até a década de 1930 eram consideradas preocupantes para os intelectuais conservadores da época, como o crescimento do regionalismo em detrimento do nacionalismo. Backheuser (1933) era um dos intelectuais que era contrário à ideia de haver diferenças tão explícitas entre um estado e outro; cada um possuía seu próprio modelo administrativo, educacional, jurídico e isso ia de encontro ao desejo do poder central de unir a nação. Ele afirmou que "em bem da unidade nacional, não há terras deste ou daquele estado, mas do Brasil. O Brasil é quem as possui, e delas pode dispor" (BACKHEUSER, 1933, p.78).

Nota-se que o autor demonstra claramente o seu desagrado com a política regionalista que dá aos estados certa autonomia em relação ao poder central. Para ele, essa situação possibilitaria o surgimento de vários conflitos em busca de independências regionais, resultando no enfraquecimento do Estado brasileiro. A ideia, portanto, era de unificar; no entanto, mais que simplesmente unificar sob a perspectiva ideológica de nação, era preciso integrar o território que, até a década de 1930, encontrava-se desarticulado, como apontou Travassos (1938, *apud* Saboya, 2018).

Se por um lado, Backheuser (1879-1951) trabalhava com a concepção de unificação do território sob a ótica nacional, Travassos (1891-1973) vinha apresentando o projeto integrador do território sob a perspectiva do Estado, como destaca Hage (2013) e Saboya (2018). Para Travassos, a geopolítica brasileira deveria se preocupar mais efetivamente com a questão da segurança nacional. Proteger o território era fundamental, principalmente, considerando o crescimento do poder político de sua vizinha, Argentina (SABOYA, 2018). Assim, a política interna brasileira se mostrava interessada na integração como recurso de segurança nacional, bem como de intensificação do sistema produtivo.

Além disso, houve uma ruptura entre os pensadores brasileiros e, no início do século XX havia uma divisão ideológica e política entre os intelectuais modernistas e os conservadores políticos. Durante a década de 1920, o movimento modernista no Brasil trouxe um novo olhar sobre a arte e a ciência, se caracterizando por um movimento antiburguês de orientação liberal e que questionava o academicismo; porém, não se tratava de um movimento

homogêneo, como afirma Fonseca (2005). Também nessa década, o tema do patrimônio começou a ser inserido na política de Estado, com base na preocupação de proteger vestígios, monumentos e objetos históricos e artísticos nacionais.

Com o advento da Era Vargas (1930-1945), resultante da Revolução de 1930, a política brasileira foi reformulada instituindo o Estado Novo. Em 1937 foi estabelecida uma nova Constituição Federal, onde o Legislativo foi suplantado pelo Executivo, que passou a ter maior poder, como explica Saboya (2018). A reformulação da política proposta por Vargas, de acordo com Chuva (2009), defendia que o poder nacional fosse centralizado no governo federal, aumentando a sua capacidade de gestão do território de forma a tomar todas as decisões envolvidas com as políticas do país, caracterizando-se, assim, como um Estado autoritário. Tal reformulação proporcionou o crescimento da industrialização nacional, afetando também a economia, o que era entendido como ponto positivo, considerando que o desenvolvimento econômico pode ser um fator preponderante na inserção do país no âmbito internacional (SABOYA, 2018).

O novo modelo de governo centralizador além de visar o desenvolvimento econômico a partir dos investimentos no sistema produtivo e de trabalhar com ações de integração do território, ainda mantinha o seu interesse voltado para a formação de uma identidade nacional brasileira. Para isso, foram tomadas algumas medidas como formulação de políticas públicas de cunho histórico-cultural, por exemplo, para potencializar essa construção identitária. O patrimônio cultural foi um dos temas que passaram a integrar os debates e adquiriu ainda mais espaço no contexto político como resultado de todo o processo anterior de políticas voltadas para a construção do nacionalismo (CHUVA, 2009). Ademais, outro fator que contribuiu no destaque do patrimônio foi a inserção dos intelectuais modernistas na administração pública.

Ainda que houvesse diferenças entre os conservadores e os modernistas, ambos os grupos se concatenavam no quesito nacionalismo. O interesse de se criar uma identidade nacional era comum aos dois grupos, mas por razões opostas. Enquanto que os conservadores buscavam o nacionalismo pautado nos interesses políticos – como o caso de proteger o território apontado por Travassos (HAGE, 2013 e SABOYA, 2018), ou de manter a ordem como demonstrou Backheuser (1926 e 1933) – e religiosos, o qual se defendia a propagação dos valores cristãos; os modernistas buscavam o nacionalismo através da valorização da arte e da cultura (CHUVA, 2003).

No entanto, Chuva (2003) aponta que mesmo dentro da vertente modernista, haviam-se divergências de pensamentos quanto à explicação de como se formava a identidade nacional. Para um grupo, o nacionalismo era oriundo das pluralidades culturais presentes em cada região brasileira; para outro, porém, "as características regionais eram sinal de atraso e obstáculo à atualização da cultura brasileira" (CHUVA, 2003, p. 314). Essa situação sugere que, mesmo entre os modernistas que buscavam a valorização cultural, havia aqueles que pensavam conforme Backheuser (1933), a busca pela unidade em desfavor do regionalismo.

Apesar das diferentes concepções, a busca por conhecer e construir a identidade nacional se mantinha forte entre as duas vertentes. E, tendo esse propósito como elo entre eles, os modernistas conseguiram se inserir na política, conforme aponta Fonseca (2005, p. 85),

> Se, por um lado, o Estado Novo suprimiu a representação política e instaurou a censura, por outro, ao assumir a função de organizador da vida social e política, abriu espaços para os intelectuais, tanto para os que assumiram claramente a função de ideológicos do regime (Francisco Campo, Azevedo Amaral, Oliveira Viana, Almir de Andrade etc.), quanto aqueles que, sem aderirem, e até demonstrando reservas quanto ao novo governo, viram no processo de reorganização do Estado uma possibilidade de participarem da construção da nação.

### 1.1.1 Políticas do Patrimônio Cultural Brasileiro: dos modernistas à modernização

Com a inserção dos modernistas na política brasileira foi possível realizar grandes feitos, como a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN em 1936, instituição responsável por identificar, valorar, reconhecer e proteger o patrimônio cultural brasileiro (FONSECA, 2005). Sua criação ocorreu inicialmente de forma experimental, mas no ano seguinte foi oficializada mediante o Art. 46 da Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. E, a partir dessa criação, a ideia de nação associada à universalidade cultural foi a que acabou se consagrando no país, conforme explica Chuva (2003).

De acordo com Fonseca (2005), ao longo das décadas de 1920 e 1930 foram criados diferentes órgãos de proteção do patrimônio cultural que, à época, eram restritos aos monumentos históricos. Alguns desses órgãos foram as Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos que foram criados em Minas Gerais, em Pernambuco e na Bahia, todos na década de 1920 (FONSECA, 2005). As ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro iniciaram antes mesmo de se firmar uma política específica para este fim, com a nomeação de

Ouro Preto como monumento nacional sob o Decreto nº 22.928/1933. No ano seguinte, em 1934, foi criado a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, que surgiu a partir do Museu Histórico Nacional. Em 1936, o então ministro da saúde e educação, Gustavo Capanema, solicitou a Mário de Andrade que elaborasse um projeto com interesse de instituir uma política nacional de proteção do patrimônio cultural. Em marco daquele ano, Mario de Andrade entregou seu anteprojeto, o que possibilitou a criação do SPHAN tendo iniciado suas atividades ainda em 1936 em caráter de experiência (FONSECA, 2005).

Em novembro de 1937 foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, elaborado sob um esforço coletivo e capitalizado por Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), primeiro diretor do novo órgão (FONSECA, 2005 e CHUVA, 2009). O Decreto-Lei nº 25 determina o que é o patrimônio cultural brasileiro e apresenta as formas de proteção e reconhecimento; apesar da nova Constituição Federal de 1988, não foi necessário elaborar uma nova lei específica para o patrimônio, tendo o Decreto-Lei permanecido em vigência até o momento.

Com o fim da Era Vargas (1930-1945) o Brasil se viu voltado para uma nova fase desenvolvimentista. Entre as décadas de 1950 e 1960 houve um forte investimento na industrialização brasileira, resultando no alto índice de urbanização (TAGARRO, 2018). Segundo Fonseca (2005), esse caráter desenvolvimentista adotado pelo Estado uniu os valores nacionais com a busca pela modernização. Já na década de 1970 esses investimentos foram mais intensificados, tendo sido implementados alguns projetos de grande porte para as indústrias "com o interesse de ampliar o comércio exterior e modificar esse retrato de economia tipicamente agrária, atraindo ainda mais mão de obra para a cidade" (TAGARRO, p. 25, 2018).

De 1945 até o golpe militar em 1964, as políticas voltadas para o patrimônio permaneceram as mesmas, embora tivessem ocorrido as mudanças no cenário político interno, com a volta da democracia pós-Vargas e a atenção dirigida ao desenvolvimento econômico. Já no âmbito da geopolítica mundial, o período pós-guerra se caracterizou pela transformação das relações espaciais. Segundo Becker (2012, p. 125), "desde o segundo pós-guerra entramos numa outra análise do espaço, a do espaço-tempo"; a velocidade passou a controlar os territórios, reorganizando o espaço e os pensamentos sociais e políticos (VIRILIO, 1984 *apud* BECKER, 2012).

A partir de 1967, Renato Soeiro (1911-1984) assume a frente do SPHAN, que naquele momento já havia se tornado Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, e se depara com uma instituição afetada pela precariedade financeira e de recursos humanos (FONSECA, 2005). Para se adaptar a essa nova realidade, segundo a autora, ele trouxe para o campo do patrimônio um caráter mais tecnicista. Nesse período, houve maior dedicação à proteção dos centros históricos e bens edificados, acompanhando a transição demográfica do rural para o urbano com o crescimento das cidades.

Por outro lado, os anos 70 se caracterizaram pelo crescimento de manifestações sociais e o surgimento e fortalecimento dos movimentos populares (FONSECA, 2005 e TAGARRO, 2018). Enquanto isso, a área do patrimônio passava por um processo de descentralização, com a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH, em 1973, e posteriormente, a criação do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC, em 1975. Segundo aponta Fonseca, o PCH foi criado para "suprir basicamente a falta de recursos financeiros e administrativos do Iphan, continuando a cargo dessa instituição a referência conceitual e técnica" (FONSECA, 2005, p.143), ao passo que o foco do CNRC era de produzir e identificar as referências culturais brasileiras. Ainda que inicialmente não era proposta do CNRC, ele surgiu de maneira bastante opositiva ao que propunha o PCH e o que vinha sendo desenvolvido dentro do IPHAN naquele momento, quando ambos se dedicavam quase que exclusivamente a preservação de monumentos e cidades históricas de uma parte seletiva da nossa história. Novamente, é a relação das narrativas escolhidas para representar o nacionalismo brasileiro. Fonseca (2005) vem dizer que,

> a ênfase dada aos monumentos da cultura do colonizador tornava problemática, nos anos 70, uma identificação social mais abrangente com o patrimônio. Para setores modernos e nacionalistas do governo, era necessário não só modernizar a administração dos bens tombados, como também atualizar a própria composição do patrimônio, considerada limitada a uma vertente formadora da nacionalidade, a luso-brasileira, a determinados períodos históricos, e elitista na seleção e no trato dos bens culturais, praticamente excluindo as manifestações culturais mais recentes, a partir da segunda metade do século XIX, e também a cultura popular. Essa atualização era a proposta do CNRC (p.143).

Observe que há uma relação de poder entre os órgãos pelo espaço cultural brasileiro, um apoiado na política desenvolvimentista do Estado e assim, trabalhando com a técnica e, o outro, voltado para a cultura popular, para as referências. Mas ainda assim, o nacional ou o sentimento de nacionalismo permanecia enraizado.

### 1.1.2 A internacionalização do Patrimônio Cultural Brasileiro

Os anos 80 se caracterizaram pela unificação de políticas culturais com a agregação do CNRC ao IPHAN (FONSECA, 2005). Além disso, o país passava pelo período de abertura política, caminhando para o retorno da democracia e se inserindo mais intensamente no cenário internacional, sobretudo nas relações econômicas (BECKER, 2012). Porém, no que diz respeito à cultura, inclusive o patrimônio cultural, a participação brasileira no âmbito internacional também foi significativa. Não por acaso, somente na década de 1980, seis bens foram reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Mundial Cultural, dentre eles o Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo/RS, inscrito sob o título "Missões Jesuíticas Guarani", tratando-se de um bem seriado e transfronteiriço, pois conta com mais quatro sítios localizados na Argentina[7]. Adiante há um quadro (Quadro 1) com todos os bens culturais reconhecidos pela UNESCO no Brasil.

**Quadro 1 –** Patrimônio Mundial Cultural e Natural reconhecidos no Brasil, até 2019

| Nome do Bem | Ano de Reconhecimento |
|---|---|
| Centro Histórico de Ouro Preto/MG | 1980 |
| Centro Histórico de Olinda/PE | 1982 |
| Missões Jesuíticas Guarani – no Brasil, Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo/RS | 1983 |
| Centro Histórico de Salvador/BA | 1985 |
| Santuário do Bom Jesus de Matozinhos – Congonhas/MG | 1985 |
| Parque Nacional do Iguaçu | 1986 |
| Brasília/DF | 1987 |
| Parque Nacional Serra da Capivara/PI | 1991 |
| Centro Histórico de São Luís/MA | 1997 |
| Centro Histórico de Diamantina/MG | 1999 |
| Costa do Descobrimento: Reservas da Mata Atlântica | 1999 |
| Reservas da mata Atlântica | 1999 |
| Complexo de Conservação da Amazônia Central | 2000 |
| Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal | 2000 |

[7] UNESCO – Lista do Patrimônio Mundial. **Estatísticas da Lista do Patrimônio Mundial**. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/list/stat.

| | |
|---|---|
| Centro Histórico de Goiás/GO | 2001 |
| Ilhas Atlânticas: Fernando de Noronha e Atol das Rocas | 2001 |
| Reservas do Cerrado: Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas | 2001 |
| Praça de São Francisco – São Cristóvão/SE | 2010 |
| Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar/RJ | 2012 |
| Conjunto Moderno da Pampulha – Belho Horizonte/MG | 2016 |
| Cais do Valongo – Rio de Janeiro/RJ | 2017 |
| Paraty e Ilha Grande: Cultura e Biodiversidade | 2019 |

Fonte: IPHAN – Patrimônio Mundial Cultural e Natural; UNESCO – Patrimônio Mundial no Brasil

O Brasil, como pode ser observado na tabela anterior, possui 22 bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO até 2019. Se dividir por décadas, a de 1980 até 1989 foi a que mais teve bens inscritos na Lista, sendo 7 no total; ao passo que as três décadas seguintes apresentam 5 bens cada uma. E não por acaso, nesse mesmo período (década de 1980) o Brasil buscava conquistar seu espaço no meio internacional, se adaptando ao processo de desenvolvimento técnico-científico que o mundo vinha passando (BECKER, 2012). Foi a temporada em que as barreiras nacionais começaram a se dissolver criando um novo espaço, organizado e articulado, e que supera os territórios nacionais e suas fronteiras (BECKER, 2012). A globalização começa a se tornar uma realidade na política brasileira.

O novo espaço mundializado concentra troca de fluxos e de informações, a comunicação é instantânea e a velocidade está cada vez mais acelerada. Além disso, o espaço é composto pela formação de redes por atores que não mais se restringem apenas aos Estados, mas que agora se insere na escala global as cidades e as corporações tecnológicas e econômicas (BECKER, 2012). De acordo com Becker (2012), há uma perda do poder do Estado frente ao crescimento do poder dos demais atores globais, que conquistam maior autonomia no cenário internacional. Por outro lado, tal poder está intrinsecamente ligado à ótica econômica do sistema mundial; no que diz respeito à política, o Estado ainda permanece soberano. Na verdade, essa soberania está condicionada aos conflitos de interesse; o Estado tende a conflitar com o sistema para assegurar o seu poder hegemônico. E o patrimônio pode contribuir com esse processo.

Nota-se que nas décadas de 1980 e 1990, ao passo que o Brasil buscava sua inserção no cenário internacional, ele também tinha o interesse de se fortalecer enquanto Estado

nacional, sobretudo por conta da transição interna em que passou, saindo do autoritarismo para a democracia. Segundo Becker, nesse período, o Brasil "seguiu uma via autoritária em que cresceu o Estado, mas não a Nação" (2012, p. 144) e, considerando o papel que o patrimônio mostrou ter no processo de formação da nacionalidade brasileira nos anos anteriores, intensificar os processos de reconhecimento pela UNESCO seria uma maneira de legitimar, não apenas internamente, mas agora no âmbito mundial, a nossa ideia de nacionalismo e, por consequência seu poder de Estado. Elevar o número de bens brasileiros reconhecidos pela UNESCO pode ser entendido como uma estratégia adotada pelo país como forma de mostrar sua força territorial e política perante o mundo, ou ao menos na América Latina.

Dos 20 países que compõem a América Latina, por exemplo, quatro deles possuem mais da metade do número de bens reconhecidos da região. Ao todo, são 140 bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, de caráter cultural e/ou natural, dos quais 35 são mexicanos, 22 brasileiros, 12 peruanos e 11 argentinos[8]. Observe que Brasil e México juntos apresentam um número elevado de reconhecimentos latino-americanos. Não por um acaso, os dois países fizeram parte por mais tempo do Comitê do Patrimônio Mundial – órgão criado pela Convenção do Patrimônio Mundial responsável por votar nos bens a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. O Brasil fez parte do Comitê por 25 anos (e ainda está em atividade) e o México esteve por 22 anos[9], essas posições estão intrinsecamente relacionadas às disputas de poder dentro do campo do patrimônio. Um poder baseado nos discursos, como será discutido mais adiante.

Os anos 2000, por outro lado, apresentou um número incipiente de bens brasileiros inseridos na Lista do Patrimônio Mundial, e isso está relacionado às mudanças internas na política do patrimônio, com a publicação do Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000 (BRASIL, 2000) que institui o instrumento de proteção de bens imateriais (registro) e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Tal política se tornou um marco no campo do patrimônio, inclusive no meio internacional, o qual a UNESCO a adotou como referência na

[8] UNESCO – Lista do Patrimônio Mundial. **Estatísticas da Lista do Patrimônio Mundial**. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/list/stat.

[9] UNESCO – Sobre o Patrimônio Mundial. **Comitê do Patrimônio Mundial.** Disponível em: http://whc.unesco.org/en/committee/.

construção de sua própria política, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003 (UNESCO, 2003).

Já consolidadas as políticas em torno do Patrimônio Imaterial, tanto na escala nacional quanto global, o Brasil retoma suas ações em busca do reconhecimento em nível internacional. Porém, nesse momento o interesse se volta para os bens de caráter imaterial em que, desde 2003, foram inscritos na Lista Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade cinco bens brasileiros, como pode observar no quadro (Quadro 2) a seguir.

**Quadro 2** – Bens brasileiros inscritos na Lista Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade

| Nome do Bem | Ano de Reconhecimento |
|---|---|
| Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi | 2003 |
| Samba de Roda no Recôncavo Baiano | 2005 |
| Frevo: Expressão Artística do Carnaval de Recife | 2012 |
| Círio de Nossa Senhora de Nazaré – Belém/PA | 2013 |
| Roda de Capoeira | 2014 |

Fonte: IPHAN – Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade

Observando os dois quadros (Quadro 1 e 2), no período de 2000 a 2010 houve apenas 2 bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (bem de caráter material), o que, comparado às demais décadas se mostra uma quantidade pouco expressiva; mas por outro lado, no mesmo período ocorreu a inscrição de 2 bens na Lista Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade (bem de caráter imaterial). Isso significa que no total foram reconhecidos pela UNESCO 4 bens, sendo esta uma quantidade razoável para a política externa brasileira no que diz respeito à patrimonialização.

A partir dos anos 2010, se intensificou o interesse do Brasil em ter seus bens reconhecidos em nível internacional. De 2010 até 2019 foram inseridos 7 bens nas listas da UNESCO, tanto como Patrimônio Mundial quanto Patrimônio da Humanidade. Ademais, o MERCOSUL passou também a reconhecer o patrimônio cultural sul-americano desde 2012, com a Decisão nº 55 da Secretaria do bloco, o que aumenta o número de bens brasileiros nas listas internacionais. Essa quantidade expressiva de bens reconhecidos sugere haver um interesse por parte do Brasil de conquistar sua hegemonia no campo do patrimônio internacional, se fortalecendo e inovando cada vez mais.

## 1.2 ESTADO, PODER E PATRIMÔNIO

O Estado como conhecemos hoje é uma concepção moderna, criada a partir da concentração de riqueza e de poder. Uniram-se numa única organização social e política a burguesia, a Igreja e a nobreza, formando o Estado, que veio destruir toda relação social de uso comum das terras, relação existente entre os camponeses. Com a formação dos Estados Modernos passou também a existir a propriedade privada e a centralização política, duas das características do Império Romano (MORAES, 1990). Kropotkin (2000) também afirma que essa configuração do Estado é inspirada no Império Romano; para ele, "o império romano foi um Estado na verdadeira acepção do termo" (p.10).

Por outro lado, diferente da Antiguidade, esse formato de Estado nasce com o Capitalismo Mundial, e com ele nasce também uma forma de poder, que Raffestin (1993) denomina de poder institucionalizado, representado por uma minoria. Assim, para Raffestin (1993), o Estado é constituído por três elementos fundamentais: a população, o território e o poder – também Bobbio (2007) apresenta o Estado sob essas três vertentes.

A relação entre o território e o Estado é bem estreita, pois para Ratzel (*apud* MORAES, 1990), não é possível haver um Estado sem a existência de um território, assim como não é possível delimitar um território sem a existência do Estado, inclusive para a proteção do próprio território. Ou seja, os dois coexistem. Além disso, para Ratzel, o poder do Estado está atrelado ao tamanho de seu território, isto é, quanto maior o território, mais poderoso e seguro estará o Estado. No entanto, essa visão determinista sobre o Estado predominou até a Segunda Guerra Mundial, quando o mundo passou por transformações significativas na política e nas relações espaciais. Para Becker (1995), o Estado não pode ser reconhecido como o único detentor de poder, assim como o seu poder não pode ser relacionado somente à sua composição espacial, pois há outras variáveis que necessitam ser também consideradas. Para ela,

> atribuir o poder à configuração das terras e mares e ao contexto dos territórios, é seguir o princípio do determinismo geográfico e omitir a responsabilidade humana na tomada de decisão política dos Estados que, na verdade, moldam a geografia dos seus territórios e do planeta (BECKER, 1995, p. 274).

Ainda segundo Becker (1995), o Estado não pode ser entendido como uma figura pronta, pois o Estado não é, ele está sendo. Em outras palavras, significa dizer que o Estado é um processo construtivo e que, para Becker (1995), esse processo vem ocorrendo em dois

momentos. O primeiro ocorreu anterior às grandes guerras mundiais e teve seu auge no século XIX quando o Estado era articulado com a existência do território; uma concepção determinista ratzeliana voltada para a estratégia de consolidação e expansão territorial. Já o segundo momento se manifesta no período após a Segunda Guerra Mundial, tratando - se da "instrumentalização do espaço como meio de controle social quando o Estado muda de feição, passando a um Estado de governo" (BECKER, 1995, p. 285).

O Estado concebido na modernidade mantinha o seu poder ligado ao seu território; no entanto, o Estado evoluiu, conforme Becker (1995) anunciou, e hoje seu conceito ultrapassa a ligação entre território e poder. Na verdade, a relação com o espaço também se transformou; o que outrora importava o controle sobre um espaço delimitado e político (território) de tal forma que protegesse seu Estado, agora o interesse é de expandir o controle sobre um espaço intangível, mais fluído e relacional. É a globalização, o controle de um espaço global, porém fragmentado (BECKER, 2012).

O advento de novas tecnologias proporcionou o alto crescimento das indústrias e corporações internacionais que, por sua vez, passaram também a controlar esse novo espaço mundializado. Assim, o Estado deixou de ser o maior detentor do poder; a defesa do território cedeu lugar ao controle do sistema produtivo. Com a internacionalização da economia, o mercado se tornou um agente de poder junto ao Estado. Contudo, conforme explica Becker (2012), a centralidade da produção e o controle econômico nas mãos das grandes corporações fez com que o Estado perdesse parte de seu poder, acarretando na ascensão do setor privado. Tal ascensão desencadeou a perda da autonomia do Estado frente às questões econômicas e produtivas, porém, não no que se refere a centralidade política, pois nesse quesito o Estado permanece no controle.

Deste modo, mesmo havendo uma nova estruturação do poder, em que se apresentam diferentes formas de apropriá-lo, seja por meio da política ou da economia (ou mesmo de outros setores como a cultura), o Estado permanece soberano. E o interesse de manter sua soberania fez o Estado adotar novas estratégias de competição no meio econômico, "procurando recuperar a iniciativa que perderam para o setor privado" (BECKER, 2012, p.125). Essas estratégias podem ser visualizadas na forma de blocos econômicos, por exemplo, o qual os Estados se associavam em prol do desenvolvimento de suas economias nacionais e a consagração do seu poder hegemônico. O segundo capítulo discutirá a respeito

do MERCOSUL, sendo este um bloco criado sob a premissa de desenvolver as economias nacionais sul-americanas.

Ademais, Raffestin vem dizer que "o poder se manifesta por ocasião da relação". E continua, "é um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam" (1993, p.47). Assim, não importa se o Estado é soberano ou se o sistema produtivo e econômico supera as fronteiras nacionais estabelecendo um novo espaço mundializado; sem as relações, seja de troca ou de conflito, não há manifestação do poder.

Como se sabe, o poder é relacional (RAFFESTIN, 1993), porém, ele também é multidimensional (BECKER, 2012), abrangendo novas escalas e setores. Pensando nessa perspectiva da multidimensionalidade do poder, é possível integrar ao debate o estudo sobre o patrimônio, considerando que o processo de identificação, valoração e reconhecimento de um determinado bem requer, *a priori*, a escolha do que deve ou não ser protegido (FONSECA, 2005). E essa escolha é fruto da relação entre sociedade e Estado, no qual o discurso é legitimado através da definição dos elementos que caracterizam a identidade da nação, ou seja, o patrimônio existe a partir da seleção de elementos históricos e culturais que ajudam a construir um sentimento de nacionalismo.

Em outras palavras, é por meio de disputas que o patrimônio é usado para forjar a identidade nacional. O poder, neste caso, se expressa mediante os conflitos de interesse que surgem no processo de escolha dos elementos considerados relevantes e suficientes para representar a nação. Portanto, pode-se dizer que, pensar em patrimônio também é pensar em poder; o patrimônio é também uma forma de agir, "um ato de comunicação e de atribuição de significados no e para o presente" (SMITH, 2008 *apud* SOUZA e CRIPPA, 2011, p. 243).

Entendendo que o patrimônio é uma forma de agir, o qual o poder se manifesta por ocasião de escolha proveniente das relações; é importante chamar a atenção para o fato de que associar a patrimonialização unicamente ao discurso da identidade nacional pode não ser possível em sociedades cujo Estado optou por não interferir nessa tomada de decisão. O que se pretende dizer é que é necessário enxergar o patrimônio sob outra perspectiva para além da unidade nacional. Nem sempre um bem reconhecido é capaz de cumprir seu papel de representar uma nação como toda.

Vale lembrar que essa concepção do patrimônio como agente formador do nacionalismo é resultado do que surgiu com a Revolução Francesa, o desejo de preservar monumentos históricos e culturais que pudessem representar a nacionalidade na França (FONSECA, 2005 e CHUVA, 2009). Além disso, no mesmo período em que se desencadeou a revolução, século XVIII, os Estados nacionais buscavam meios de se fortalecerem e se consagrarem como soberanos, sobretudo, através da apropriação do território (BECKER, 1995 e RAFFESTIN, 1993). Unificar a nação por meio da construção de uma identidade nacional foi uma das estratégias adotadas pelo Estado para defender sua autonomia, conforme apresentou Backheuser (1933).

Atualmente, porém, o reconhecimento do patrimônio ultrapassa as questões em torno da identidade nacional. Como mencionado anteriormente, o Estado perdeu seu status de maior controlador do espaço para os novos atores que surgiram com o processo de desenvolvimento tecnológico e econômico. O Estado passou por transformações no seu formato no período pós-guerra, tendo de se adaptar à nova realidade global, "passando a um Estado de governo" (BECKER, 2012, p.122). Também o poder passou por uma reconfiguração; por se manifestar através das relações sociais, ele segue o contexto social em que está inserido. Ainda segundo Becker, o "crescimento populacional, Economia Política e dispositivos de segurança são o tripé em que se apoia a nova forma de poder, a governamentalidade" (2012, p.122).

É importante se manter atento a alguns detalhes relacionados às diferentes formas de poder e ao próprio Estado, isso pois, o poder do Estado muitas vezes é percebido através do governo, ainda que Kropotkin (2000) tenha enfatizado que há uma expressiva diferença entre Estado e Governo, o qual ele explica que,

> A ideia de governo compreende não somente a existência de um poder colocado muito acima da sociedade, mas também uma concentração territorial e uma concentração de muitas funções da vida das sociedades nas mãos de alguns indivíduos (KROPOTKIN, 2000, p.10).

Deste modo, se para existir o Estado é necessário haver o poder, conforme afirma Raffestin (1993), então, o governo é indispensável ao Estado, uma vez que é ele que controla esse mesmo poder. Kropotkin (2000), no entanto, sendo anarquista, defendia a ideia de abolir o governo e manter o Estado, distribuindo o poder a toda população. Em contraposição, Bobbio (2007) fez uma reflexão acerca desse poder institucionalizado na forma de governo, em que ele também critica sua centralidade, mas não defende sua extinção. Na verdade, ele

apresentou uma espécie de "horizontalização do poder", o qual o governo e a sociedade se encontram no mesmo nível de importância. Ademais, Bobbio (2007) apontou, com base nas Declarações dos direitos franceses e americanos que "o governo é para o indivíduo e não o indivíduo para o governo" (p.65). Isso significa dizer que é o povo o legítimo detentor do poder e o governo nada mais é que sua real representação. De certo, Bobbio (2007) estava se referindo aos Estados democráticos.

Contudo, muita atenção deve ser empregada na tríade Estado x poder x Governo. Se, por um lado, o Estado é constituído pelo território, povo e poder (RAFFESTIN, 1993 e BOBBIO, 2007), por outro, o Governo é aquele que controla o poder, tornando-se capaz de estruturar o Estado e o território conforme seus interesses. Assim, um mesmo Estado pode apresentar diferentes formas ao longo do tempo, podendo ser Estado democrático, autoritário, liberal, centralizador, sempre atendendo os interesses dos que mantêm o controle.

E, as diferentes formas de Estado influenciam nos processos de reconhecimento do patrimônio cultural. Enquanto que em uma sociedade cujo Estado é centralizador, a patrimonialização atenderá os interesses do próprio Estado. Nesse modelo de centralização é comum haver órgãos governamentais responsáveis pelos reconhecimentos, proteção e gestão dos patrimônios, como ocorre no Brasil, em Portugal e em Cabo Verde. Os três países possuem instituições públicas voltadas exclusivamente para a área do patrimônio cultural, como o IPHAN, no Brasil; a Direção-Geral do Património Cultural – DGPC[10], em Portugal, e o Instituto do Patrimônio Cultural – IPC[11], em Cabo Verde.

Já nos Estados neoliberais, onde sua atuação é bastante restrita, ações voltadas para preservação e proteção do patrimônio cultural se dão por meio de parcerias público-privadas. E essas parcerias existem a partir das relações de troca que, muitas vezes, acabam desencadeando disputas de interesses particulares de cada setor (público ou privado). Há alguns casos em que o interesse da iniciativa privada acaba se sobrepondo ao público, como ocorre nos Estados Unidos da América, onde a defesa do patrimônio está nas mãos de fundações e empresas privadas[12].

---

[10] Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/. Acesso em: Maio/2019.
[11] Disponível em: http://www.ipc.cv/index.php/sobre-ipc/apresentacao. Acesso em Stembro/2019.
[12] Foi realizada uma pesquisa em busca de órgãos governamentais responsáveis pelo patrimônio cultural estadunidense, no entanto, não foi encontrada nenhuma informação a respeito. Por se tratar de um país onde seus

Por outro lado, há casos que mesmo o Estado sendo mais limitado, o interesse público acaba sendo levado em maior consideração, como o que acontece no Reino Unido, mais especificamente na Inglaterra. Desde o século XIX o governo inglês vinha atuando no campo da preservação do patrimônio cultural e, em 1983, foi criada a Comissão de Edifícios e Monumentos Históricos, um "órgão público que ajuda as pessoas a cuidarem, apreciarem e celebrarem o espetacular ambiente histórico da Inglaterra"[13].

Em 2015, o órgão foi dividido em duas partes, recebendo cada qual um novo nome e atribuição. A primeira parcela passou a se chamar *Historic England*, permanecendo como uma instituição pública, responsável pela identificação e proteção dos bens, além do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o campo[14]. A outra parte se tornou uma instituição de caridade com caráter privado, mas com atuação subordinada ao *Historic England*. Essa instituição recebeu o nome de *English Heritage* e é responsável pela manutenção, preservação e administração do patrimônio reconhecido[15].

Além disso, o *English Heritage* também é responsável pelo fomento ao turismo cultural; assim, eles desenvolvem várias ações para atrair turistas aos lugares históricos ingleses. Conforme pode ser observado no site da instituição[16], há indicações de locais para serem visitados, locais para realização de eventos, dicas de viagens, entre outras informações turísticas. Pode-se dizer que a parceria público-privada inglesa no campo do patrimônio vem sendo positiva, uma vez que, tem conseguido atender o interesse público de preservação da história da Inglaterra e, ao mesmo tempo, consegue atender o interesse do mercado através de ações de fomento ao turismo cultural, ainda que muito balizadas pelos interesses imobiliários.

Em verdade, não importa o formato do Estado. Ele pode ser mais centralizador e intervencionista, como Brasil, Portugal e Cabo Verde, ou mais limitado, como EUA e Inglaterra, mas em todos eles há um fator em comum: o sentimento de nacionalismo[17].

---

estados federativos possuem certa autonomia, pode ser possível que em alguns deles haja um órgão desse tipo. Porém, na esfera nacional, o patrimônio cultural é trabalhado pelo setor privado, através de fundações como The Heritage Foundation e The Center for Folklife and Cultural Heritage.

[13] *Historic England. About Us*. Tradução livre. Original: "*the public body that helps people care for, enjoy and celebrate England's spectacular historic environment*". Disponível em: https://historicengland.org.uk/about/. Acesso em: Maio/2019

[14] Idem. *What We Do*. Disponível em: https://historicengland.org.uk/about/what-we-do/. Acesso em: Maio/2019.

[15] *English Heritage. Our History*. Disponível em: https://www.english-heritage.org.uk/about-us/our-history/#. Acesso em: Maio/2019.

[16] Idem. Disponível em: https://www.english-heritage.org.uk/. Acesso em: Maio/2019.

[17] Com base nas leituras dos *websites* de cada instituição dos respectivos países.

Mesmo os EUA, que não possui uma instituição governamental em nível nacional voltada para esse tema, demonstra preocupação em preservar elementos históricos que remetem à nacionalidade estadunidense.

O país conta com instituições privadas que atuam em prol da preservação da história e cultura nacional, como por exemplo, *The Center for Folklife and Cultural Heritage*, uma instituição educativa de iniciativa privada que desenvolve "pesquisas orientadas para a política de patrimônio cultural e etnográfico" e que tem por objetivo "proteger, desenvolver e promover suas [dos detentores] tradições culturais, expressões e recursos ambientais"[18]. Além disso, tal instituição realiza trabalhos para além dos limites territoriais estadunidenses. Estão presentes em vários países, onde desenvolvem programas e políticas voltadas para o patrimônio, criando um novo espaço de articulação cultural em escala global.

Quando se traz o debate do patrimônio sob a perspectiva do espaço globalizado, fica difícil ignorar a existência dos bens reconhecidos como transfronteiriço. O mesmo patrimônio pode estar presente em mais de um país, podendo resultar na intensificação das relações sócio-territoriais entre os Estados envolvidos. Por outro lado, pode gerar conflitos em relação à identidade nacional que o patrimônio corresponde; a quem pertence o bem? Com base nessa indagação, o próximo item traz uma discussão sobre as fronteiras e como o patrimônio pode se relacionar com elas.

## 1.3 FRONTEIRA E TRANSFRONTEIRA

As formas como os Estados se articulam em torno de suas fronteiras tem se modificado tanto quanto o próprio entendimento de fronteira. Ainda hoje não se chegou a um consenso sobre sua definição, havendo vários discursos diferenciados acerca deste tema (MOREIRA, 2018). Com base na geopolítica clássica de guerra e de paz (MOREIRA, 2018), as fronteiras tinham um papel fundamental nas questões de segurança territorial. Eram áreas atrativas para os conflitos, principalmente após o Tratado de Westfalia (1648), período

[18] *The Center for Folklife and Cultural Heritage. About Us*. Tradução livre. Original: "*ethnographic and cultural heritage policy oriented research*". Disponível em: https://folklife.si.edu/mission-and-history/cfch-strategic-plan/smithsonian. Acesso em: Maio/2019.

marcado pela constituição territorial dos Estados europeus e de suas soberanias (MOREIRA, 2018 e COSTA e PORTO-GONÇALVES, 2006).

Costa e Porto-Gonçalves (2006) explicam que a concepção da soberania dos Estados nacionais surgiu no período em que o sistema colonial dominava o mundo e, para eles, tal sistema representava a total ausência dessa mesma soberania. Assim, Westfália se tornou um marco da afirmação das soberanias nacionais. E, conforme aponta Moreira (2018), foi nesse período – da assinatura do tratado – que as fronteiras se tornaram elementos que ajudam na demarcação do poder dos Estados; soberania e controle.

No entanto, ainda que esse discurso da soberania nacional estivesse presente no momento da criação da ONU, em 1948, ele não se manteve sólido por muito tempo. A começar pela própria formação das Nações Unidas, que conforme apontam Costa e Porto-Gonçalves (2006), se tornou contraditório com a proposta de Westfália, já que a ONU veio a ser um "espaço interestatal de concertação política" (COSTA e PORTO-GONÇALVES, 2006, p.28). Ademais, no mesmo período, no pós-Segunda Guerra, foi dada a largada a uma nova fase de organização do mundo moderno, com o fortalecimento do poder econômico, fruto dos avanços tecnológicos e a ascensão das grandes corporações internacionais que, paralelamente, culminou com o enfraquecimento do poder dos Estados (COSTA e PORTO-GONÇALVES, 2006 e BECKER, 2012).

Se por um lado ocorre o decréscimo do poder do Estado, por outro, o mercado vem ampliando seu controle sobre o espaço e conquistando cada vez mais liberdade econômica (COSTA e PORTO-GONÇALVES, 2006). Essa nova configuração do espaço a partir da globalização, levou muitos autores a defenderem o fim das fronteiras, como apontam Costa e Porto-Gonçalves (2006), embora eles mesmos não defendam essa ideia. Para eles, assim como para Foucher (2013) e Moreira (2018), as fronteiras não desapareceram, mas tiveram seu papel alterado. Moreira (2018) ainda vem dizer que,

> assim, como o discurso sobre soberania dos Estados mudou nos últimos anos, também as concepções sobre o significado das fronteiras sofreram alterações. A soberania foi relativizada e as fronteiras se tornaram mais fluídas (MOREIRA, 2018, p. 28).

O Estado teve que mudar a forma como a soberania era acionada para que ela não deixasse de existir e, assim, manter a existência do próprio Estado. É um ciclo de dependência entre o Estado, o poder – que neste caso se expressa pela soberania – e o território

(RAFFESTIN, 1993 e BOBBIO, 2007). A ascensão do poder econômico, manifestado pelo controle do espaço pelo mercado, contribuiu com as mudanças, não só nas relações de soberania, como também no funcionamento das fronteiras, conforme apontou Moreira (2018).

No entanto, as mudanças em torno do conceito e função das fronteiras pode ser entendida a partir da relação com o território. *A priori*, é importante ter em mente que a existência das fronteiras está condicionada à existência do território. Considerando que o mundo globalizado proporcionou o surgimento de novos espaços de relações que não obedecem à lógica territorial política dos Estados, conforme explicou Becker (2012), é possível entender as mudanças ocorridas com as fronteiras.

Costa e Porto-Gonçalves (2006, p.14) afirmam que "todo território é uma criação e, em especial no caso da nossa espécie, uma criação histórica", e com o mundo atual em constante transformação, cada vez mais novos territórios são criados. Ou, como Costa (2007) problematizou, é o período da desterritorialização, processo em que os próprios territórios se desterritorializam para se reterritorializar. Muitos autores, como Costa (2007), Massey (2008) e Becker (2012), trazem uma denominação para esse período como a "era dos espaços", da espacialidade, em que os territórios são suplantados pelas relações espaciais em rede provenientes da globalização.

Em verdade, a globalização atraiu significativas mudanças no mundo e a forma como entendemos, lidamos e vivenciamos a realidade também se alterou. Contudo, é necessário esclarecer que as mudanças ocorreram em caráter de transformação e não como desaparecimento; isto é, o que já existia não deixou de existir, nem o Estado, nem o território, nem as fronteiras. Mas o novo emergiu como os espaços em redes que muito facilmente podem ser vistas através das organizações dos blocos econômicos, relações bilaterais, etc.

Antes da eclosão desse novo sistema mundial pautado no desenvolvimento produtivo, econômico e tecnológico que resultou em uma nova espacialidade global mais integradora (CICCOLELLA, 1997; BECKER, 2012), a concepção de fronteira estava muito ligada à ideia de limite, o que cabe dizer, são definições diferentes. Costa e Porto-Gonçalves (2006) trazem um exemplo de como são estabelecidas as fronteiras no sentido de limite, em que eles explicam:

> As fronteiras, como limites, trazem nelas mesmas o *front*, seja ele diplomático ou militar. E a fronteira é, quase sempre, a consagração de determinada correlação de

> forças políticas e, como tal, tende a esconder o *front* (a disputa) que a engendrou, naturalizando-a. Então, diz-se que o rio A ou a cordilheira Z fazem fronteiras entre os países X e Y, como se fossem as cordilheiras ou os rios que fizessem as fronteiras que os homens e mulheres estabeleceram para si (COSTA e PORTO-GONÇALVES, 2006, p.14).

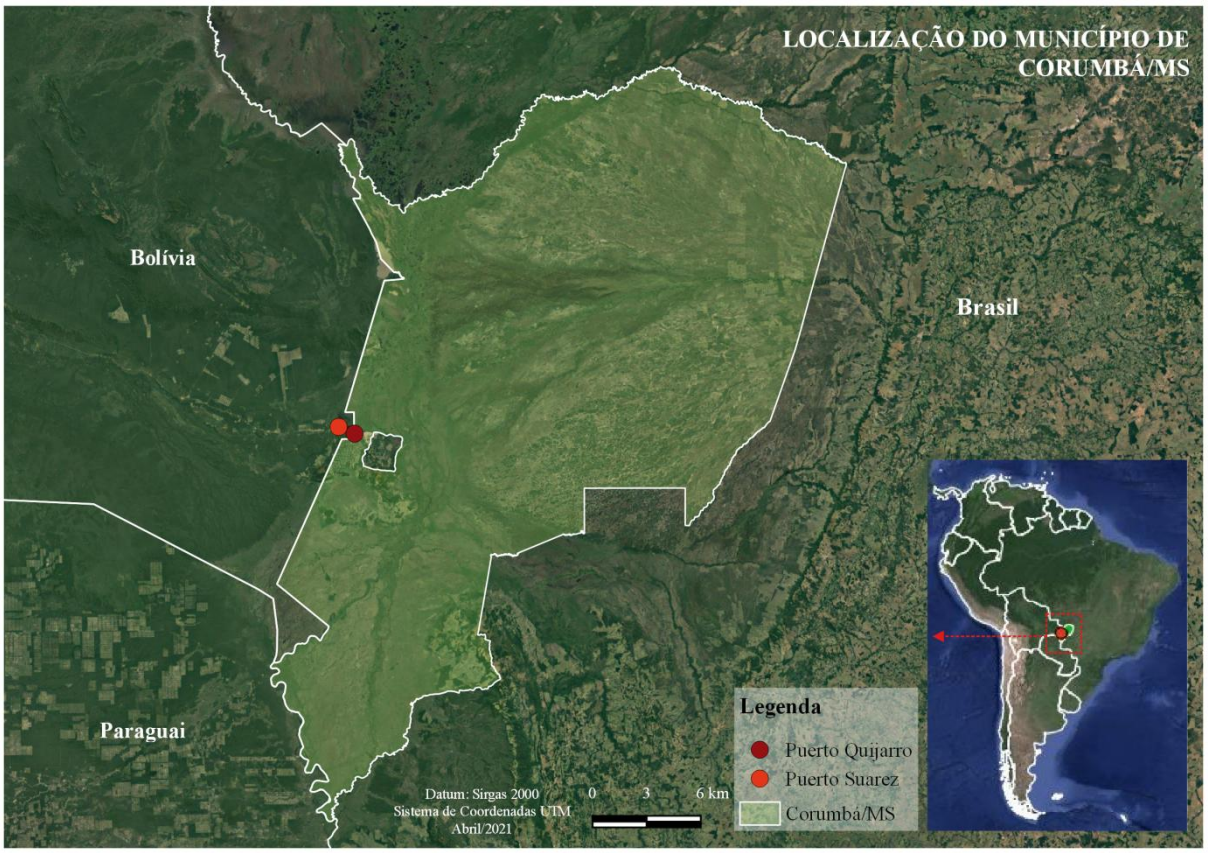
Observa-se que os limites são a primeira forma de se enxergar as fronteiras, eles são frutos de disputas, cujo propósito é demarcar o território, como barreiras (MOREIRA, 2018) e, geralmente, são associados a elementos da natureza, como rios e florestas (FOUCHER, 2013; MOREIRA, 2018). Por outro lado, a nova configuração do espaço mundial contribuiu para que os limites se tornassem mais fragilizados (salvo situações de conflitos) e o papel das fronteiras fossem ressignificadas (MOREIRA, 2018).

De maneira mais simplista, os limites estão associados à definição político-jurídico territoriais do Estado, sua ênfase está na divisão espacial. As fronteiras, no entanto, são áreas (ou regiões) de interações sociais, trocas de informações (MOREIRA, 2018), ou mesmo de "transição da dominação territorial de um Estado para outro" (SANTOS e RÜCKERT, 2014, p.1106). Os limites são fixos, concretos, enquanto as fronteiras estão sempre em movimento, podendo se deslocar no tempo e no espaço. Atravessar o limite não significa atravessar a fronteira.

As fronteiras, enquanto espaço de integração, criam em si regiões de características muito particulares que ajudam a diminuir a distância criada pelos limites. As regiões de fronteiras ajudam a conectar os territórios, ampliando os fluxos entre eles, formando uma nova espacialidade, mais fluída, integrativa e comunicativa, que pode ser entendida também como área transfronteiriça (SANTOS e RÜCKERT, 2014). O município de Corumbá no estado do Mato Grosso do Sul pode ser apresentado como um exemplo de área transfronteiriça (Mapa 2). Conhecida como a Capital do Pantanal, está situada na fronteira com a Bolívia, sendo possível realizar a travessia a pé. Corumbá se tornou a 3ª maior cidade do Mato Grosso do Sul e é considerada um dos principais centros urbanos fronteiriços do Brasil. Com uma área urbana bastante desenvolvida, o município possui uma conturbação com mais duas cidades bolivianas: Puerto Suarez e Puerto Quijarro[19].

[19] JDS Turismo. **Corumbá, a Capital do Pantanal**. Corumbá, 2009–2014. Disponível em: http://jdsturismo.com.br/corumba. Acesso em: Abril/2021.

**Mapa 2 -** Localização do município de Corumbá/Brasil e as cidades de Puerto Suarez e Puerto Quijarro, Bolívia



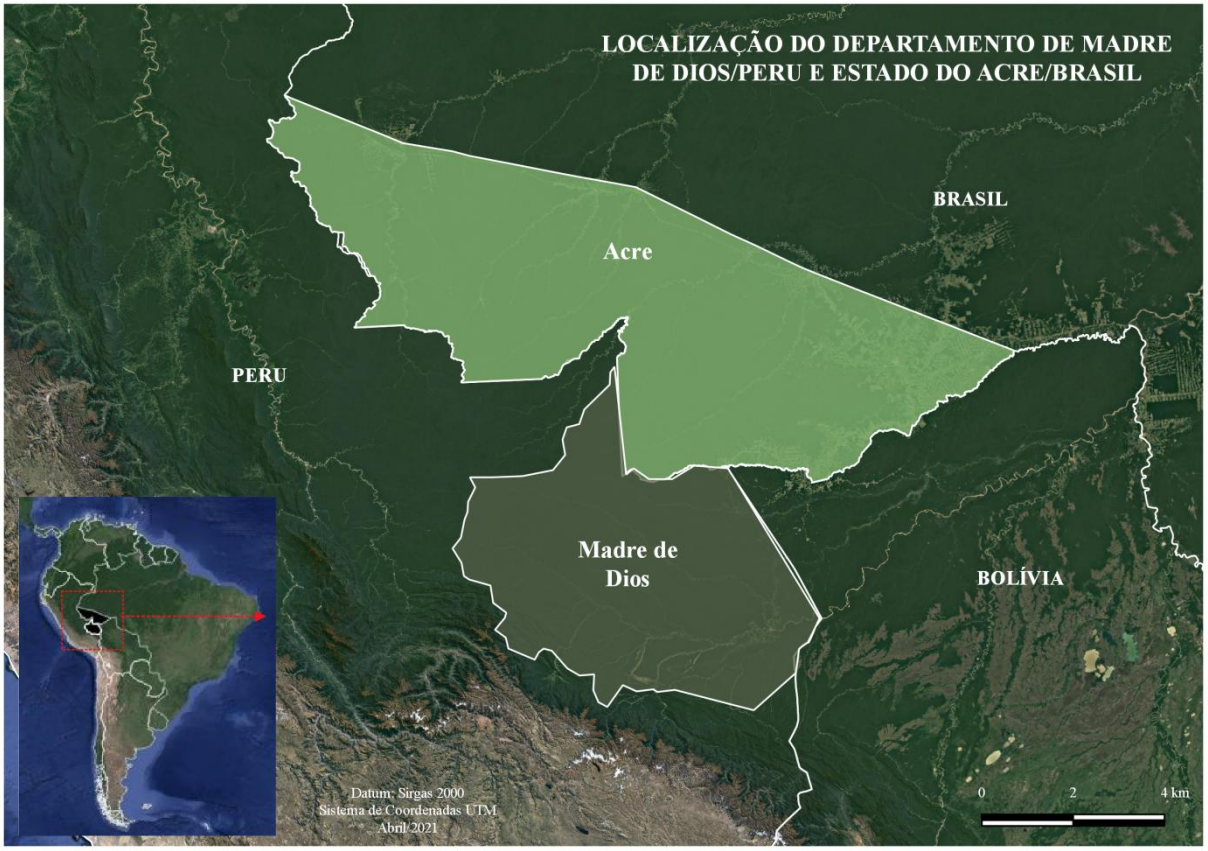

Organização: Helena Tagarro, Abril/2021.

De acordo com Santos e Rückert (2014), transfronteirização é um conceito que ainda está em desenvolvimento e que "se caracteriza quando os habitantes de ambos os lados transcendem a fronteira e a incorporam em suas estratégias de vida através de múltiplas modalidades" (SANTOS e RÜCKERT, 2014, p. 1108). Assim, um território transfronteiriço pode ser entendido como uma área de vivências sociais, onde se ignora a existência de limites territoriais, que são elementos político-jurídicos de Estado, mas não, efetivamente, sinais de separação entre os países.

Diferente das regiões de fronteiras e dos territórios transfronteiriços, as faixas de fronteiras são determinadas juridicamente por cada Estado, sendo facilmente associadas aos limites (MOREIRA, 2018). O Brasil estabeleceu sua faixa de fronteira na década de 1970, como aponta Moreira (2018), através da Lei n° 6.634/1979 e do Decreto n° 85.064/1980 que determinou uma área de 150 km de largura contendo desde "áreas isoladas e pouco povoadas até áreas mais densamente povoadas, com alto grau de integração econômica regional" (MOREIRA, 2018, p.32). Como faixas de fronteira, tem-se o exemplo do Acre com o

departamento de Madre de Dios no Peru (Mapa 3). O departamento peruano é menos povoado do país e é unido ao Brasil por uma ponte, tendo o limite bem estabelecido entre ambos os lados. No entanto, há uma interação na fronteira proporcionada pelas ações comerciais e econômicas entre a população local; produções agrícolas, extrativista e até mesmo tráfico ilícito é bem forte na região, conforme apontam Machado, Ribeiro e Monteiro (2014). Além disso, ainda segundo os autores, a construção da Rodovia Transoceânica contribuiu com o maior desenvolvimento comercial naquela fronteira.

**Mapa 3 –** Localização do Departamento de Madre de Dios/ Peru.




Organização: Helena Tagarro, Abril/2021

Ainda segundo Moreira (2018), ao estabelecer suas faixas de fronteira, o Estado obtém uma segurança quanto ao seu território e sua soberania. Porém, essa determinação muitas das vezes desconsidera o encontro de diferentes culturas nesses espaços o que pode, ocasionalmente, resultar em áreas de disputas. Como bem explicou o autor, "as fronteiras nem sempre crescem da mesma forma de um e de outro lado" (MOREIRA, 2018, p.32). Mesmo com a globalização ou com os regionalismos – observando por uma escala menor – as

relações transfronteiriças podem ocorrer de maneira mais lenta, uma vez que nessas áreas podem apresentar diferenças culturais, econômicas e sociais significativas.

Os Estados tendem a investir em ações de cooperação fronteiriça, de modo a diminuir conflitos, minimizar o impacto da delimitação territorial e criar um espaço de diálogos entre os lados, propiciando a integração regional. Desta forma, a cooperação fronteiriça serve como instrumento de gestão adotado pelo Estado a fim de promover a governança nas áreas de fronteira, acionando diferentes atores como o próprio Estado, a sociedade civil e inciativas privadas. Por outro lado, a cooperação fronteiriça vai além de promover a integração regional. Nos territórios transfronteiriços, onde as relações já não obedecem tanto os limites territoriais, a cooperação se faz presente em prol do desenvolvimento regional, seja proporcionando o livre comércio, seja fomentando os meios de produção local ou mesmo promovendo a preservação cultural.

Santos e Rückert (2014) apresentam a Região das Missões como um possível território transfronteiriço, cuja integração ocorre por razões históricas e geográficas, mas que ainda sofre com uma integração insatisfatória no que diz respeito a mobilidade e acessibilidade turística regional. Os autores defendem a ideia de unificar os territórios no âmbito do turismo, viabilizando os acessos a todos os atrativos existentes na região de modo que estimule o crescimento econômico local. Para tanto, a cooperação se faz necessária, uma vez que cada Estado tem um modo diferente de desenvolver o turismo na região, agindo de forma independente, conforme explicam Santos e Rückert (2014). Vale salientar que o debate trazido pelos autores é de 2014 e que de lá para cá houve mudanças significativas no cenário da cooperação internacional entre Brasil, Argentina e Paraguai, sobretudo no que se refere à Região das Missões. Como exemplo temos os dois projetos de cooperação internacional apresentado neste estudo: Projeto de Cooperação Técnica Internacional Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas Guarani, e Projeto Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guarani, Moxos e Chiquitos no MERCOSUL: fortalecimento institucional para a sua definição e desenvolvimento.

### 1.3.1 Conhecendo o território missioneiro: apontamentos históricos

A Região das Missões, enquanto território transfronteiriço, possui suas particularidades tanto nas questões socioculturais, quanto no seu processo histórico de formação territorial. E aqui será apresentada parte dessa construção histórica missioneira.

Embora o Brasil seja apresentado como uma ex-colônia portuguesa, nem todo o seu território atual foi explorado por essa Coroa, como o caso do extremo sul brasileiro que foi ocupado pelos espanhóis (MAEDER, 2009; STELLO, 2013). E isso ocorreu devido à divisão estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, onde as terras à esquerda da linha divisória fossem pertencentes à Espanha e as terras à direita fossem de Portugal (MAEDER, 2009). Com base nisso, a região meridional da América do Sul passou a pertencer à Coroa Hispância, incluindo o estado do Rio Grande do Sul (MAEDER, 2009).

Em conformidade com o tratado, as Coroas Ibéricas ocuparam cada qual, o território que lhes concerniam, segundo seus próprios modelos de organização. No entanto, a participação da Igreja era frequente em ambos os lados, sobretudo a Companhia de Jesus, grupo de maior atuação no período colonial que trabalhou intensamente no projeto de evangelização dos indígenas com o intuito de transformá-los em mão-de-obra servil (PONTES, 2010).

No lado português, o modelo adotado pelos jesuítas era de fazendas com foco na produção (VERTELO, 2013). Sob o domínio hispânico, as ocupações se deram de maneira diferente, conforme vem sendo discutido neste trabalho. Os jesuítas espanhóis fundaram um modelo de organização espacial em forma de aglomerados urbanos, conhecidas como reduções (STELLO, 2013). As reduções chegaram a um total de trinta distribuídas entre a Argentina, Brasil e Paraguai, formando a antiga Província Jesuítica do Paraguai (MAEDER, 2009 e STELLO, 2013).

As trinta reduções começaram a ser construídas a partir de 1609 (BOTELHO *et al*, 2015), no período em que as Coroas Ibéricas estavam unidas, interrompendo temporariamente o Tratado de Tordesilhas. Por outro lado, os colonos espanhóis e portugueses não compartilhavam da mesma união, o que acarretou invasões por ambas as partes, gerando alguns conflitos (PONTES, 2010). As bandeiras portuguesas, por exemplo, seguiram em direção ao sul,

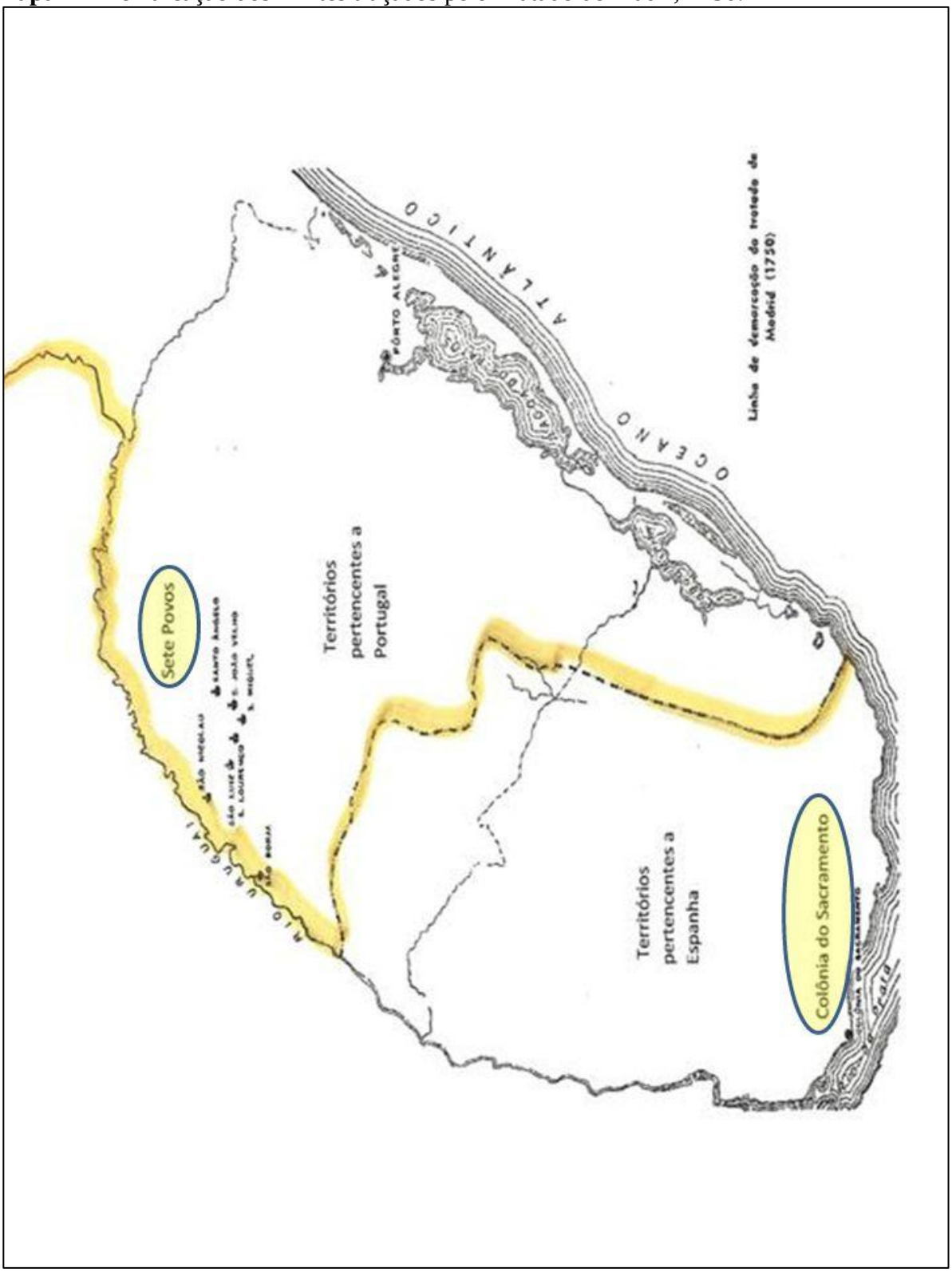
> destruindo as reduções jesuíticas espanholas do Guairá, no atual oeste paranaense, do Tape, no centro do Rio Grande do Sul e do Itatins, no sudoeste mato-grossense de hoje, contribuindo para a definitiva incorporação dessas regiões fronteiriças ao território brasileiro (PONTES, 2010, p. 59).

Em 1640 foi restabelecida a Coroa Portuguesa, separando-se da Espanha. Essa separação, segundo Pontes (2010), trouxe dificuldades para os portugueses no que diz respeito

à sua inserção nos assuntos internacionais, uma vez que a Espanha se mostrava mais forte em comparação a Portugal, ocasionando um forte conflito entre os países. Tal conflito surtiu efeito no continente sul-americano, onde as Coroas ainda não tinham definido seus limites territoriais. Portugal aproveitou o momento de instabilidade e buscou se apropriar da região próxima ao Rio da Prata, fundando em 20 de janeiro de 1680 a Colônia do Sacramento, na costa do atual Uruguai (PONTES, 2010), e por ter sido fundada em uma região estratégica de escoamento da produção, gerou um intenso conflito com os espanhóis que viviam em Buenos Aires.

Para tanto, ainda de acordo com Pontes (2010), os espanhóis invadiram a colônia, apropriando-se dela e expulsando os luso-brasileiros. Após anos de conflitos, os dois países firmaram um acordo, o Tratado de Utrecht, assinado em 1715, passando a Colônia de Sacramento para o controle português. Contudo, a geopolítica sul-americana sob o domínio ibérico ainda sofreria outras alterações. Com a fundação e ascensão da cidade de Montevidéu pelos espanhóis, ofuscaram a Colônia do Sacramento, o que levou as duas Coroas a elaborarem um novo acordo. O Tratado de Madri (Mapa 4) foi assinado em 1750, determinando a permuta entre a Colônia do Sacramento, que passou a pertencer à Espanha, pelas Missões Jesuíticas localizadas na parte oriental do rio Uruguai, que passou a ser de Portugal (BOTELHO *et al*, 2015).

**Mapa 4 –** Demarcação dos limites traçados pelo Tratado de Madri, 1750.




Fonte: Maeder, 2009.

Esse acordo contribuiu para o declínio do sistema missioneiro e impulsionou a Guerra Guaranítica, que durou entre os anos de 1753 e 1756 (BOTELHO *et al*, 2015; PONTES, 2010). De acordo com Botelho (*et al*, 2015, p. 29), "o acordo previa que as sete reduções da margem oriental do rio Uruguai fossem abandonadas pelos jesuítas e Guarani e incorporadas ao domínio português", e isso causou revolta entre os indígenas que se negavam a deixar o território. A partir desses acontecimentos, com o Tratado de Madri (1750), é que podemos começar a entender o processo de transfronteirização e de criação de um território que hoje não é reconhecido jurídico e politicamente, mas é constituído simbolicamente (COSTA, 2007). Na verdade, a atual fronteira do Rio Grande do Sul só foi consolidada com o Tratado de Badajós (1801) (PONTES, 2010) e, então, os Sete Povos das Missões do Uruguai se tornaram, definitivamente, brasileiros.

As sete reduções localizadas no Rio Grande do Sul são brasileiras por razões geopolíticas, por imposição do Estado. Porém, histórica e culturalmente, o território missioneiro resiste ao tempo, sem perder a sua identidade. É um território presente na memória de seu povo, nas tradições, no patrimônio cultural; um território que ultrapassa as fronteiras nacionais.

# 2 INSTÂNCIAS INTERNACIONAIS DE RECONHECIMENTO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UNESCO E MERCOSUL

O Patrimônio Mundial, embora não com tal nomenclatura e, talvez, não com o mesmo significado, tornou-se pauta de discussão no âmbito internacional desde o final do século XIX, quando os Estados nacionais começaram a apresentar preocupação diante de seus elementos históricos e artísticos. Como exemplo tem a Declaração de Bruxelas de 1874, elaborada durante uma Conferência convocada pelo, então, Czar Alexander II da Rússia (COMITÊ BLUE SHIELD, 2018), com o intuito de minimizar estragos ocasionados em situações de guerras. O Artigo 8º da referida declaração traz a seguinte informação:

> Art. 8º – A propriedade dos municípios, a de instituições dedicadas à religião, à caridade, à educação, às artes e ciências, ainda que propriedades dos Estados, devem ser tratadas como propriedade privada. Toda apreensão ou destruição ou dano intencional a instituições desse caráter, monumentos históricos, obras de arte e da ciência devem ser sujeitas aos procedimentos legais das autoridades competentes[20].

De acordo com Guedes (2018), a Declaração de Bruxelas teve como base o Código de Lieber de 1863, texto exclusivamente estadunidense, mas que fora utilizado como referencial para outros documentos posteriores. Tais documentos são, além da Declaração de Bruxelas, as duas Convenções de Haia de 1899 e 1907 que, diferentes do Código de Lieber, trouxeram uma proposta de abrangência mais universal, envolvendo diversos países (GUEDES, 2018). Além disso, cabe salientar que a realização da Segunda Conferência de Haia em 1907 contribuiu para o fortalecimento da cooperação internacional entre os países presentes, conforme aponta Guedes (2018).

Apesar de haver indícios de proteção a bens culturais como pôde ser observado nos documentos citados, eles se mostraram insuficientes, uma vez que anos mais tarde eclodiram duas Grandes Guerras que culminaram na destruição e roubo de diversos monumentos e obras de artes. Desta maneira, como explica Guedes (2018), a partir de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, não faltaram desejos de se realizar outra Conferência de Haia. Então,

> Diante do desenvolvimento tecnológico e do poder destrutivo dos bombardeios aéreos, principalmente após as duas Grandes Guerras, uma conferência sobre o tema com a participação de delegados das diversas nações representava a possibilidade de

[20] ***COMMITTEE OF THE BLUE SHIELD****, 2018. Project of an International Declaration concerning the Laws and Customs of War. Brussels, 27 August 1874.* Disponível em: https://ihl-databases.icrc.org/ihl/INTRO/135. Acesso em: Março/2020. (Tradução Livre)

> evitar ou pelo menos diminuir futuros danos. Em 1949, vários especialistas se encontraram em Paris e em outras cidades europeias, a pedido da Holanda e sob os auspícios da Unesco, para debater não apenas a proteção em tempos de guerra, mas também medidas para tempos de paz (GUEDES, 2018, p. 23).

A terceira Conferência de Haia, contudo, só foi realizada em 1954 e foi considerada por Merryman (1986, *apud* GUEDES, 2018) como a primeira convenção dedicada exclusivamente para "proteção de bens culturais". A partir de então outros documentos, como convenções e cartas, foram elaborados sob o mesmo pretexto, com o diferencial de expandir a proteção para além dos períodos de guerra, incluindo também os momentos de paz. Assim também a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO foi criada, em novembro de 1945, sob as inquietações decorrentes dos períodos de guerras. Sua criação teve como propósito auxiliar na capacidade dos Estados de atuarem juntos nas soluções dos desafios existentes na sociedade, viabilizando um ambiente mais solícito para ações de cooperação entre os países e, assim, evitar o surgimento de novos conflitos mundiais[21].

Desde sua criação, a UNESCO passou a ter um papel fundamental na geopolítica mundial. Por não se tratar de um Estado nacional com todos os seus aparatos, e sim uma agência integrante das Nações Unidas com um caráter transnacional (MELLO FILHO, 2017), ela não possui o poder de soberania nacional, mas uma forma diferente de poder. Trata-se do poder de influência. Mello Filho (2017) apresenta a UNESCO como "um espaço de produção da política, com **influência direta nos Estados-partes** de suas convenções e recomendações em função da afirmação de uma ferramenta de controle pautada em um quadro conceitual e normativo sobre o patrimônio" (MELLO FILHO, 2017, p.47, *grifo nosso*) e aqui também será compartilhado da mesma consideração.

Atualmente, quando se pensa em patrimônios culturais reconhecidos em nível internacional, é natural vir à mente a atuação da UNESCO e o Patrimônio Cultural Mundial por ela reconhecido. Por outro lado, além da UNESCO, há outras agências – talvez seja possível utilizar essa nomenclatura – que também atuam nessa mesma perspectiva, como é o caso do MERCOSUL Cultural. Ambas possuem políticas de proteção, promoção e gestão do patrimônio cultural em nível internacional, incluindo o patrimônio de fronteira.

---

[21] UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Disponível em: https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/. Acesso em: Fevereiro/2020.

## 2.1 UNESCO E O PATRIMÔNIO TRANSFRONTEIRIÇO

A criação da UNESCO proporcionou o desenvolvimento de um novo espaço de diálogos e, conforme explica Choay (1999), o mundo via expandir a valorização e a proteção aos patrimônios culturais. Em 1972 foi elaborada a Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural durante a realização da décima sétima sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris.

A Convenção de 1972 apresenta ao mundo a definição de Patrimônio Mundial em suas duas abordagens: cultural e natural (UNESCO, 1972). Além disso, o documento expressa a preocupação dos Estados-partes em relação aos bens culturais e naturais que contêm, de alguma forma, valor para a humanidade e que correm risco de se perderem definitivamente, caso não sejam tomadas medidas de proteção. Para isso, a Convenção determinou que os bens devem apresentar um Valor Universal Excepcional para serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1972).

O Valor Universal Excepcional, doravante chamado VUE, aponta para noção de que um bem, mesmo localizado nos mais remotos cantos da Terra, possui uma importância para toda humanidade. Mas como identificar o VUE em cada monumento, obra de arte ou reserva natural do mundo inteiro sem ferir o orgulho e a soberania de cada nação que submeter seu bem à candidatura do patrimônio mundial? Esse questionamento começa a ser respondido com a elaboração das primeiras Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial em 1977, durante a realização da Primeira Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1977).

As Diretrizes Operacionais são responsáveis por indicar os critérios para ter um bem reconhecido como Patrimônio Mundial, além de orientar as ações de identificação, proteção e gestão do patrimônio (UNESCO; IPHAN, 2016). Até 2020 o documento passou por 23 revisões, expandindo de 28 parágrafos contidos em sua primeira versão de 1977, para 290 parágrafos em 2005, que se mantém até a edição atual de 2019[22]. As mudanças vão desde a ampliação de algumas orientações até a inserção de novas definições como, por exemplo, a do VUE que, embora seja o cerne da Convenção do Patrimônio Mundial, teve sua definição

[22] UNESCO – Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial. **Desenvolvimento Histórico**. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/guidelines/. Acesso em: Maio/2020.

realmente apresentada nas Diretrizes Operacionais de 2005 e vem se mantendo nas edições mais atuais (UNESCO; IPHAN, 2016).

As Diretrizes Operacionais de 2005 apresentam em seu Parágrafo 49 o conceito do VUE:

> 49. O valor universal excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Assim sendo, a proteção permanente deste patrimônio é da maior importância para toda a comunidade internacional. O Comitê define os critérios para a inscrição dos bens na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2005).

Ainda que as Diretrizes Operacionais tenham estabelecido a definição do VUE, permanecia a dificuldade de identificar nos bens o tal valor. Desta forma, o mesmo parágrafo aponta para que o Comitê do Patrimônio Mundial determine os critérios de reconhecimento, isto é, ele é responsável por elencar elementos de identificação do VUE nos bens candidatos à Patrimônio Mundial. Essa circunstância de que o poder de decisão está nas mãos do Comitê contribui com as disputas hegemônicas dentro do campo do Patrimônio Mundial.

No que diz respeito à geopolítica, a Convenção do Patrimônio Mundial representou um debate inédito entre os Estados acerca de políticas voltadas exclusivamente para o Patrimônio Mundial, como aborda Mello Filho (2014). Deste modo, a Convenção colaborou para o surgimento de um novo cenário voltado para disputas políticas, em que cada país busca adquirir mais poder sobre os demais mediante a legitimação de seus discursos (MELLO FILHO, 2014). Quando o bem é reconhecido como Patrimônio Mundial, não significa apenas que ele possui em si alguma importância para a humanidade. Conforme explica Mello Filho (2014), o valor atribuído ao bem é influenciado por um discurso criado nacionalmente que ganha força até ser legitimado pela comunidade internacional.

Esse processo contribuiu para o aumento do poder hegemônico de cada Estado, assim, é possível dizer que quanto mais bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, mais discursos foram legitimados e mais poder foi atribuído. Ainda nessa perspectiva, Peixoto (2002) vem dizer que a quantidade de reconhecimentos também influencia na produção do turismo cultural. O autor realiza um debate acerca da corrida em busca do status de Patrimônio Mundial, o qual ele faz um comparativo entre os países que mais possuem cidades patrimônio, isto é, bens localizados em áreas urbanas de maior circulação como centros históricos e praças, com o ranking dos maiores destinos turísticos do mundo.

Em sua análise, Peixoto (2002) mostrou com clareza essa relação do patrimônio com a indústria do turismo, principalmente do patrimônio urbano, onde o mercado é mais dinâmico e a historicidade local ajuda a construir uma narrativa de tradições que contribuem no desenvolvimento de um mercado de lazer e de turismo histórico e cultural. Deste modo, a legitimação dos discursos ajuda a afirmar o valor do patrimônio viabilizando seu reconhecimento e, por conseguinte, ajuda a promover a produção do turismo cultural.

No entanto, o caminho percorrido para se ter um discurso validado obedece a uma série de regras, ao menos dentro do campo do patrimônio mundial. Ou seja, as relações de poder, principalmente poder hegemônico, tornam-se ainda mais complexas, tendo em vista que os Estados, além de ter que mostrar o VUE dos seus bens nacionais, precisam se adaptar aos processos propostos pelas Diretrizes Operacionais sem abrir mão de suas soberanias. Esse retrato ajuda evidenciar o poder de influência exercido pela UNESCO através da Convenção do Patrimônio Mundial.

Quem controla os discursos e os legitimam é o Comitê do Patrimônio Mundial, que se trata de uma entidade instituída pela Convenção com o propósito de regular os instrumentos de gestão e proteção do patrimônio mundial (UNESCO; IPHAN, 2016). Ele é formado por 21 países eleitos durante as sessões ordinárias da Assembleia Geral da UNESCO e é necessário que seja composto por representantes de todas as regiões e culturas do mundo de forma equitativa (UNESCO, 1972). Além disso, como mencionado anteriormente, o Comitê do Patrimônio Mundial é responsável pela inscrição dos bens na Lista do Patrimônio Mundial, na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, bem como na gestão do Fundo do Patrimônio Mundial e de projetos voltados para o campo do patrimônio (UNESCO, 1972).

Com o poder de decisão e de legitimação dos discursos em mãos, o Comitê se transforma, como afirma Mello Filho (2014, p. 87), em “um dos principais espaços a ser defendido na geopolítica do patrimônio mundial”. Observando a participação dos Estados no Comitê e os bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, pode-se notar que há uma relação intrínseca entre eles. Isso, pois, dentre os 193 países que ratificaram a Convenção até 2019, 96 já ocuparam o assento do Comitê do Patrimônio Mundial; isso representa a metade dos

Estados-partes[23]. Além disso, a maior parte dos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial está localizada nos países que já passaram pelo Comitê ao menos uma vez.

Para ajudar a evidenciar esse processo hegemônico existente no Comitê do Patrimônio Mundial, foi realizada uma análise de dados entre os bens reconhecidos, os países que tiveram seus bens reconhecidos e os países que fizeram parte do Comitê. No entanto, para obter um resultado mais preciso e, considerando que a proposta é conhecer o potencial de cada Estado no que diz respeito à legitimação de seus discursos de forma individual, optou-se por excluir, somente nesse momento, os patrimônios transfronteiriços. Essa supressão momentânea parte do pressuposto que para se ter um bem transfronteiriço inscrito na Lista do Patrimônio Mundial é necessário adotar a cooperação internacional como estratégia de candidatura, ou seja, precisa de dois ou mais Estados para legitimar um discurso. O debate acerca da cooperação internacional se fará mais adiante. Agora, porém, a intenção é trazer uma análise sobre a hegemonia ou contra hegemonia dos Estados-partes da Convenção visíveis através dos reconhecimentos do Patrimônio Mundial.

Segundo dados da UNESCO (2020), há 1082 bens inscritos na Lista de forma individual, isto é, por cada Estado-parte. Chama atenção o fato de que 85,49% desses bens reconhecidos são originários de países que já ocuparam ou ainda ocupam a cadeira do Comitê. É uma quantidade bastante significativa, considerando que apenas metade dos países que ratificaram a Convenção já fez parte do Comitê, ou seja, somente 96 países são responsáveis pela inscrição de 925 bens na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2020).

**Tabela 1 –** Relação entre países que fizeram parte do Comitê do Patrimônio Mundial (CPM) e os bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial*, até 2019

| | **Nº Países** | **Nº Bens** | **% dos Bens** |
|---|---|---|---|
| **Ocuparam o CPM** | 96 | 925 | 85,49 |
| **Nunca ocuparam o CPM** | 97 | 157 | 14,51 |
| **Total** | **193** | **1082** | **100** |

Fonte: UNESCO – Estatísticas da Lista do Patrimônio Mundial.
* Sem considerar os transfronteiriços

[23] UNESCO – Comitê do Patrimônio Mundial. **Sessões Ordinárias do Comitê do Patrimônio Mundial**. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/committee/. Acesso em: Maio/2020.

A tabela acima (Tabela 1) ajuda a expor a grande diferença dos reconhecimentos entre os países que ocuparam o Comitê e os que nunca fizeram parte dele. Melo Filho (2014) problematiza a importância da participação dos Estados ao que ele chama de esfera burocrática da Convenção, tendo em vista que fazer parte dela aumentam as chances de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Para ilustrar melhor essa correlação, os sete países com maior número de bens reconhecidos no mundo, estiveram presente no Comitê por mais de 10 anos, entre um mandato e outro, como apresenta a tabela (Tabela 2) a seguir:

**Tabela 2** – Relação dos países com mais bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e seus respectivos anos no Comitê do Patrimônio Mundial, até 2019.

| Países | Nº Bens | Tempo no CPM (em anos) |
|---|---|---|
| China | 54 | 18 |
| Itália | 49 | 21 |
| Espanha | 44 | 12 |
| França | 41 | 25 |
| Alemanha | 39 | 19 |
| Índia | 37 | 16 |
| México | 35 | 22 |

Fonte: UNESCO – Estatísticas da Lista do Patrimônio Mundial; UNESCO – Comitê do Patrimônio Mundial.
* Sem considerar os transfronteiriços

Observando a Tabela 2, a posição da China em primeiro lugar além de chamar atenção, também se torna um claro exemplo da conquista hegemônica através da participação no Comitê, como também abordou Melo Filho (2014). Ao que consta nos dados da UNESCO, a China passou a fazer parte do Comitê em 1991[24]. Antes, porém, tinha apenas sete bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e desde que teve seu primeiro mandato assumido, o país aumentou significativamente o número de inscrições, chegando a 55 bens em 2019, sendo um deles transfronteiriço (UNESCO, 2020). Em 13 anos que a China esteve fora do Comitê (1977-1990), foram inscritos sete bens; já no período de 1991 a 1997, que representa seu primeiro mandato, o país obteve 12 reconhecimentos, isto é, quase o dobro do que já havia antes (MELO FILHO, 2014; UNESCO, 2020).

[24] UNESCO – Comitê do Patrimônio Mundial. **Sessões Ordinárias do Comitê do Patrimônio Mundial**. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/committee/. Acesso em: Maio/2020.

Embora o Brasil não esteja na Tabela 2, ele ocupa o 12º lugar no ranking dos países com mais bens inscritos, possuindo o total de 22 reconhecimentos (UNESCO, 2020). Desta forma, o Brasil, tal como a China, também teve uma vantajosa participação no Comitê, como lembra Melo Filho (2014). O mandato brasileiro teve início em 1980, seguido por mais dois mandatos diretos, encerrando apenas em 1999. Somente nesse período, o país teve pouco mais da metade de seus bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial; de 22 inscrições até 2019, 12 foram realizadas entre 1980 a 1999 (UNESCO, 2020). As duas últimas inscrições brasileiras, por exemplo, também ocorreu durante o quinto mandato do Brasil – 2017 a 2021[25]. São elas: Sítio Arqueológico Cais do Valongo, em 2017; e Paraty e Ilha Grande – Cultura e Biodiversidade, em 2019 (UNESCO, 2020).

Outra semelhança entre Brasil e China acerca de suas inscrições na Lista, é que ambos os países possuem apenas 1 reconhecimento transfronteiriço cada qual. Pelo Brasil tem as Missões Jesuíticas dos Guarani, inscrito em 1983 em conjunto com a Argentina; pelo lado chinês, tem-se os *Silk Roads: the Routes Network of Chang'an-Tianshan Corridor* (Figura 1), inscrito em 2014 junto com Cazaquistão e Quirguistão (UNESCO, 2020).

**Figura 1** – Rotas da Seda: a rede de rotas do corredor Tianshan

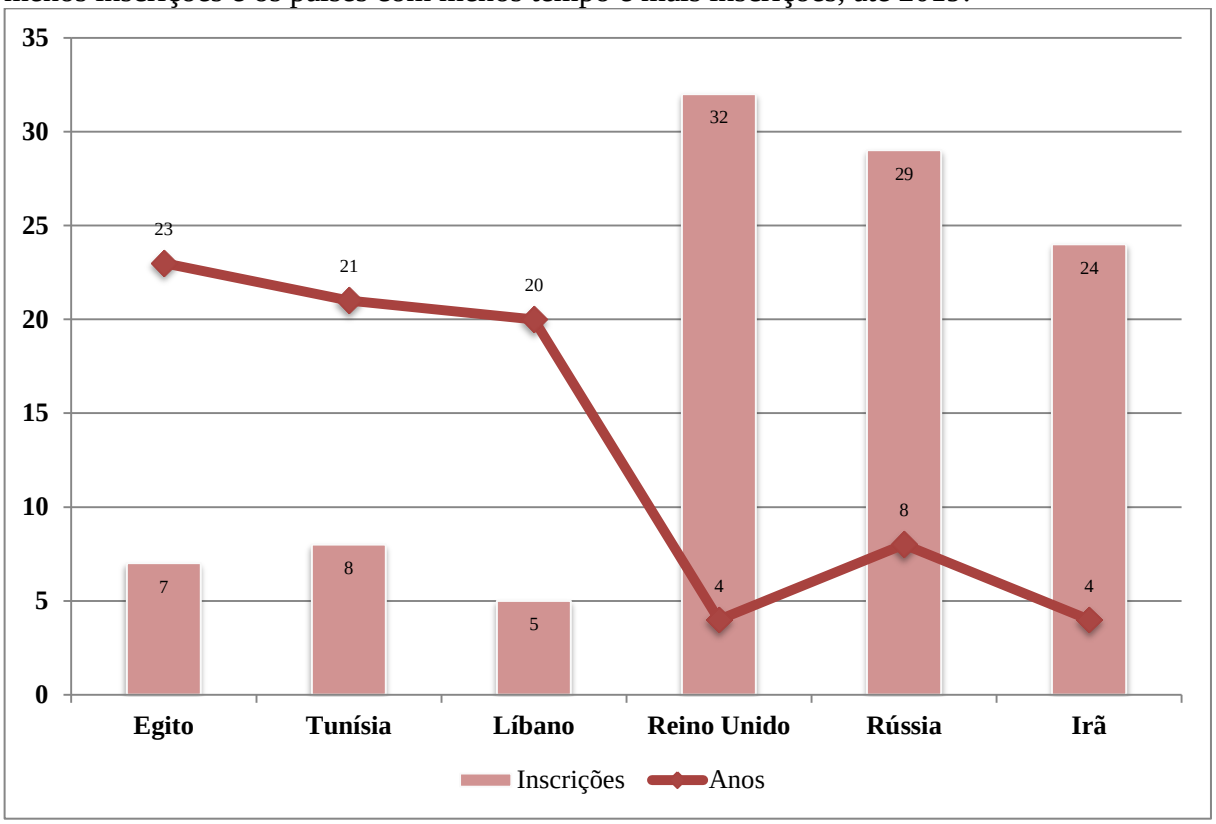


Fonte: UNESCO, 2020. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/list/1442/gallery/.

[25] UNESCO – Comitê do Patrimônio Mundial. **Sessões Ordinárias do Comitê do Patrimônio Mundial**. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/committee/. Acesso em: Maio/2020.

Fazer parte do Comitê do Patrimônio Mundial, evidentemente, ajuda a aumentar as chances dos Estados de terem seus bens reconhecidos mundialmente. Por outro lado, há situações que mesmo estando no meio burocrático não eleva o grau de validação dos discursos, o que ocorre com o Egito, por exemplo. O país foi um dos primeiros a assumir o Comitê em 1976, e está em seu quinto mandado (2019-2023), somando até 2019, 23 anos de serviços à Convenção[26]. Ao longo desse período Egito teve apenas sete reconhecimentos (UNESCO, 2020).

**Gráfico 1** – Relação entre os países com mais tempo no Comitê do Patrimônio Mundial e menos inscrições e os países com menos tempo e mais inscrições, até 2019.




Fonte: UNESCO – Estatísticas da Lista do Patrimônio Mundial; UNESCO – Comitê do Patrimônio Mundial.

No entanto, há também casos opostos ao do Egito, cujos países permaneceram por pouco tempo no Comitê, mas tem uma quantidade elevada de inscrições (Gráfico 1), como Reino Unido e o Irã, que com quatro anos de mandato cada, tem 32 e 24 bens inscritos, respectivamente (UNESCO, 2020). Essa informação ajuda a entender o que Melo Filho (2014) apontou acerca das hegemonias e contra hegemonias, tendo em vista que há os grupos

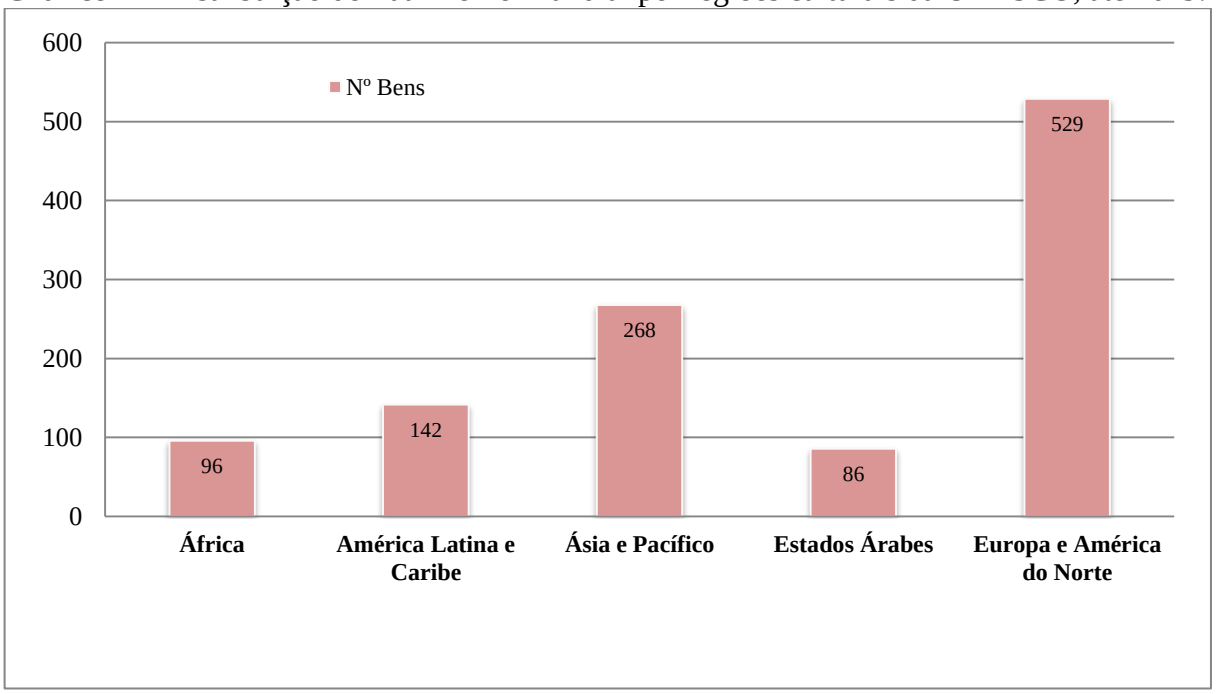
[26] UNESCO – Comitê do Patrimônio Mundial. **Sessões Ordinárias do Comitê do Patrimônio Mundial**. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/committee/. Acesso em: Maio/2020

dominantes, que controlam a esfera burocrática e que, por sua vez, são responsáveis por legitimar os discursos apresentados. Em contrapartida, há grupos que permanecem em uma constante busca por seu espaço no campo do patrimônio mundial.

As relações hegemônicas e contra hegemônicas formam em si um conflito. Esse conflito, por sua vez, gera novos questionamentos e incentiva a renovação dos debates, o que estimula o Comitê a sair de sua zona de conforto. Isso contribui com o aumento da possibilidade de acesso à Lista do Patrimônio Mundial por todos os Estados-partes, embora 26 deles ainda não tiveram nenhum bem inscrito (UNESCO, 2020).

A maneira como a UNESCO regionaliza o espaço mundial também contribui com a visibilidade das hegemonias mundiais. A agência dividiu o globo em cinco regiões culturais, sendo elas: 1- África; 2- América Latina e Caribe; 3- Ásia e Pacífico; 4- Estados Árabes; 5- Europa e América do Norte (UNESCO, 2020). Essas regiões não obedecem exclusivamente os padrões físicos, como os limites continentais, e nem os padrões econômicos; trata-se de uma regionalização própria da UNESCO. Chama atenção a distribuição espacial do Patrimônio Mundial, onde sua maior parte está concentrada na região cultural Europa e América do Norte, como se pode observar no gráfico (Gráfico 2) a seguir:

**Gráfico 2** – Distribuição do Patrimônio Mundial por regiões culturais da UNESCO, até 2019.




Fonte: UNESCO – Estatísticas da Lista do Patrimônio Mundial.

O gráfico mostra que a região da Europa e América do Norte concentra quase a metade dos bens mundiais inscritos na Lista, cerca de 47%. Não é surpresa esse resultado, considerando tanto o fato do conceito de patrimônio ser uma construção do pensamento ocidental, como explicou Choay (1999), quanto pela sede do Centro do Patrimônio Mundial estar localizada em uma das maiores cidades europeias[27]. Do ponto de vista geopolítico, a localização da UNESCO na França reforça a importância do país como um grande centro político-histórico-cultural do ocidente, além de ser o berço do patrimônio cultural, conforme explicaram Choay (1999); Fonseca (2005) e Chuva (2009).

Até 2019 foram inscritos 1121 bens na Lista do Patrimônio Mundial dos quais, 39 são transfronteiriços, representando apenas 3,48% do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2020). Acerca do patrimônio transfronteiriço, a região da Europa e América do Norte também se destaca na quantidade de inscrições, são 26 bens distribuídos em 35 países europeus (UNESCO, 2020). Podem-se imaginar vários fatores que culminaram nesse resultado, no entanto, a cooperação internacional entre os países europeus talvez seja a maior delas, considerando a experiência que eles possuam nas relações diplomáticas, sobretudo, a partir da União Europeia.

Como abordou Choay (1999), a criação de um valor universal excepcional por parte da Convenção fomentou no surgimento de uma reciprocidade entre as nações, de modo que os mais fortes auxiliariam os "mais desfavorecidos pela comunidade" (CHOAY, 1999, p. 225). Para exemplificar essa relação, dos 167 países que tiveram algum bem inscrito na Lista, seis tiveram suas inscrições apenas em caráter transfronteiriço, sendo eles: Congo, Guiné, Lesoto, Macedônia, Moldávia e Zâmbia (UNESCO, 2020). Nota-se que apenas dois são europeus, Moldávia e Macedônia, ou seja, apenas 5,40% dos países da Europa e América do Norte possuem inscrições exclusivamente transfronteiriças. Em contrapartida, os outros quatro são da África, o que significa que 28,54% dos países dessa região conquistaram o reconhecimento através de bens transfronteiriços.

Mesmo no cenário de conflito, fruto das relações geopolíticas, a Convenção criou uma ideia de universalidade do patrimônio cultural (CHOAY, 1999). Essa universalidade é perceptível a partir da união entre os Estados em prol da proteção, conservação e valorização

[27] UNESCO – Centro do Patrimônio Mundial. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/world-heritage-centre/. Acesso em: Maio/2020.

de todo o patrimônio. De acordo com Choay a Convenção "fundava uma pertença comum, uma solidariedade planetária" (1999, p. 223). Além disso, a ideia de um valor comum à todas as nações contribuiu para o fortalecimento das relações entre elas. O Artigo 6 da Convenção aponta o seguinte:

> Com pleno respeito à soberania dos Estados em cujo território se situa o patrimônio cultural e natural a que se referem os artigos 1 e 2 deste instrumento, e sem prejuízo dos direitos reais previstos pela legislação nacional sobre esse patrimônio, os Estados-partes da presente Convenção reconhecem que ele constitui patrimônio universal, com a proteção do qual a comunidade internacional tem o dever de cooperar (UNESCO, 1972).

A Convenção de 1972 atribuiu a responsabilidade de proteção do Patrimônio Mundial a todos os Estados-partes que podem, como também aponta seu Artigo 4, usar de meios de cooperação internacional para tais fins. Desta forma, não apenas a busca pelo reconhecimento do VUE através da legitimação dos discursos nacionais pode ser considerado como incentivo à cooperação entre os Estados, há também a questão da responsabilidade universal. E essa responsabilidade pode ou não ser melhor gerida em casos de patrimônio transfronteiriço.

### 2.1.1 O Patrimônio Mundial Transfronteiriço

A Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972) não faz menção ao patrimônio transfronteiriço; na verdade, não há nada específico sobre os Estados poderem ou não se unir para candidatar um bem localizado em suas fronteiras. Assim também ocorre com as primeiras Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial escritas em 1977, que não traz alguma orientação específica para esse tipo de reconhecimento (UNESCO, 1977). Apesar disso, a primeira inscrição na Lista[28] como o que hoje é chamado de patrimônio transfronteiriço, ocorreu no ano de 1979 (UNESCO, 2020).

As Diretrizes Operacionais, inicialmente, eram bastante metódicas em suas orientações. Elas deixavam claro o papel do Comitê do Patrimônio Mundial e dos Estados, mas não traziam nada além dos elementos técnicos, como o formato do documento de candidatura à Lista (UNESCO, 1977). Por outro lado, as Diretrizes, mesmo as suas versões posteriores, mostravam incessantemente a importância de identificar o Valor Universal

[28] *Kluane / Wrangell-St. Elias / Glacier Bay / Tatshenshini-Alsek* (EUA e Canadá). UNESCO – Lista do Patrimônio Mundial. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/list/?&transboundary=1. Acesso em: Maio/2020

Excepcional, bem como a importância da assistência internacional oferecida pela própria Convenção[29].

A respeito da assistência internacional, *a priori*, a intenção era de criar um ambiente de colaboração mútua tendo o Comitê como alicerce, onde os Estados se ajudariam em suas dificuldades mediante ações de identificação e preservação do seu patrimônio cultural e/ou natural. Segundo a Convenção (1972), os Estados podem solicitar assistência ao Comitê sempre que julgar necessário, porém, o Comitê fará uma análise sobre o caso, podendo ser aprovado ou não. A verdade é que a assistência internacional presente no texto da Convenção (1972) se tornou um forte incentivo à cooperação entre os Estados, podendo resultar nas candidaturas e reconhecimentos em conjunto.

Por outro lado, além da assistência internacional, não há outras menções que possam ser associadas ao patrimônio transfronteiriço. Isso até 2005, pois as Diretrizes Operacionais daquele ano representam uma evolução no debate sobre os processos de identificação, candidatura e reconhecimento dos bens. Nelas, além de ser apresentado pela primeira vez o conceito de VUE, também foram introduzidos os debates específicos sobre o patrimônio transfronteiriço, bens seriados e gestão do patrimônio mundial (UNESCO, 2005).

Acerca do patrimônio transfronteiriço, as Diretrizes Operacionais traz a seguinte orientação:

> 135. Na medida do possível, as propostas de inscrição transfronteiriças devem ser preparadas e submetidas conjuntamente pelos Estados-partes, em conformidade com o artigo 11 da Convenção. Recomenda-se fortemente que os Estados-partes envolvidos criem um comitê de gestão conjunta, ou uma estrutura idêntica, para supervisionar a gestão do bem transfronteiriço no seu todo (UNESCO, 2005).

Nota-se, com o exposto no parágrafo 135, que a cooperação internacional se tornou uma ferramenta bastante incentivada pelo Comitê. A proposta é que os Estados se unam desde a preparação das candidaturas até depois do reconhecimento, isto é, após a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. A gestão do patrimônio, desta forma, também passou a ser de responsabilidade conjunta entre os Estados envolvidos.

---

[29] UNESCO – Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial. Versões de 1977 a 2002. Disponíveis em: http://whc.unesco.org/en/guidelines/. Acesso em: Maio/2020.

Antes das Diretrizes Operacionais definirem o processo de reconhecimento do patrimônio transfronteiriço, não havia um padrão nas candidaturas, como pode ser observado nos documentos da Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2020). Até 2005, apenas 11 bens foram inscritos diretamente como patrimônio transfronteiriço. Dentre esses bens estão as Missões Jesuíticas dos Guarani, localizado na fronteira entre Brasil e Argentina, reconhecido em 1983 (UNESCO, 2020).

Embora a inscrição das Missões Jesuíticas dos Guarani tenha sido como transfronteiriça, não houve um trabalho efetivamente em conjunto, pois o Brasil apresentou a proposta junto ao Comitê de forma individual, tendo produzindo um dossiê referente apenas ao Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo, no Rio Grande do Sul (UNESCO,1982). Porém, durante a realização da Sétima Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, a Argentina "anunciou sua intenção de propor as Missões Jesuítas de San Ignacio Mini e Santa Maria de la Mayor"[30] como parte integrante do patrimônio apresentado pelo Brasil. A proposta da Argentina foi aceita pelo Comitê, tornando-se, assim, um patrimônio transfronteiriço e seriado.

Além das Missões Jesuíticas dos Guarani, houve mais casos de reconhecimentos similares, em que um país lança a candidatura de forma individual e os demais propõem suas inclusões. Porém, há uma diferença entre eles. A inscrição do patrimônio missioneiro foi desde o início transfronteiriça, ao passo que os outros passaram primeiro pelo reconhecimento individual e depois pela extensão por outros Estados (UNESCO, 2020). Ao todo, 11 inscrições individuais passaram pelo processo de inclusão e extensão. A seguir tem um quadro (Quadro 3) com as inscrições e suas respectivas extensões.

[30] UNESCO – Comitê do Patrimônio Mundial. **Relatório do Relator.** Sétima Sessão Ordinária. Florência, Itália. 5-9 de dezembro de 1983. Disponível em: http://whc.unesco.org/archive/repcom83.htm#275. Acesso em: Maio/2020. Tradução livre.

**Quadro 3** – Bens reconhecidos individualmente que passaram pelo processo de extensão e se tornaram transfronteiriços, até 2019.

| Nome do Bem | País original | Ano de Inscrição | País(es) proponente(s) da extensão | Ano da Extensão |
|---|---|---|---|---|
| *Natural and Cultural Heritage of the Ohrid region* | Albânia | 1979 | Macedônia | 2019 |
| *Białowieża Forest* | Polônia | 1979 | Belarus | 1992 |
| *Mount Nimba Strict Nature Reserve* | Guiné | 1981 | Costa do Marfim | 1982 |
| *Talamanca Range-La Amistad Reserves / La Amistad National Park* | Costa Rica | 1983 | Panamá | 1990 |
| *Frontiers of the Roman Empire* | Reino Unido | 1987 | Alemanha | 2005 |
| *W-Arly-Pendjari Complex* | Níger | 1996 | Burkina Faso e Benin | 2017 |
| *Prehistoric Rock Art Sites in the Côa Valley and Siega Verde* | Portugal | 1998 | Espanha | 2010 |
| *Belfries of Belgium and France* | Bélgica | 1999 | França | 2005 |
| *High Coast / Kvarken Archipelago* | Suécia | 2000 | Finlândia | 2006 |
| *Maloti-Drakensberg Park* | África do Sul | 2000 | Lesoto | 2013 |
| *Monte San Giorgio* | Suíça | 2003 | Itália | 2010 |

Fonte: UNESCO – Estatísticas da Lista do Patrimônio Mundial.

O Quadro 03 mostra que a maioria das extensões foi feita a partir de 2005, ou seja, após as Diretrizes Operacionais terem introduzido as orientações acerca do patrimônio transfronteiriço. Como consequência, os dossiês de ampliação passaram a ser produzidos em conjunto entre o Estado de origem e o proponente da extensão, seguindo as orientações de cooperação internacional (UNESCO, 2020). Até 2019 foram inscritos 39 bens transfronteiriços na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2020), dos quais, 17 deles são resultado da cooperação entre os Estados envolvidos, cuja candidatura foi produzida de acordo com as recomendações das Diretrizes Operacionais de 2005. Contudo, a relação entre fronteiras e patrimônio cultural vai muito além dos reconhecimentos transfronteiriços, embora esse modelo de reconhecimento seja o mais evidente.

Para UNESCO, ou melhor, para a Convenção de 1972, **fronteira** não se refere somente ao conceito tradicional que vem sendo discutido neste estudo. O termo é trabalhado de três formas, sendo a primeira a mais distinta, pois está intimamente ligada à borda direta ou próxima do bem, denominada de *buffer zone* (UNESCO; IPHAN, 2016). A região envolta do patrimônio precisa estar bem delimitada para haver uma gestão mais precisa e eficiente. As Diretrizes Operacionais (2019) apontam tanto a necessidade quanto a importância de se estabelecer uma *buffer zone* para a proteção do patrimônio. Elas explicam que "uma *buffer zone* é uma área em torno do bem inscrito", podendo ter força legal ou tradicional "a fim de reforçar a proteção do bem" (UNESCO, 2019, p. 30, *tradução livre*). O texto reitera veemente o objetivo da *buffer zone*: proteger o patrimônio reconhecido.

As outras formas de entender fronteira pela Convenção são similares, apesar de uma delas estar mais próxima ao campo das ideias; trata-se da fronteira vista a partir do Valor Universal Excepcional. Na verdade, seria mais coerente apontar a ausência de fronteira nesse caso, uma vez que identificar e reconhecer o VUE em um determinado bem é atribuir a ele uma importância suprema para toda a sociedade mundial, de modo que sua localização se torna irrelevante no contexto da universalidade de seu valor. Logo, cria-se um paradoxo em torno do reconhecimento. Se o valor do bem é universal, como pode haver fronteira que delimite sua pertença a este ou àquele Estado? Mas, se para alcançar tal reconhecimento é necessário um Estado ter seu discurso legitimado, como pode, então, dizer que o valor é universal?

Há um exemplo que pode ser apresentado, cujo valor do bem foi compreendido como tão significativo para o mundo que sua localização nacional não foi problema para sua inscrição na Lista. Em 1980, o Reino da Jordânia apresentou ao Comitê do Patrimônio Mundial a proposta de candidatura da Cidade Velha de Jerusalém (UNESCO, 1980). Como se pode imaginar, tal ação gerou desconforto e um debate intenso sobre o assunto, tendo em vista a posição da cidade em meio ao conflito Israel x Palestina. O Comitê, à época, não descartou a possibilidade de inscrição, pois entendia o valor da cidade para o mundo em seus aspectos histórico, artístico, arquitetônico e religioso (UNESCO, 1980). Assim, ficou decidido analisar a proposta e apresentar o parecer em outra ocasião.

A Cidade Velha de Jerusalém (Figura 2) foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial em 1981, sob fortes objeções por parte dos Estados Unidos da América e de Israel. Este

último desejava fazer parte do debate deliberativo, mas foi impedido sob a premissa do regulamento do Comitê que permite apenas Estados-partes da Convenção a participarem dos debates e, Israel, naquele momento não era um deles (UNESCO, 1981). Já os EUA recorreram ao argumento de que os Estados devem propor bens localizados em seu território nacional, conforme consta no Artigo 11 (1) da Convenção (UNESCO, 1972), e para eles, o Reino da Jordânia não tinha o direito de lançar essa candidatura (UNESCO, 1981).

**Figura 2** – Fotografia da Cidade de Jerusalém, Israel.



Fonte: UNESCO, 2020. Autora – Leila Maziz. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/list/148/gallery/.

Alguns Estados-partes também mostraram receio sobre a inscrição da Cidade Velha de Jerusalém, como mostra o relatório da Primeira Sessão Extraordinária do Comitê do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1981), tendo em vista a questão de jurisdição e soberania nacional. Por outro lado, o reconhecimento do bem ocorreu sob respaldo do Artigo 11 (3) da Convenção que aborda o seguinte:

> 3. A inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial só poderá ser feita com o consentimento do Estado interessado. A inscrição de um bem situado em território

> objeto de reivindicação de soberania ou sob jurisdição de vários Estados não prejulga em nada os direitos das partes em litígio (UNESCO, 1972).

O artigo deixa claro que o ato de reconhecer determinado bem como Patrimônio Mundial não significa reconhecer a soberania do Estado proponente; os conflitos pré-existentes devem ser resolvidos fora do ambiente do patrimônio mundial. Assim, a Cidade Velha de Jerusalém foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial, mas seu reconhecimento não faz parte de nenhum dos Estados envolvidos; a cidade não consta na lista nem da Jordânia e nem de Israel, ela é por si mesma, sem nenhuma jurisdição nacional (UNESCO, 2020).

A terceira e última forma de fronteira que a Convenção utiliza é a mais usual, observada a partir da transição de um Estado a outro, sendo também área de integração, fluxos e trocas de informações (SANTOS e RÜCKERT, 2014). Essa forma é a que mais se relaciona com os processos de reconhecimento do patrimônio transfronteiriço, uma vez que a transnacionalidade é identificada tanto pela posição geográfica jurídica quanto pela integração que o bem ocasiona entre os Estados envolvidos. No entanto, há situações que a integração não funciona e a fronteira é vista como barreira entre os Estados vizinhos, servindo como palco de conflitos territoriais. Assim como o caso de Jerusalém, há outros bens de fronteira localizados em áreas territorialmente conflituosas. No entanto, em algumas dessas situações, além do Artigo 11 (3) da Convenção ser levado em consideração, a UNESCO também cumpre seu papel de mediadora de conflitos para qual foi criada em 1945[31].

Como exemplo de patrimônio de fronteira em área de disputa territorial, tem-se o Templo de Preah Vihear (Figura 3), situado no território do Camboja na fronteira com a Tailândia, inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em 2008 (UNESCO, 2008). Porém, o processo de candidatura e reconhecimento desse bem não foi nada complicado, comparado ao que foi da Cidade Velha de Jerusalém, em 1981. O Comitê do Patrimônio Mundial usou do poder de influência da UNESCO para propor um acordo entre o Camboja e a Tailândia no que diz respeito ao processo de reconhecimento e ao plano de gestão do bem. Deste modo, como consta no relatório da 31° Sessão do Comitê de 2007, ficou acordado entre as partes que Camboja submeteria a candidatura do templo tendo o apoio da Tailândia e que ambos iriam atuar juntos no plano de gestão (UNESCO, 2007).

---

[31] UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Disponível em: https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/. Acesso em: Fevereiro/2020.

**Figura 3** – Templo de Preah Vihear, Camboja.



Fonte: UNESCO, 2020. Autor - Chan Vitharin. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/list/1224/gallery/.

Embora tenha havido um acordo pré-estabelecido entre os dois Estados e o Comitê, as cenas de disputa territorial se tornaram perceptíveis quando o Camboja agiu individualmente na construção da candidatura e recusou a participação da Tailândia no processo. A justificativa apresentada pelos cambojanos foi de que o bem proposto para inscrição se refere apenas à área construída do templo, não incluindo os arredores como morros e cavernas, resultando, então, em um bem totalmente localizado em seu território (UNESCO, 2008). Segundo o relatório da 32ª Sessão do Comitê de 2008, o país não exclui totalmente a possibilidade de tornar esse reconhecimento em transfronteiriço, visto que tem interesse de realizar pesquisa na região em busca de descobertas significativas que justifiquem a inclusão da Tailândia na inscrição do Templo de Preah Vihear (UNESCO, 2008).

Observe que no caso do Templo de Preah Vihear, o Comitê buscou, o máximo que pôde, estabelecer uma cooperação internacional entre Camboja e Tailândia, ainda que os países apresentem histórico de conflito territorial, sobretudo na área onde o bem proposto está localizado. Observe também que o caso do Camboja e Tailândia ocorreu após a reformulação

das Diretrizes Operacionais feita em 2005, o que ajuda a justificar o forte incentivo pela cooperação internacional e pela candidatura transfronteiriça.

## 2.2 O MERCOSUL CULTURAL COMO INSTÂNCIA INTERNACIONAL DE RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO

Quando se pensa em patrimônio cultural reconhecido em nível internacional, é natural vir à mente a atuação da UNESCO e o Patrimônio Cultural Mundial por ela reconhecido. Por outro lado, além da UNESCO, há outras agências – pode-se, talvez, utilizar essa nomenclatura – que também atuam nessa mesma perspectiva, como é o caso do MERCOSUL. Porém, antes de falar a respeito do MERCOSUL Cultural, é importante que seja apresentado o que é e como surgiu o MERCOSUL.

Em 1991 foi assinado, na cidade de Assunção, no Paraguai, o Tratado Marco de Assunção que cria e constitui o Mercado Comum do Sul, conhecido como MERCOSUL, tendo como Estados-partes a República da Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai. Teve sua origem na união aduaneira entre Brasil e Argentina que, em 1988 assinaram um acordo bilateral, instituindo o Grupo Mercado Comum, que até hoje é componente estruturante do bloco. A proposta do tratado era de firmar parceria entre os quatro países em prol da integração dos mercados nacionais, facilitando o comércio de suas produções, evitando tarifas alfandegárias e outros tipos de tarifas sobre os produtos. A intenção era de promover o desenvolvimento econômico, mas sem deixar de lado a prática da justiça social, o que implica no interesse de equiparar as economias dos Estados-partes de maneira justa, evitando discrepâncias entre elas (BRASIL, 1991).

Ao observar o texto do Tratado de Assunção é possível reconhecer a preocupação dos Estados em promover uma real união entre eles; para tanto, firmaram o compromisso de adaptar suas legislações nacionais “para lograr o fortalecimento do processo de integração” (BRASIL, 1991). Embora a iniciativa de formação do MERCOSUL tenha sido pelo viés da economia, a razão pela qual ele se consolidou bastante política. Oliveira explica que

> [...] a decisão sobre a integração foi essencialmente política. Internamente, os quatro países visam a uma melhoria na qualidade e quantidade do comércio e da produção.

> Externamente é uma estratégia para melhorar a posição de barganha dos quatro países (1997, p. 43).

É perceptível, portanto, que a criação do MERCOSUL foi uma estratégia política adotada pelos Estados-partes com o propósito de se inserirem no mercado internacional, unindo forças entre si. Porém, tem de se atentar para a conjuntura política e econômica que o mundo se encontrava à época, pois o neoliberalismo estava em processo de emersão. O surgimento do bloco, nesse caso, seguia em contraposição ao que vinha sendo adotado no mundo, o Estado mínimo proposto pelo neoliberalismo era um forte desafio para o MERCOSUL recém-criado com objetivo de desenvolver e intensificar as economias nacionais. E o desafio era grande, pois como afirma Oliveira (1997, p. 43), "as economias são mais competidoras do que complementares".

Por outro lado, a política de integração adotada pelos Estados-partes vinha surtindo efeito positivo, e o MERCOSUL avançou no debate acerca de outros assuntos para além da economia. O que, inicialmente, surgiu com intuito de fortalecer o mercado interno, potencializar as relações comerciais entre os países e os tornar economicamente competitivos no âmbito internacional, passou a incluir, gradativamente, outras categorias de atuações, como a educação, saúde, turismo e cultura. E para ajudar no gerenciamento desses debates cada vez mais amplos, o MERCOSUL manteve o Conselho Mercado Comum, órgão superior do bloco também criado pelo Tratado de Assunção, composto pelos Ministros das Relações Exteriores e Ministros da Economia de seus respectivos Estados-partes. Conforme o Art. 10 do Tratado de Assunção que institui o Conselho e o Art. 1 da Decisão Nº 02/98 que estabelece o Regulamento Interno do Conselho do Mercado Comum, é incumbência desse Conselho conduzir a "política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum" (MERCOSUL, 1991 e 1998).

No entanto, os interesses do MERCOSUL não atende apenas aos Estados, trata-se de uma rede de ações que, em conjunto, satisfaz todos os lados, ou ao menos tem isso como proposta. A criação do MERCOSUL fez surgir com ele um novo espaço de controle que supera as fronteiras territoriais dos Estados sul-americanos, e esse espaço é produzido e consumido por empresas globais com vistas a otimizar o transporte de suas produções sem gerar tarifas aduaneiras, além de dividir seus custos entre si. Embora as empresas tenham um

papel fundamental nesse processo, é o Estado que comanda, "criando esse mercado e não o próprio mercado que se organiza" (OLIVEIRA, 1997, p. 44).

A presença dos Estados enquanto agentes de poder dentro do MERCOSUL não é uma mera representação política para encobrir as ações empresariais da economia global. A política é o cerne das atuações do bloco que se articula sob o discurso integracionista. Esse discurso, por sua vez, surgiu mediante o contexto histórico em que a América do Sul se encontrava na década de 1980, quando seus países passavam por uma abertura política, saindo de um longo período de ditaduras militares. Apoiar-se mutuamente e consolidar suas democracias parecia o melhor caminho a seguir. Assim, Brasil e Argentina, através dos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, respectivamente, assinaram em 1988 o Programa de Integração e Cooperação Econômica, que já havia sido idealizado desde 1986 (OLIVEIRA, 1997). O Tratado de Assunção que dá origem ao MERCOSUL é derivado deste programa bilateral.

A geopolítica do MERCOSUL, além de ser baseada na integração entre seus Estados-partes, ou seja, no trabalho em conjunto e estabelecimento de um novo espaço de articulação que supera as fronteiras nacionais; ela também ocorre no fortalecimento de suas democracias, em que a sociedade se torna parte integrante do bloco, conquistando direitos e espaços para diálogos entre diferentes grupos sociais e os governos nacionais, adquirindo maior visibilidade. A sociedade tem se mostrado mais organizada e participativa, sendo resultado, segundo Oliveira (1997, p. 44),

> da instauração da democracia, processo pelo qual os governos alternados militarmente no passado puderam ver-se sem desconfianças. Hoje, a democracia está assegurada mesmo que haja crise de legitimidade de presidentes e partidos. Portanto, pode-se dizer que a democracia na América Latina foi aproveitada internacionalmente em parte, isto é, em relação ao processo de integração que é uma estratégia de inserção no cenário internacional.

É notória a importância do sistema democrático dentro do MERCOSUL, de tal forma que em 1998, os Estados-partes, junto com Bolívia e Chile, que neste período já se tornaram Estados associados, assinaram o Protocolo de Ushuaia que determina a democracia como "condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados partes". A democracia atuando como ferramenta no processo integracionista proposta pelo bloco permite inserir aos debates diferentes perspectivas que supera a economia, conforme já

foi mencionado, passando a incluir questões ligadas à agricultura, saúde, educação, cultura e outros.

Tendo em vista a importância de tais assuntos, ficou estabelecido que esses debates ocorreriam a nível ministerial, ou por representantes nacionais de mesmo nível hierárquico. Assim, desde 1992 vem sendo instituído pelo Conselho do Mercado Comum, reuniões de ministros relacionadas à essas temáticas. Ao todo, foram instituídas 17 reuniões de ministros e/ou entidades afins vinculadas ao órgão máximo do MERCOSUL, o Conselho do Mercado Comum; dentre essas reuniões, encontra-se a Reunião de Ministros da Cultura, que foi estabelecida em 1995, sob a Decisão Nº 02 do Conselho do Mercado Comum.

Embora a Reunião de Ministros da Cultura tenha sido instituída formalmente em 1995, a cultura já era assunto de debate dentro do bloco, quando, desde 1992 eram realizados *Encontros de Secretários de Cultura e Autoridades Culturais do MERCOSUL* (LESSA, 2010). Mesmo a cultura estando presente desde o início do MERCOSUL, esses encontros não era suficiente para atender as expectativas em torno da temática; a cultura ainda não era entendida como ferramenta de uso nos processos de integração propostos pelo bloco.

Durante a década de 1990, os debates acerca da cultura eram realizados de maneira retórica, sem uma preocupação específica com a promulgação de políticas culturais. O interesse ainda estava fortemente ligado na relação cultura x economia. A propriedade intelectual recebia atenção especial por parte do MERCOSUL, tendo em vista que este assunto interfere diretamente na economia, sobretudo que, à época, a pirataria dos produtos da indústria fonográfica estava em crescimento, o que carecia de soluções rápidas para este problema. Desta forma, o tema foi inserido no rol da economia e não da cultura, dando a este um caráter mais econômico que propriamente cultural (ACHUGAR, 1994).

A indústria cultural, por outro lado, era a representação do que se entendia por promoção, difusão e desenvolvimento cultural, embora esta ainda não tivesse conquistado o espaço de interesse dentro do bloco (ACHUGAR, 1994). Por indústria cultural, entende- se as indústrias de audiovisual, da música, moda, literatura, entre outros. Vale dizer que influenciar no desenvolvimento da indústria cultural não é, de maneira alguma, algo a ser criticado, na verdade, ela é um componente importante do processo. Se a intenção do MERCOSUL era de estabelecer um mercado comum entre os Estados-Partes, a possibilidade de aquecer a economia através da promoção artística é um fator que não merece ser menosprezado.

Achugar (1994, p. 225) vem dizer que “o mercado é uma realidade e uma constante no debate da integração” e prossegue dizendo que, “permitir um mercado democraticamente solidário é um desafio para a elaboração de políticas culturais”.

O desafio do MERCOSUL para com a cultura estava na pluralidade da mesma. Manter o debate cultural no campo da retórica era uma forma de ignorar a sua essência, se apropriando daquilo que era mais conveniente para o mercado. Porém, era necessário romper com o paradigma de que essa área é prosaica e imutável, uma vez que sua definição vai muito além disso, conforme explica Claval (2007, p.63), que

> a cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas, e em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestam.

Em outras palavras, era preciso avançar no entendimento e atuações da cultura no MERCOSUL. Para tanto, em 1996 foi realizada a Reunião de Ministros da Cultura, em Fortaleza/CE, onde foi firmado um Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL, que foi promulgado pelo Decreto nº 3.193 de 05 de outubro de 1999, com vistas à promoção e difusão das manifestações artística-culturais entre os Estados-partes, por meio do uso de acordos de cooperação e intercâmbios. Segundo Lessa (2010), uma das razões que levou a cultura ser inserida na organização política do MERCOSUL foi a sua presença nos debates de nível internacional; a Europa já avançava nessa área, enquanto que a América do Sul ainda estava buscando se organizar política e economicamente. A aprovação do Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL, desta forma, foi o começo do reconhecimento do valor da cultura sul-americana e, desde então, o MERCOSUL Cultural tem conquistado espaço dentro do bloco. O MERCOSUL Cultural, por sua vez, é o nome atribuído à Reunião de Ministros da Cultura, que a partir da Decisão nº 15/2012 passou assim ser denominada oficialmente.

Entretanto, manter a cultura como elemento parte dos debates mercosulenhos e atribuir a ela um caráter de relevância na organização política não se mostrava ser o suficiente para manter o tema em voga. Era preciso pensar em mecanismos e ações que viabilizassem a real integração cultural sul-americana. E esse, podemos dizer, talvez seja o maior desafio do MERCOSUL. Um questionamento surge diante da ideia de integração cultural: como integrar

a cultura sem provocar a homogeneidade regional, respeitando todas as diferenças? Achugar (1994) fez uma reflexão acerca da integração proposta pelo MERCOSUL, levando em consideração o tema da cultura; à época ainda não havia sido instituído o MERCOSUL Cultural, portanto, toda sua análise se refere aos debates precedentes ao que se tem atualmente no bloco.

Para Achugar, não é possível falar de cultura sem considerar que a formação do nacionalismo latino-americano teve um caráter homogeneizador do território. Porém, estabelecer um nacionalismo baseado na homogeneidade, ignorando as diferenças culturais das minorias sociais, não só é uma tarefa difícil de ser executada, como é utópica, pois não é possível representar de maneira única um Estado-Nação; portanto, assim como ocorre com as identidades dos sujeitos, a identidade nacional também é fragmentada e varia de acordo com as relações ali existentes (HALL, 2005).

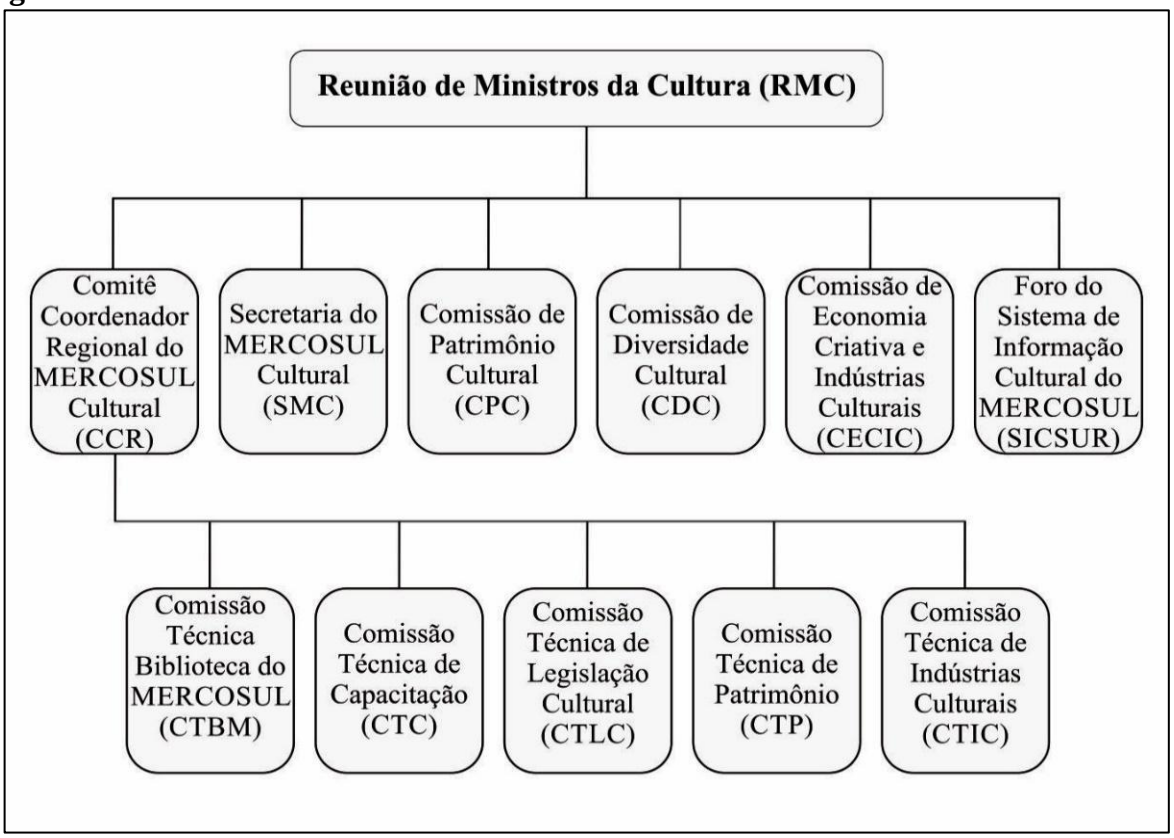
Assim como apresentado por Hall (2005), a identidade nacional é formada pela diversidade existente dentro do país, por outro lado, ainda existe a ideia de uma cultura homogênea capaz de representar este país diante do mundo. Para Achugar (1994), é necessário que haja uma ponderação entre o plural e o singular, isto é, deve-se considerar a diversidade cultural, ao passo que se reconhece a uniformidade de alguns aspectos culturais ao longo do território. Ainda segundo o autor, esse exercício é o que leva ao surgimento das políticas culturais.

As políticas culturais integracionistas propostas pelo MERCOSUL Cultural apontam para a existência de uma identidade regional capaz de representar a região do MERCOSUL, por outro lado, Achugar (1994) questiona se essa identidade já existia ou é fruto dessa integração. A pertinência desse questionamento é compreendida quando se nota que a integração cultural ocorre mais evidentemente entre as culturas que apresentam características e históricos semelhantes. As manifestações culturais que se diferenciam entre os países mercosulenhos, que não apresentam nenhum grau de semelhança – ainda que seja difícil imaginar tal situação – não são comuns de serem incluídos nessa política. O que se pretende dizer é que no eixo Porto Alegre-Montevidéu-Buenos Aires, por exemplo, a integração no âmbito da cultura é mais perceptível, uma vez que compõem uma área geográfica com características próprias, ainda que se apresentem diferenças entre si. Por outro lado, pensar em um eixo Buenos Aires-Assunção-Maceió não reflete o mesmo efeito; são áreas com

diferenças culturais mais acentuadas que faz acreditar ter um trabalho de integração mais complexo, embora não seja impossível, tendo em vista o reconhecimento da Serra da Barriga como Patrimônio Cultural do MERCOSUL em 2017.

Desta forma, as políticas culturais do MERCOSUL precisam levar em consideração todos esses aspectos, principalmente no que refere às diferenças culturais. Para tanto, o MERCOSUL Cultural, que é parte estruturante do Conselho do Mercado Comum, adquiriu um formato institucional capaz de articular diferentes ações voltadas para a área da cultura; além de ser composto por seções de assuntos específicos para auxiliar em sua administração (Figura 4).

**Figura 4** – Estrutura interna do MERCOSUL Cultural




Fonte: Adaptado da Secretaria do MERCOSUL, 2012.

Dentre as seções se encontra a Secretaria do MERCOSUL Cultural, criada em 2010 com o objetivo de auxiliar nas atividades administrativas e processuais do MERCOSUL Cultural; a secretaria se encontrada instalada na cidade de Buenos Aires, na Argentina, (RODRIGUES, 2018). Além da secretaria, também conta com mais três comissões, como a Comissão do Patrimônio Cultural, responsável pela identificação e reconhecimento de bens culturais do bloco.

A respeito dos patrimônios, que é o cerne desta pesquisa, o MERCOSUL Cultural adotou uma política específica para atender tal assunto. Em 2012, o Conselho do Mercado Comum aprovou a Decisão nº 55 criando a categoria de Patrimônio Cultural do MERCOSUL (PCM) e estabelecendo os critérios que devem ser analisados para o reconhecimento. Ademais, também foi aprovado o Regulamento para Reconhecimento do Patrimônio Cultural do MERCOSUL que faz parte da mesma decisão, o qual em seu Art. 3º aponta que,

> Poderá ser reconhecido como Patrimônio Cultural do MERCOSUL (PCM) qualquer bem cultural, de natureza material e/ou imaterial, que:
>
> a) Manifeste valores associados a processos históricos vinculados aos movimentos de autodeterminação ou expressão comum da região perante o mundo;
> b) Expresse os esforços de união entre os países da região;
> c) Esteja diretamente relacionado a referências culturais compartilhadas por mais de um país da região;
> d) Constitua fator de promoção da integração dos países, com vistas a um destino comum.

Nota-se, portanto, que todos os critérios estabelecidos para que um bem seja reconhecido como Patrimônio Cultural do MERCOSUL tendem para a integração cultural da região. É necessário que o bem cultural a ser patrimonializado possua alguma conexão com um ou mais países membros do bloco, podendo apresentar uma conexão histórica e/ou através de manifestações culturais. Em verdade, se o bem apresentar importância ou valor apenas para o seu país de origem não há razão para que se tenha um reconhecimento em nível de MERCOSUL. Assim, a intenção é de que quando reconhecido um Patrimônio Cultural do MERCOSUL em um país, o outro país que possuir um bem ou uma sequência de bens com as mesmas características histórico-culturais poderá incluir na lista em conjunto, formando o que se conhece por "bem seriado".

Segundo o Regulamento para Reconhecimento do Patrimônio Cultural do MERCOSUL, os bens reconhecidos são inseridos na *Lista do Patrimônio Cultural do MERCOSUL* e até o final de 2018 haviam sido incluídos 6 bens, dos quais se encontram descritos em ordem de reconhecimento:

a) Ponte Internacional Barão de Mauá – localizada na fronteira Brasil x Uruguai, reconhecido em maio/2015;
b) *La Payada* – Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, reconhecido em junho/2015;
c) Sistema Missioneiro na Região Guarani, Moxos e Chiquitos – Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, reconhecido em maio/2015;

d) Edifício Sede da Secretaria Administrativa do MERCOSUL – Uruguai, reconhecido em maio/2016;
e) Serra da Barriga, parte mais alcantilada – Quilombo dos Palmares – Brasil, reconhecido em maio/2017;
f) *Tava*: Lugar de referência para o povo Guarani – Brasil, reconhecido em outubro/2018.

Dentre os patrimônios reconhecidos pelo MERCOSUL, três estão situados em mais de um país, já apontando para a existência da integração cultural, apesar de não ser esta a única razão para tal feito, uma vez que a localização não é fator determinante. Um exemplo é a Ponte Internacional Barão de Mauá (Figura 5) que está localizada na fronteira entre Brasil e Uruguai, nas cidades de Jaguarão/RS pelo lado brasileiro e na cidade de Rio Branco, Departamento de Cerro Largo pelo lado uruguaio. Embora a ponte esteja localizada em área fronteiriça, o que realmente motivou o seu reconhecimento foi o valor histórico presente em sua construção, bem como as relações sociais e culturais entre a população residente naquela região, que se mostram ter uma forte relação de identidade com o lugar (IPHAN, 2015).

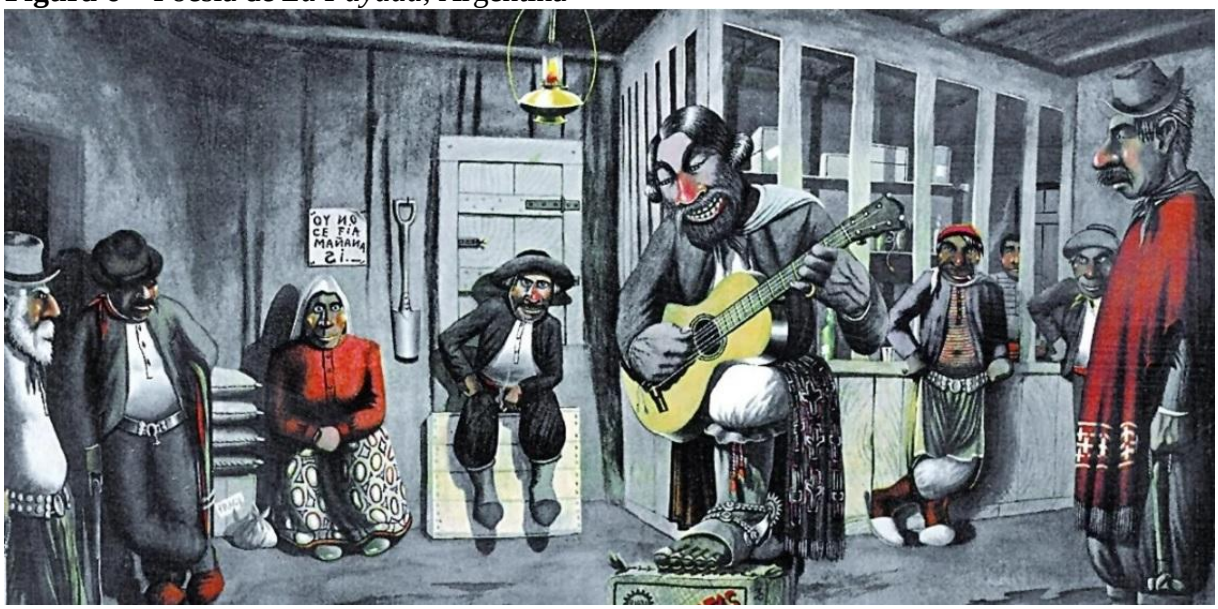
**Figura 5** – Ponte Internacional Barão de Mauá, Brasil x Uruguai.



Fonte: IPHAN, 2015. Autor: Márcio Vianna.

Além da Ponte Internacional Barão de Mauá, *La Payada* (Figura 6) também é um patrimônio localizado em mais de um país (quatro no total) e, por se tratar de um bem imaterial, o seu valor está intrinsecamente ligado com a identidade de seus detentores, conforme pode ser observado no Dossiê de Candidatura apresentado pelo Uruguai, o qual explica que "*La Payada* tem uma importância identitária em nossos países, dadas suas raízes históricas comuns; que expressam a resistência à extinção ou às lutas pela liberdade dos povos e os acontecimentos destes"[32]. Como se pode notar, a identidade se mostra como elemento de integração, ela é utilizada para justificar a relação existente entre os países que buscavam seu reconhecimento. Neste caso, as fronteiras nacionais são meramente questões políticas entre os Estados, pois esses reconhecimentos apontam para uma artificialidade dessas fronteiras em contraposição com as áreas culturais.

**Figura 6** – Poesia de *La Payada*, Argentina



Fonte: Ministério da Cultura da Argentina. Disponível em: https://www.cultura.gob.ar/por-que-el-23-de-mayo-se-festeja-el-dia-del-payador_4372/

O último bem situado em mais de um país são as Missões Jesuíticas *Guarani*, Moxos e Chiquitos. Esse patrimônio, porém, se diferencia tanto da Ponte Internacional Barão de Mauá quanto de *La Payada* por se tratar de um bem seriado. Enquanto a ponte é uma única construção binacional, as Missões Jesuíticas se referem aos remanescentes das antigas

[32] REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI, Dossiê de Candidatura La Payada apresentado à Comissão do Patrimônio Cultural, MERCOSUL Cultural. Maio/2015, p.3 (tradução nossa).

reduções construídas pelos missionários espanhóis no período colonial e que atualmente estão localizadas em diversos países (BAPTISTA, 2010 e MAEDER, 2009). Assim também ocorre com *La Payada* que se trata de uma única forma de expressão que se manifesta em diferentes países, ao passo que as Missões, além de estar em vários territórios, apresentam características distintas entre si, cada uma com sua particularidade. Mais adiante há uma discussão aprofundada acerca deste patrimônio, considerando que, pelo lado brasileiro, ele está localizado na Região das Missões no Rio Grande do Sul, área de estudo deste trabalho.

Além desses três Patrimônios Culturais do MERCOSUL que apresentam incidência em mais de um país, há outro que também merece destaque, sobretudo quando o assunto é integração cultural. Trata-se da Serra da Barriga, parte mais alcantilada – Quilombo dos Palmares (Figura 7). Tal bem se distingue dos demais por não estar localizado na zona de maior influência cultural do MERCOSUL, estando presente em Alagoas, estado do nordeste brasileiro. Achugar (1994) quando construiu sua crítica em torno da integração cultural do MERCOSUL, ele destacou que o bloco encontraria dificuldades para promover a integração em áreas fora do eixo Porto Alegre-Montevidéu-Buenos Aires, e isso porque essa região apresenta uma identidade própria, construída a partir de aspectos históricos e culturais comuns entre eles. De certa forma o autor não se equivocou com sua análise, uma vez que, de fato, a integração entre as regiões limítrofes ocorre quase que instantaneamente, como se houvesse um território intangível existente na memória de seus ocupantes e que ultrapassa os limites geopolíticos estabelecidos.

**Figura 7** – Serra da Barriga, parte mais alcantilada – Quilombo dos Palmares, Alagoas/Brasil.



Fonte: IPHAN, 2017. Acervo Fundação Palmares.

Por outro lado, quando o autor fez essa análise, o MERCOSUL ainda era composto apenas pelos quatro Estados fundadores (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), o que propiciava ainda mais esse entendimento. No entanto, o bloco cresceu e foram inseridos a ele outros países para além dos signatários originais do Tratado de Assunção. Atualmente o MERCOSUL é composto por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela como Estados Partes; Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Peru e Suriname como Estados Associados[33]. A Venezuela, porém, encontra-se suspensa do bloco por ferir o Protocolo de Ushuaia, que estabelece o compromisso democrático dos países, isto é, a democracia se tornou elemento fundamental para a inserção de um Estado nacional ao MERCOSUL, se perde sua democracia, perde seu espaço no bloco [34].

Conhecer a atual configuração do MERCOSUL ajuda a compreender as razões que levaram ao reconhecimento da Serra da Barriga como Patrimônio Cultural do MERCOSUL, uma vez que o bem possui um valor histórico condicionado à resistência dos escravizados que lutavam por liberdade. O mesmo contexto de resistência à escravidão pode ser encontrado, segundo o dossiê da Serra da Barriga (IPHAN, 2017), em diferentes regiões da América Latina, destacando-se a Argentina, Uruguai, Suriname, Colômbia e Venezuela. Cada país possui uma historiografia particular, formas variadas de lutas contra o sistema escravocrata que resultavam no surgimento de locais de refúgio e proteção para os escravizados fugitivos; no Brasil, esses espaços de refúgio ficaram conhecidos como **quilombos**, já na Venezuela, por exemplo, eram chamados de *cumbes* (IPHAN, 2017).

Considerando que a escravização de populações negras africanas foi uma realidade presente em quase toda a América Latina, o reconhecimento da Serra da Barriga como Patrimônio Cultural do MERCOSUL, torna-se um modelo da representatividade das lutas sociais e seus respectivos movimentos de resistência. Pode-se compreender tal patrimônio como o que propiciou uma integração cultural de maior alcance, pois corresponde a um aspecto histórico comum para além do MERCOSUL, transnacional.

O último bem reconhecido em âmbito do MERCOSUL Cultural foi a *Tava*: Lugar de Referência para o Povo Guarani, localizada no Sítio Histórico de São Miguel das Missões. O

---

[33] MERCOSUL. **Países do MERCOSUL**. *Site* Oficial do MERCOSUL, 2018. Disponível em: https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercosul/. Acesso em: dezembro de 2018.
[34] MERCOSUL. **Países do MERCOSUL**. *Site* Oficial do MERCOSUL, 2018. Disponível em: https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercosul/. Acesso em: dezembro de 2018.

mesmo sítio faz parte do também Patrimônio Cultural do MERCOSUL: Missões Jesuíticas Guarani, Moxos e Chiquitos. No entanto, há alguns aspectos que diferenciam ambos os reconhecimentos, mas o principal se refere a representatividade que cada um possui, como pode ser observado nas discussões a seguir acerca dos dois reconhecimentos, tendo em vista que ambos estão localizados na área de estudo: Região das Missões.

Com base no que foi apresentado no início deste capítulo, o MERCOSUL é um bloco criado a partir de uma união aduaneira entre Brasil e Argentina, com o intuito de desenvolver o mercado dos Estados Partes diminuindo as taxas de comercialização e incentivando a produção interna. Contudo, a assinatura do Tratado de Assunção, que constituiu o MERCOSUL, não se restringia apenas às questões econômicas, havia-se, também, uma preocupação com o social. Desde sua gênese, o MERCOSUL trabalha com a política integracionista, de modo que os Estados Partes se desenvolvam de maneira conjunta, para que possam ficar equiparados social e economicamente. Ao longo da implementação dos dispositivos propostos pelo Tratado, como a isenção de taxas aduaneiras, por exemplo, o bloco foi evoluindo e adquirindo novos formatos. Atualmente, ele atua não somente na esfera econômica ou política, como também está envolvido nos assuntos de educação, saúde, esportes e cultura.

Na cultura, o MERCOSUL desenvolveu políticas especificas para o assunto e criou o MERCOSUL Cultural, instância responsável por trabalhar diretamente com a área, incluindo o patrimônio Cultural, que é representado pela Comissão do Patrimônio Cultural (CPC). Para que um bem seja reconhecido como Patrimônio Cultural do MERCOSUL há alguns critérios estabelecidos por meio da Decisão nº 55/2012 que devem ser considerados no processo de candidatura e avaliação. A política de integração cultural incentivada pelo bloco é bem evidente nas ações de identificação e reconhecimento de algum patrimônio sul-americano.

# 3 PATRIMONIALIZANDO UM TERRITÓRIO – REGIÃO DAS MISSÕES JESUÍTICAS GUARANI

Um dos primeiros bens reconhecidos pelo IPHAN foi o Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo, no Rio Grande do Sul. O sítio foi tombado como Patrimônio Cultural Brasileiro e inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes em 1938 (IPHAN, 1938), tendo sido considerado o seu valor estético como justificativa para o reconhecimento, conforme pode ser observado no relatório de campo de Lucio Costa (1937), em que ele descreve as características físicas de cada sítio visitado, sobretudo a composição arquitetônica e fragmentos das estruturas.

Em dezembro de 1937, o arquiteto fez uma viagem à região missioneira a pedido do, então ministro da educação, Gustavo Capanema, para analisar os remanescentes das reduções jesuíticas *guarani* (COSTA, 1937). Em seu relatório, Lucio Costa não apenas descreve os os sete sítios, que à época eram chamados de povos das missões, como também apresenta sugestões para que sejam realizadas escavações em busca de fragmentos que possam constituir a história do local; além de trabalhos de conservação e proteção, principalmente no povo do São Miguel (COSTA, 1937).

Segundo o que pode ser observado no relatório, até aquele período a região havia recebido pouco investimento para preservação dos remanescentes das antigas reduções. Contudo, esse quadro começou a se alterar quando o Estado se mostrou interessado na formação da identidade nacional, bem como na integração territorial (CHUVA, 2003; HAGE, 2013 e SABOYA, 2018). Vela lembrar que a Região das Missões está localizada em uma área de fronteira e levar a patrimonialização para esses locais ajuda, através da legitimação de discursos, a fortalecer naqueles espaços a nacionalidade brasileira como forma de assegurar a identidade do território, ainda que de maneira subjetiva.

Mesmo que as razões que levaram ao tombamento do Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo tenham sido de proteger o monumento histórico e artístico, em uma época que a arte, a história e a tradição eram temas populares nos debates entre os intelectuais modernistas (FONSECA, 2005), não há como negar que seu reconhecimento como patrimônio instigou novos olhares políticos, intensificando a atenção para aquela região. E essa atenção intensificada não é correspondente somente ao reconhecimento do sítio como Patrimônio Cultural Brasileiro, mas também pela presença do Museu das Missões, outra sugestão apontada por Lucio Costa em seu relatório. Ele salientou,

> Julgo, para tanto, de toda a conveniência a concentração em São Miguel, não apenas dos elementos que lhe pertençam e estão espalhados um pouco por toda a parte, mas, ainda, dos das demais missões, constituindo-se com eles um pequeno museu no local mesmo das ruínas. Não só por ficarem aí mais acessíveis, mas por serem os vestígios de São Miguel - capital dos Sete Povos - os únicos que ainda apresentam interesse como conjunto arquitetônico e também porque, assim reunidos, as peças ganharão outro sentido, porquanto, limpo o terreno e postos em valor os traços já tão apagados - panos de paredes, sequência de bases ou simples contornos de fundações - do colégio, das oficinas, da quinta e das casas [...], a impressão que nos dará São Miguel, com a velha igreja articulada de novo aos restos daquilo que foi simplesmente um prolongamento do seu corpo, será de muito maior significação (COSTA, 1937, p. 10 e 11).

O projeto do Lucio Costa para o museu e sua localização é de uma sagacidade e sutileza na implantação, permitindo uma legibilidade da Praça Central da antiga redução de São Miguel Arcanjo. Ao posicionar o museu em uma das quinas da praça, ele permite a percepção da escala do local. Além disso, o Museu das Missões faz parte do projeto idealizador que se utiliza das memórias regionais para compor a história nacional. Assim, na década de 1940, o então presidente da República, Getúlio Vargas, inaugurou três museus históricos-regionais, com a proposta de introduzir essas memórias no radar cultural nacional. Os museus inaugurados são: Museu das Missões, em 1940; Museu da Inconfidência, em 1942; e Museu do Ouro, em 1946[35]. Os três museus têm a mesma característica regional, embora cada um represente um momento histórico diferente.

Pode-se dizer que a proposta de Lucio Costa em criar um museu na Região das Missões trouxe resultados positivos no processo de formação do nacionalismo brasileiro. Isso fica evidente nas manchetes de jornais da época que traziam um discurso de engrandecimento de um passado heroico da história brasileira e que mereciam ser preservados. Por outro lado, tal discurso trazia o branco civilizador como herói do nosso passado, diminuindo a importância dos guarani nesse processo histórico. O jornal Correio da Manhã, de circulação no Rio de Janeiro, trouxe, em 1940, uma manchete sobre o Museu das Missões em que destacou sua importância para a preservação de parte da história nacional. A manchete dizia que, "o território das Missões, teatro de lutas dramáticas, onde se destacou a ação dos jesuítas, é um campo evocativo de grande significação para os brasileiros" e finalizou afirmando que, "não só nas Missões, mas em muitos outros pontos de nosso vasto território, existem

[35] Fala do Diego Luiz Vivian, diretor do Museu das Missões, durante roda de conversa sobre o Patrimônio Missioneiro realizada em São Miguel das Missões, em 30 de agosto de 2018.

recordações de nossas glórias antigas - antigas e dignas de proteção"[36]. Essa narrativa remete ao entendimento de patrimônio que emergiu com a Revolução Francesa, de que é necessário proteger os monumentos para manter viva as tradições e as memórias nacionais (FONSECA, 2005 e CHUVA, 2009).

Ademais, esse discurso que apresenta o jesuíta como herói civilizador se manteve por bastante tempo no cenário político e cultural brasileiro. Em 1947, o jornal O Momento, de Caxias do Sul/RS, divulgou o relato da visita que o jornalista Guilherme do Valle Toenniges fez em São Miguel, em que ele descreveu: "os nossos olhares fixaram-se naquelas pedras jesuíticas. Pensamos nos índios indomáveis e nos padres desbravadores. Nos veio à memória o drama de sacrifício e de sangue porque viveram os catequizadores de São Miguel" (TOENNIGES, 1947). Em verdade, os discursos fazem parte do processo de formação de uma identidade nacional e, desta forma, ajudam a legitimar essa mesma identidade.

Porém, os mesmos discursos precisam estar em concordância para manter esse processo funcionando, ou seja, há uma seleção das narrativas. Com o patrimônio não é diferente. O valor atribuído ao bem é legitimado pelo discurso que está em evidência no momento, pois como afirma Fonseca (2005), tornar um bem em patrimônio gera conflitos de interesse, ainda que involuntariamente, uma vez que tal atividade é seletiva, uma escolha entre o que manter e o que destruir. E essa decisão leva em consideração diversos fatores ao longo de cada processo, como o ponto de vista dos agentes responsáveis e seus critérios de valoração. Mas uma coisa permanecia a mesma: o patrimônio deveria ser um elemento de representação da nacionalidade brasileira.

Assim ocorreu com o Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo. Embora o arquivo que contém seu processo de tombamento não haver nenhuma justificativa para tal ação (IPHAN, 1938), é possível compreender, através dos jornais divulgados na época (previamente citados), os valores históricos atribuídos ao bem. Por outro lado, esses valores foram construídos com base em um discurso histórico que foi rompido por uma nova geração de

[36] JORNAL CORREIO DA MANHÃ. **Museu das Missões**, Rio de Janeiro, 14 de março de 1940, nº 13.913, Ano 39.

pensadores nos anos 1980, que apresentaram uma nova perspectiva da história missioneira, trazendo para o cenário de discussões a importante participação dos guarani[37].

O patrimônio missioneiro, porém, vai muito além do Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo, sendo este, talvez, o mais imponente, dado pela remanescência de sua arquitetura (Figura 8). Tal patrimônio também é constituído por mais três sítios tombados como Patrimônio Cultural Brasileiro em 1970, sob a justificativa de valor histórico (IPHAN, 1970). Os sítios são: Sítio Histórico de São Nicolau, Sítio Histórico de São João Batista e Sítio Histórico de São Lourenço Mártir; todos inscritos no Livro do Tombo Histórico (IPHAN, 1970). Para além da materialidade, há também a *Tava*, reconhecida como Patrimônio Imaterial Brasileiro, em 2014. Ela se refere a um lugar sagrado para o povo *guarani* que vive na região desde muito antes da chegada dos europeus (IPHAN, 2014).

**Figura 8** – Remanescente da Igreja de São Miguel Arcanjo e *Tava Guarani*.



Fonte: Helena Faller, Agosto/2018.

Do outro lado da fronteira brasileira, Argentina e Paraguai também possuem remanescentes das antigas reduções jesuíticas, e seus sítios históricos ajudam a compor o

[37] Fala da historiadora Beatriz Muniz, técnica aposentada do IPHAN, durante roda de conversa sobre o Patrimônio Missioneiro realizada em São Miguel das Missões, em 30 de agosto de 2018.

patrimônio e território missioneiro. O processo de patrimonialização das missões se iniciou com base na contextualização histórica do branco europeu, sob a perspectiva de um herói jesuítico; mas, certamente, essa idealização não permaneceu a mesma. Foram construídas novas narrativas com novos significados, sobretudo no que diz respeito à relação dos *guarani* com o território, que proporcionaram os reconhecimentos mais integradores do patrimônio missioneiro.

Contudo, a primeira candidatura missioneira em âmbito internacional foi desenvolvida ainda sob a ótica do herói jesuítico civilizador, e foi bem sucedido, pois culminou com a inscrição das Missões Jesuíticas dos Guarani na Lista do Patrimônio Mundial, em 1983 (UNESCO, 1982). Por outro lado, tal inscrição na Lista do Patrimônio Mundial contribuiu na ampliação de debates sobre a história missioneira, atraindo novos projetos e reconhecimentos. Deste modo, a mudança das narrativas começa a ser notada com a elaboração dos projetos de cooperação internacional, que passaram a apontar a importância de cada ator envolvido na formação histórica missioneira, incluindo, principalmente, o povo *guarani*. E essa mudança fica ainda mais evidente com os reconhecimentos do patrimônio Cultural do MERCOSUL, que valoriza o contexto histórico integrador. Adiante será apresentado cada um dos reconhecimentos internacionais e a cooperação internacional presente na região que ajuda a construir um território único: o território missioneiro.

## 3.1 AS MISSÕES JESUÍTICAS GUARANI COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO

Em meados dos anos 1960, o inspetor técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, Michel Parent visitou o Brasil a convite do IPHAN, à época Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN (IPHAN, 2008). Sua visita ocorreu em um período que o Brasil almejava seu desenvolvimento econômico, e o turismo foi uma das estratégias adotadas, incluindo o chamado “turismo cultural”.

A missão de Parent teve como objetivo conhecer e analisar os sítios e monumentos históricos culturais de norte a sul do Brasil, a fim de identificar os pontos fortes e os pontos de melhorias para desenvolver o turismo cultural nessas áreas (IPHAN, 2008). Um dos locais

visitados pelo inspetor foi o Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo, que naquele período tinha apenas o título de Patrimônio Cultural Brasileiro (Parent, 1966, p.152 *apud* IPHAN, 2008). Com base em suas observações, ele enfatizou o potencial turístico que a região possuía. Potencial encontrado através da união entre a beleza estética presente nas ruínas da igreja de São Miguel e, ao que ele descreveu no seu relatório, a "dolorosa epopeia" (Parent, 1966, p.153 *apud* IPHAN, 2008), ou seja, a história do lugar. Parent sugeriu uma atração peculiar para atrair o turismo ao local, uma harmonização entre as ruínas e a história, uma verdadeira epopeia.

> Um espetáculo de "som e luz" muito atraente também poderia ser instalado. Geralmente não somos muito favoráveis a esse tipo de manifestação espetacular, mas é preciso reconhecer que, no caso de São Miguel, existem ao mesmo tempo o material histórico e o lendário para animá-la e o suporte arquitetônico necessário (Parent, 1966, p.154 *apud* IPHAN, 2008).

A proposta foi aceita e o espetáculo de "Som e Luz" (Figura 9) foi instalado no Sítio atraindo vários grupos turísticos para prestigiá-lo, comprovando que a região possui mesmo potencial para o turismo cultural.

**Figura 9** – Remanescente da Igreja de São Miguel Arcanjo iluminada pelo espetáculo "Som e Luz".



Fonte: Helena Faller, Agosto/2018.

Se o título de Patrimônio Cultural Brasileiro e a implementação de um grande espetáculo de “Som e Luz” contribuíram para que o Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo adentrasse na rota do turismo cultural, imagine se este fosse elevado à categoria de Patrimônio Mundial. Não surpreendente, em 1982, o Brasil apresentou sua candidatura para inscrição do Sítio na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1982).

O dossiê de candidatura de São Miguel Arcanjo foi elaborado com base no discurso histórico do jesuíta herói civilizador que ainda vigorava na época, embora já houvesse algumas iniciativas de mudança. Esse discurso está claramente descrito no documento, principalmente na justificativa da candidatura, cujo texto aponta para as maravilhas do desenvolvimento trazido pelos padres da Companhia de Jesus ao “novo mundo”, à América (UNESCO, 1982).

No entanto, para além do discurso branquicista que se apoiou a candidatura de São Miguel Arcanjo a Patrimônio Mundial, há outro fator de igual relevância que impulsionou tal candidatura: a geopolítica brasileira da época. De acordo com Becker (2012), no período do regime autoritário que se iniciou em 1964, o país buscava a segurança nacional através, principalmente, da integração de seu território. Mas a integração apontada por Becker (2012) está associada aos investimentos no campo científico-tecnológico que ocorreram a partir da década de 1970, com o intuito de acompanhar o desenvolvimento e a modernização no meio internacional. Assim, havia o fortalecimento do Estado com base na política de expansão e controle territorial, ao passo que a ciência e a tecnologia se tornaram objetos de interesse para o desenvolvimento econômico e inserção no mercado internacional. O Brasil começou a conquistar seu espaço em um mundo cada vez mais globalizado.

As primeiras candidaturas de bens brasileiros a Patrimônio Mundial surgiram, justamente, nesse período de fortalecimento do Estado e de abertura política e econômica na esfera mundial, isto é, início da década de 1980. A geopolítica brasileira nesse momento, segundo Becker (2012), priorizava a formação do Estado frente à formação da Nação, embora o sentimento nacional fosse estimulado para fortalecer o próprio território. Deste modo, o patrimônio foi utilizado como uma das estratégias do Brasil para apresentar ao mundo sua soberania e seu crescente desenvolvimento enquanto Estado nacional.

Essa estratégia pode ser compreendida sob duas perspectivas: a primeira remete ao discurso apresentado pelo país para ter o patrimônio reconhecido internacionalmente. Isso,

pois, no período em que ocorreu a candidatura, a ordem geopolítica mundial se concentrava em dois blocos (COSTA; PORTO-GONÇALVES, 2006), o qual a política brasileira vigente era notoriamente aliada ao bloco capitalista. Assim, não era interessante ao Brasil, naquele momento, expor a transição de narrativas que ocorria internamente em seu território, com o afloramento de movimentos sociais e a criação do CNRC que tinha como proposta resgatar a cultura popular brasileira (FONSECA, 2005). Mas sim, apresentar o discurso criado e desenvolvido ao longo dos anos pela classe média brasileira que, de acordo com Becker (2012), tinha o controle do próprio Estado. Tal discurso, como vem sendo debatido, mostra um Brasil construído pelo branco europeu e, no caso de São Miguel, pelo heroísmo dos jesuítas espanhóis.

A segunda perspectiva está relacionada à própria geopolítica brasileira. Vale lembrar que, no início dos anos 80, o Brasil passou a fazer parte pela primeira vez do Comitê do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2020), então, mostrar-se como um Estado sólido e soberano era sua principal preocupação. Nesse caso, é possível entender a razão pela qual o Brasil lançou a candidatura do Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo de forma individual, sem antes convidar a sua vizinha Argentina a construir uma candidatura transfronteiriça em conjunto, como pode ser notada no relatório da Sétima Sessão do Comitê (UNESCO, 1984).

A candidatura de São Miguel das Missões a Patrimônio Mundial foi resultado de um longo processo de investimentos na revitalização e conservação do sítio (UNESCO, 1983). Esse processo teve início na década de 1920, quando o Governo do Rio Grande do Sul, em cumprimento do recém-criado Regulamento de Terras (1922), direcionou uma equipe para atender as ruínas da antiga redução jesuítica. Tal equipe identificou o abandono do local e sugeriu sua limpeza e conservação, que foi atendido pelo governo estadual e, já no final da década de 1920, “os trabalhos de conservação mais urgentes estavam concluídos” (UNESCO, 1983, p. 12).

Com a criação do SPHAN, em 1937, e tendo em vista o valor histórico e artístico dos remanescentes das reduções, o interesse pela região alcançou o nível nacional. O arquiteto Lucio Costa foi designado, já no final de 1937, a realizar um trabalho de campo nos sete antigos povos missioneiros, conforme explica o dossiê de candidatura (UNESCO, 1983). Em seu relatório ele expõe a importância da proteção desses locais, principalmente os quatro sítios que ainda apresentavam resquícios do passado, em que se destaca a exuberância do Sítio

de São Miguel Arcanjo, bem como a sugestão da construção do Museu das Missões no mesmo sítio (COSTA, 1937), o que foi concretizado já na década de 1940.

O tombamento de São Miguel como Patrimônio Cultural Brasileiro ocorreu em maio de 1938 (IPHAN, 1938), meses após a visita de Lucio Costa e, desde então, os investimentos na proteção e conservação da região se intensificou. Ainda de acordo com o dossiê (1983), as décadas de 1960 e 1970 ficaram marcadas com a execução de obras de conservação e consolidação das ruínas. Porém, somente a partir de 1980 "que começou um estudo completo sobre as condições de conservação das ruínas desse estabelecimento [sítio]" (UNESCO, 1983, p. 12). Foi esse estudo que contribuiu diretamente com a construção da candidatura do Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo a Patrimônio Mundial e teve como ajuda a participação do arquiteto e, também, conselheiro da UNESCO, Roberto di Stefano (UNESCO, 1983).

A candidatura, portanto, foi construída com base nesse processo. Por ser resultado de um trabalho que vinha sendo realizado por anos, pode ser que os responsáveis pela candidatura nem tenham se atentado a possibilidade de um reconhecimento transfronteiriço com a Argentina. Mas isso são apenas possibilidades. A verdade é que, a década de 1980 ficou marcada pela expansão e integração do território nacional somado aos investimentos de novos projetos de exploração desse mesmo território. A geopolítica volta-se para a o fortalecimento de grandes corporações transnacionais que criam um novo tipo de fronteira, não apenas física, mas tecnológica (BECKER, 2012). O Brasil, com seu alto investimento em projetos de expansão do território, fortaleceu-se a ponto de se tornar uma das maiores influências da América do Sul. Acerca da inserção brasileira no meio internacional, Becker (2012) explica que,

> A conquista de espaço internacional corresponde à expansão da área de influência do Brasil no exterior. Como decorrência da implantação da fronteira tecnológica, da expansão econômica e política, o Brasil não apenas se afirma como potência regional do Atlântico Sul; ele se torna o oitavo PNB do mundo e produz seu espaço transnacional (BECKER, 2012, p. 141 e 142).

Com tamanha influência na esfera global e sua participação no Comitê do Patrimônio Mundial, o Brasil viu uma oportunidade de mostrar ao mundo seu poder enquanto Estado soberano. Uma das estratégias brasileiras adotadas para consolidar sua força no espaço internacional foi o uso do patrimônio. Assim, somente na década de 1980 o país obteve sete bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2020), dos quais, tem-se o reconhecimento de São Miguel das Missões.

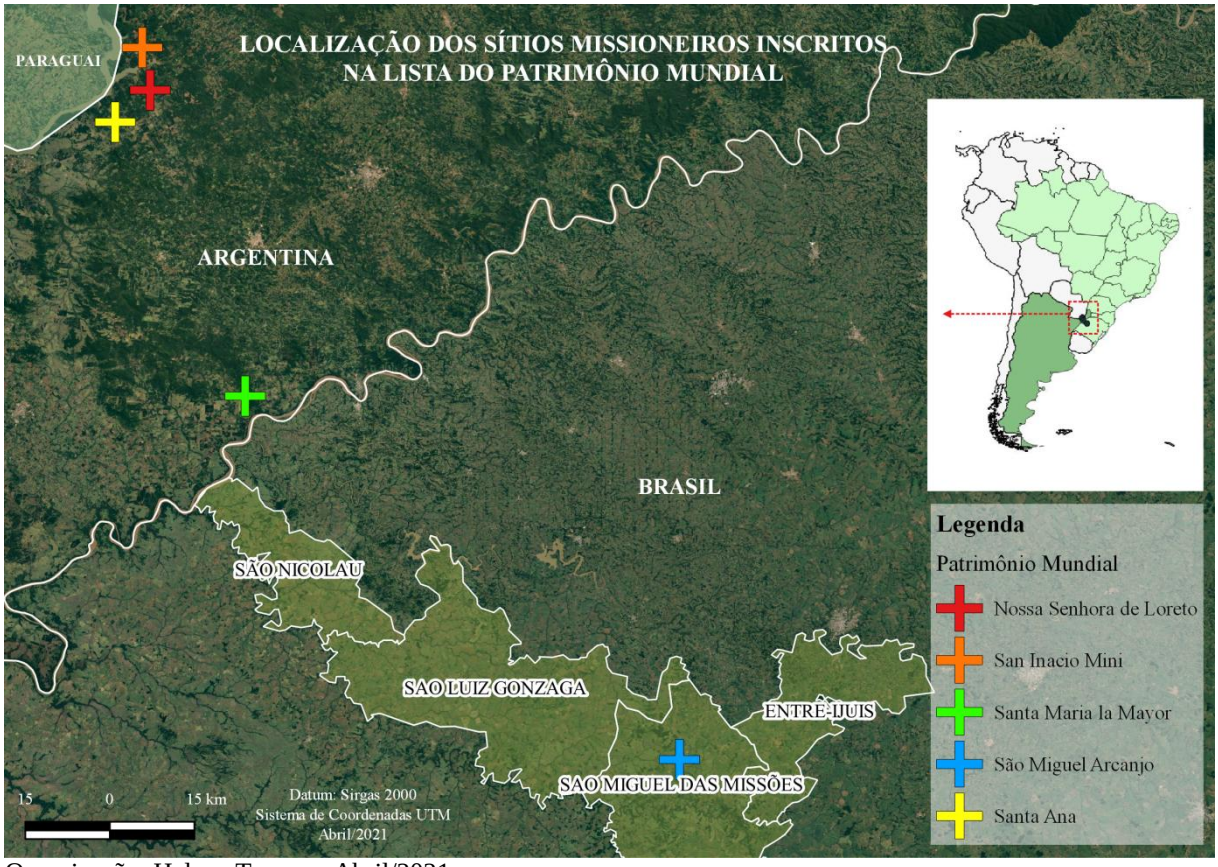
A candidatura foi apresentada e, em dezembro de 1983, durante a realização da Sétima Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, São Miguel das Missões foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1984). O ICOMOS - entidade consultiva da Convenção do Patrimônio Mundial, responsável pelas avaliações dos bens de caráter cultural - apresentou sua avaliação da candidatura, em que fez a seguinte recomendação: "que o bem cultural proposto seja inscrito na Lista do Patrimônio Mundial no âmbito de uma proposta global que envolve as principais Missões Jesuítas da América do Sul" (ICOMOS, 1983). Chama a atenção nessa avaliação do ICOMOS o destaque que deram na questão histórica apontada pelo dossiê, o poder do discurso branco europeu.

Com a aprovação do ICOMOS, cabia ao Comitê decidir se São Miguel das Missões seria ou não inscrito na Lista. Nesse momento, a Argentina mostrou seu interesse de incluir à candidatura brasileira dois de seus remanescentes das reduções jesuíticas, e formar, assim, um bem seriado e transfronteiriço, conforme consta no relatório da Sessão (UNESCO, 1984). A princípio, os argentinos haviam mencionado a inserção das Missões de San Ignacio Mini e de Santa Maria de la Mayor; contudo, ao final da candidatura, incluíram mais duas Missões: de Santa Ana e Nossa Senhora de Loreto (UNESCO, 1984) (Mapa 5).

O ICOMOS também realizou sua avaliação sobre a proposta argentina e considerou o interesse mostrado pelo Comitê durante a Sessão de 1983, quando foi debatido a candidatura de São Miguel das Missões. Ademais, a avaliação também explica a decisão de incluir os quatros sítios, uma vez que somente na Argentina há cerca de 15 remanescentes das antigas reduções. A justificativa apresentada diz respeito ao valor histórico e arqueológico das quatro missões, além de que elas são complementares entre si (ICOMOS, 1984).

O relatório da Oitava Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em 1984, traz não apenas a aprovação da inscrição dos quatro sítios argentinos na Lista, mas também o desejo de ampliar o patrimônio missioneiro, incluindo os remanescentes localizados no Paraguai e Uruguai (UNESCO, 1984). Interessante lembrar que naquele período, nem o Paraguai e nem Uruguai haviam aderido ainda a Convenção e, por esse motivo, não poderiam ter seus bens inscritos na Lista (UNESCO, 1984). Desta forma, o Comitê, além de mostrar a possibilidade das inscrições, também fez o convite aos dois países, como aponta o relatório (UNESCO, 1984). O convite foi aceito anos mais tarde, sendo o Paraguai o primeiro a ratificar, em 1988; e Uruguai, em 1989.

**Mapa 5** – Localização dos Sítios Históricos das Missões Jesuíticas inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.




Organização: Helena Tagarro, Abril/2021.

Apesar da adesão dos dois países, somente Paraguai submeteu uma candidatura do patrimônio missioneiro presente em seu território. Trata-se de dois sítios: Missões Jesuíticas da Santíssima Trindade do Paraná e Missões Jesuíticas de Jesus Taravangue (UNESCO, 1993). A proposta foi feita individualmente pela delegação paraguaia e, assim como ocorreu na candidatura argentina, o Comitê propôs que ambos os sítios fossem incluídos aos bens transfronteiriços já inscritos na Lista sob a mesma temática de missões jesuíticas (UNESCO, 1993).

Contudo, os sítios missioneiros paraguaios foram inscritos de modo individual na Lista do Patrimônio Cultural, em 1993 (UNESCO, 2020). A razão de não se fazer um bem transfronteiriço junto da Argentina e Brasil partiu da própria delegação brasileira, que afirmou não ser necessária a inclusão, uma vez que os três países iriam trabalhar juntos no âmbito do MERCOSUL em prol do patrimônio missioneiro (UNESCO, 1993). A recusa brasileira não foi com a intenção de diminuir o Estado Paraguaio, pelo contrário; foi uma estratégia geopolítica adotada para fortalecer o bloco sul-americano recém criado. Assim, mesmo que os

sítios localizados no Paraguai não façam parte do patrimônio transfronteiriço reconhecido pela UNESCO, a gestão de todos os bens missioneiros dos três países envolvidos seria feita em conjunto, como sugeriu a delegação brasileira na Décima Sétima Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em 1993 (UNESCO, 1993).

Apesar da sugestão de uma gestão compartilhada, os trabalhos em conjunto levaram anos para se iniciar. Em 2002, a UNESCO enviou uma equipe do Fundo do Patrimônio Mundial para avaliar o estado de conservação dos sítios missioneiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2003). Os especialistas da UNESCO identificaram a ausência não apenas de uma gestão compartilhada, mas de um trabalho efetivamente em conjunto entre os países. A gestão era feita cada um por si, responsável por seu lado da fronteira. Então, a equipe teceu uma série de recomendações, sendo a principal a criação de "um programa de capacitação de três anos para o conjunto das Missões Jesuítas" (UNESCO, 2003, p. 68, tradução livre).

A proposta foi aceita e, anos mais tarde o patrimônio missioneiro recebeu mais atenção por parte dos países envolvidos: foi reconhecido como Patrimônio Cultural do MERCOSUL em caráter seriado e transfronteiriço, além de ter sido elaborado alguns projetos de cooperação internacionais tanto sob auspícios da UNESCO quanto pelo próprio MERCOSUL. Os próximos tópicos deste capítulo trazem informações acerca desse reconhecimento pelo MERCOSUL, bem como sobre os projetos de cooperação.

## 3.2 O PATRIMÔNIO MISSIONEIRO NO MERCOSUL CULTURAL

O Tratado de Tordesilhas firmado, em 1494, entre as Coroas Portuguesa e Hispânica dividiu o mundo entre elas, e cada uma ocupou, explorou e administrou o lado que lhe cabia à sua própria maneira e interesse (MAEDER, 2009). As reduções jesuíticas, por exemplo, era um formato de ocupação territorial típico dos espanhóis, com características urbanas (MAEDER, 2009 e STELLO, 2013). Por outro lado, as reduções só existiram por conta da presença indígena que havia nos territórios ocupados, uma vez que tais povoamentos tinham a proposta de "reduzir" esses povos aos padrões de vida europeu, evangelizando-os de modo a adquirir o controle sobre eles e, assim, o controle sobre o território (STELLO, 2013 e PONTES, 2010).

Dentre as reduções, as mais conhecidas são as que foram fundadas entre o povo Guarani. Inclusive, foram tantas e com tamanha relevância que chegaram a formar a antiga Província Jesuítica do Paraguai (MAEDER, 2009). Outros povos indígenas também foram submetidos ao modelo de ocupação dos europeus. Na região da Bolívia, os territórios dos Moxos e Chiquitos foram ocupados e passaram a fazer parte das missões jesuíticas (IPHAN, 2015). No entanto, diferentemente do que ocorreu entre as reduções dos guarani, que foram completamente abandonadas após a expulsão dos jesuítas, as reduções dos moxos e chiquitos permaneceram ocupadas, "mantendo-se até os dias atuais como patrimônio vivo" (IPHAN. 2015, p. 05).

### 3.2.1 O Sistema Missioneiro da Região Guarani, Moxos e Chiquitos e a Cooperação Internacional no MERCOSUL

Em 2002, quando a UNESCO enviou uma equipe para analisar e avaliar o estado de conservação do patrimônio missioneiro, como resultado da visita, foi sugerido que os países realizassem trabalhos em conjunto em prol da conservação dos sítios (UNESCO, 2003). À época, o Brasil informou que havia o interesse da atuação em conjunto mediante o MERCOSUL. A expectativa brasileira começou a tomar formas mais efetivas, quando em 2009, realizou-se uma reunião entre representantes do Brasil e da Argentina, em Salvador/BA (IPHAN, 2009). A reunião tinha como objetivo construir uma proposta de cooperação entre os demais países vizinhos, "com vistas a incentivar a identificação e valorização de itinerários culturais – inclusive no meio turístico - que possam resultar em importante via de integração cultural regional" (IPHAN, 2009, p. 3).

Como resultado dessa reunião, foi elaborado o Anteprojeto Itinerários Culturais do MERCOSUL, que tinha como objetivo desenvolver ações de pesquisa, fomento, valorização, proteção e integração cultural e do patrimônio comum existente na região (IPHAN, 2009). *A priori*, a intenção era trabalhar com os itinerários culturais do povo Guarani, conforme consta no Anteprojeto (IPHAN, 2009). No entanto, foi considerada a importância da inclusão das missões dos Moxos e Chiquitos, povos que viviam na região da Bolívia.

O projeto Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guarani, Moxos e Chiquitos levou cerca de 4 anos para ser formalizado efetivamente, pois sua primeira versão foi elaborada em maio de 2011, durante a realização da Reunião Técnica Internacional sobre o Projeto, no Brasil (IPHAN, 2011) e, teve como base o Anteprojeto de 2009. Depois, ainda tiveram mais

três versões aprimoradas nas reuniões técnicas realizadas em Montevidéu, Uruguai, em 2011; Córdoba, Argentina, em 2012; e Brasília, Brasil, também em 2012 (IPHAN, 2012). Os esforços empenhados pelos Estados sul-americanos no debate acerca da cultura e patrimônio da região missioneira resultaram na formalização do Projeto de Cooperação Técnica Internacional "Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos no MERCOSUL: fortalecimento institucional para sua definição e desenvolvimento" (IPHAN, 2015).

A última versão apresentada em Brasília foi aprovada pelo Grupo de Cooperação Internacional (GCI) do MERCOSUL, em 2012, conforme consta na Ata da XLII Reunião Extraordinária do Grupo Mercado Comum (MERCOSUL, 2012). Isto é, no que diz respeito ao bloco, a implementação já poderia ser iniciada. Contudo, durante sua construção ficou constatada a importância de obter ajuda externa de outros organismos internacionais, para além do próprio MERCOSUL e dos países envolvidos. Na justificativa da versão aprovada em 2012 consta que, "a operacionalização do Projeto por meio de organismo internacional favorecerá a execução dos recursos que venham a ser alocados em todos os países envolvidos" (IPHAN, 2012).

Com base nessa informação, a execução do projeto foi adiada para que ele pudesse ser reformulado, adquirindo um novo formato e novos objetivos. Tornou-se Projeto de Cooperação Técnica Internacional com caráter multilateral, sendo produzido, financiado e gestado por diferentes atores e escalas (IPHAN, 2015). Seu novo formato consiste em um projeto firmado entre a República Federativa do Brasil e a UNESCO, com uma aprovação direta pelo MERCOSUL e de abrangência espacial envolvendo cinco Estados com história missioneira (IPHAN, 2015). Os atores envolvidos no projeto, portanto, são:

- UNESCO;
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (instituição cooperante);
- Agência Brasileira de Cooperação - ABC (instituição coordenadora);
- Argentina;
- Bolívia;
- Paraguai; e
- Uruguai.

Por ter um objetivo voltado para o desenvolvimento do patrimônio cultural missioneiro, sobretudo, no que diz respeito à identificação, delimitação e conservação do itinerário cultural das missões, a parceria com o MERCOSUL se tornou fundamental. Melhor explicando, o projeto foi idealizado, construído e implementado dentro do MERCOSUL, atendendo as demandas do patrimônio missioneiro presente nos países sul-americanos. No entanto, o Brasil, pensando no compromisso que fez junto ao bloco, firmou também uma parceria com a UNESCO, o que veio a se tornar oficialmente em 2015 o Projeto de Cooperação Técnica Internacional "Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos no MERCOSUL: fortalecimento institucional para sua definição e desenvolvimento" (IPHAN, 2015).

A elaboração de um projeto de cooperação técnica com a UNESCO teve como proposta a busca pelo apoio especializado e de assistência técnica (IPHAN, 2015). O projeto passou a ter uma estrutura de gestão dividida em três grupos:

1- Coordenação Internacional do Projeto: conta com representantes das instituições nacionais de patrimônio cultural de cada país envolvido (IPHAN, 2015, p. 20);
2- Comitê Gestor do Projeto: constituído pelo IPHAN, ABC e pela Representação da UNESCO no Brasil;
3- Coordenação Nacional do Projeto: cada país envolvido possui sua coordenação interna para desenvolver os objetivos do projeto dentro de sua abrangência territorial.

Nota-se, portanto, que se trata de um projeto que mexe com várias estruturas geopolíticas. Possui uma abrangência espacial transnacional, mas que desconsidera as fronteiras em prol do desenvolvimento de um território cultural há muito negligenciado. Foi construído pelo MERCOSUL, que também o coordenada através dos países envolvidos. Mas a responsabilidade, a gestão principal do projeto se encontra encargo de um único país: o Brasil, que também é o único que aplicou recursos, mais de cinco milhões de reais investidos. O Brasil, por sua vez, se uniu à UNESCO para ter apoio técnico no progresso do projeto.

No decorrer do projeto, o Brasil idealizou uma exposição itinerante sobre os 7 Povos Missioneiros localizados no Rio Grande do Sul (IPHAN, 2018). Apesar de ser um projeto de cooperação internacional no âmbito do MERCOSUL, cada país tem autonomia para desenvolver atividades nacionais. Assim, o IPHAN construiu a exposição 7 Povos: retratos de

um território que teria, *a priori*, um caráter itinerante, passando por várias cidades brasileiras, além da sede do MERCOSUL em Montevidéu, Uruguai (IPHAN, 2018). A proposta da exposição é de

> destacar e difundir uma visão inovadora e atual da região das Missões no Brasil, revelando-a numa relação passado, presente e futuro, o que ela é em relação às pessoas que a habitam e ao território e à paisagem cultural que a conforma, redescobrindo-a, a partir dos seus remanescentes.

E, sob essa premissa, ela foi inaugurada na capital gaúcha em 24 de outubro de 2019, no Memorial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Em novembro ela foi levada para São Miguel das Missões/RS, onde se tornou permanente[38].

Paralelamente a construção do projeto, desde sua aprovação pelo MERCOSUL em 2012, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai vinham discutindo uma proposta de candidatura das Missões Jesuíticas dos Guarani a Patrimônio Cultural do MERCOSUL. Essa proposta também é fruto de uma sugestão apresentada pela delegação brasileira durante a 17ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, ocasião que as Missões Jesuíticas da Santíssima Trindade do Paraná e de Jesus Taravangue, localizadas no Paraguai, foram inscritas na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1993).

O Comitê, ao discutir a candidatura paraguaia, propôs que o bem fosse incluído ao patrimônio missioneiro transfronteiriço já inscrito entre o Brasil e a Argentina. No entanto, a delegação brasileira, à época declarou não ser necessária tal inclusão, uma vez que os três países trabalhariam juntos, através do MERCOSUL, em prol da proteção e gestão do patrimônio comum a eles (UNESCO, 1993). Esse foi o primeiro sinal de uma proposta de política cultural própria ao MERCOSUL, que acabou se consolidando em 2012, quando foi criado o MERCOSUL Cultural e a categoria de Patrimônio Cultural do MERCOSUL (MERCOSUL, 2012).

A recusa brasileira à proposta do Comitê, em 1993, expressa a confiança que o país possuía diante do novo bloco criado dois anos antes (BRASIL, 1991). Foi uma estratégia geopolítica por parte do Brasil e atenuar a importância do MERCOSUL diante do mundo cada vez mais globalizado. O início da década de 1990 foi o auge das privatizações e do

---

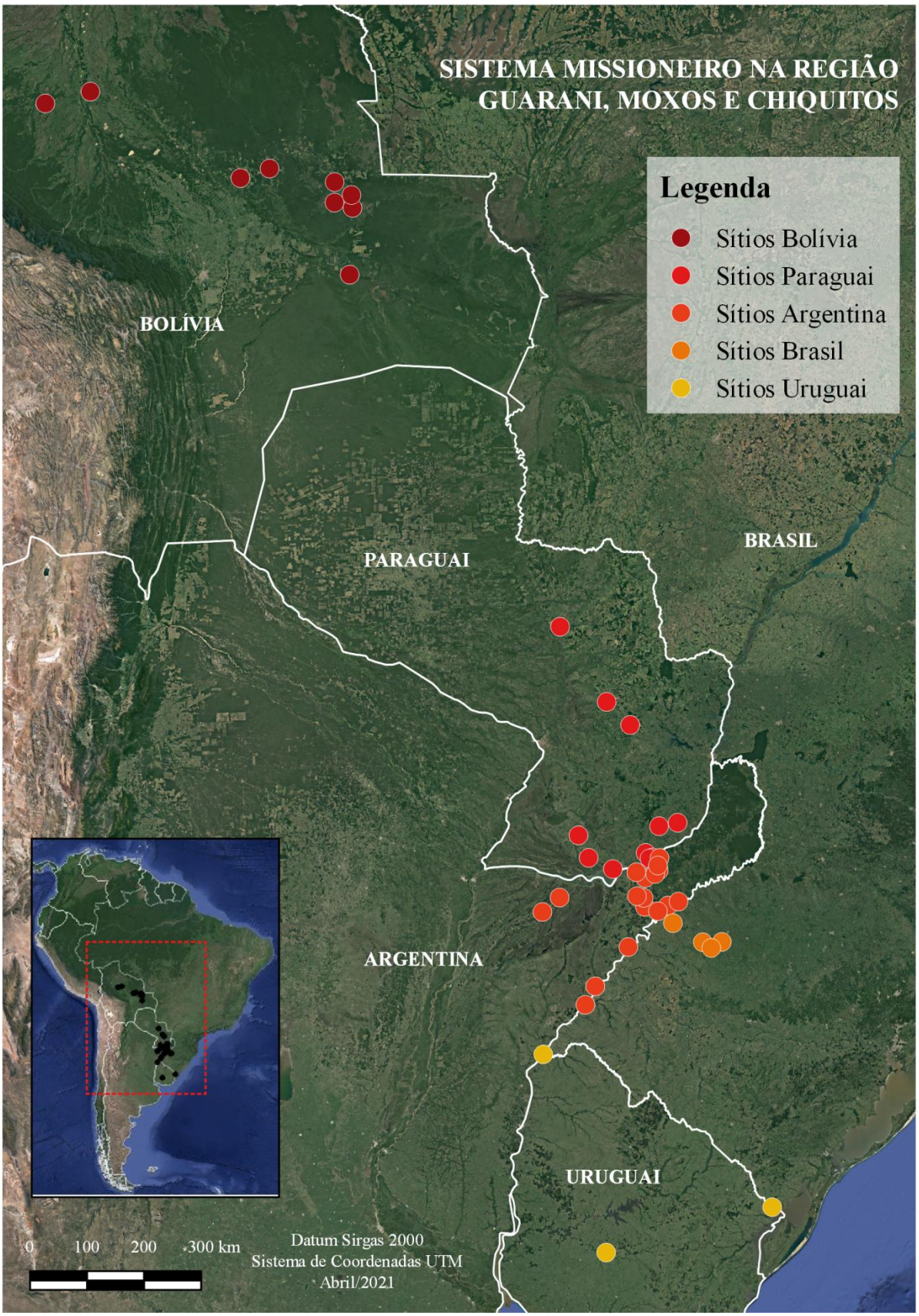
[38] IPHAN. Exposição itinerante sobre o território das Missões (RS) está aberta na capital gaúcha. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5369. Acesso em: Agosto/2020

fortalecimento de empresas transnacionais (COSTA e PORTO-GONÇALVES, 2006). As fronteiras começaram a ser ressignificadas, adquirindo um novo formato que ultrapassa os limites dos territórios nacionais e dando espaço ao surgimento dos grandes blocos econômicos. Segundo Costa e Porto-Gonçalves (2006, p.57), "a formação dessas grandes entidades econômicas [...] supranacionais é outro indicador muito relevante da perda, ou melhor, da reestruturação do poder dos Estados nacionais". Os Estados permanecem soberanos, mas o controle de novas tecnologias somado ao controle espacial e econômico presente nas mãos de grandes corporações internacionais fez surgir a necessidade de parcerias entre os Estados para se manterem fortes na disputa pelo poder. Assim,

> É interessante verificar, como mais uma prova do caráter ambivalente e contraditório da reprodução capitalista, que, ao mesmo tempo em que se fortalecia o neoliberalismo econômico, estruturavam-se os grandes blocos econômicos ou mercados comuns continentais (COSTA e PORTO-GONÇALVES, 2006, p 57 e 58).

O surgimento e ampliação de diferentes blocos intensificou a competição intercapitalista e "cada potência mundial ou regional tenta manter seu 'controle' de seus parceiros privilegiados" (COSTA e PORTO-GONÇALVES, 2006, p.58). É sob esse viés que se torna compreensível a reação do Brasil diante do Comitê do Patrimônio Cultural em 1993 ao enfatizar uma abordagem do MERCOSUL sobre o patrimônio missioneiro. O Sistema Missioneiro na Região Guarani, Moxos e Chiquitos foi reconhecido como Patrimônio Cultural do MERCOSUL em maio de 2015 (Mapa 6). O dossiê de candidatura foi construído com a colaboração de todos os países envolvidos na proposta; cada um produziu o texto referente aos bens localizados dentro de seu território nacional (MERCOSUL, 2015).

**Mapa 6** – Distribuição dos Sítios Históricos Missioneiros reconhecidos como Patrimônio Cultura do MERCOSUL.




Organização: Helena Tagarro, Abril/2021.

Trata-se de um patrimônio seriado e transfronteiriço. Ao todo são 46 sítios históricos (antigas reduções jesuíticas) distribuídos entre a Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai (MERCOSUL, 2015). O país com maior número de sítios é Argentina, com dezessete, seguida por Paraguai, com treze, depois Bolívia, com nove, Brasil, com quatro e Uruguai, com apenas três (MERCOSUL, 2015). Pelo lado brasileiro, os quatro sítios inseridos nesse Patrimônio do MERCOSUL, são os quatro tombados como Patrimônio Cultural Brasileiro[39]:

- Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo;
- Sítio Histórico de São João Batista;
- Sítio Histórico de São Lourenço Mártir;
- Sítio Histórico de São Nicolau.

A proposta geopolítica de integração do MERCOSUL acabou incidindo sobre a própria política de patrimônio do bloco. Os reconhecimentos feitos pelo MERCOSUL Cultural levavam em conta, principalmente, a integração histórica-cultural existente nos bens lançados à candidatura (MERCOSUL, 2012). Deste modo, o dossiê do Sistema Missioneiro na Região Guarani, Moxos e Chiquitos (2015), além de ter sido um trabalho colaborativo, enfatiza a importância da preservação desse patrimônio para a região mercosulenha, bem como as relações históricas e culturais das missões jesuíticas entre os países envolvidos; ou seja, há uma integração entre eles, ao menos no que diz respeito ao contexto histórico.

Ademais, o dossiê garante uma gestão compartilhada do patrimônio entre os Estados-Partes, atribuindo responsabilidade à todos de igual maneira. No documento consta que,

> Em cumprimento ao Artigo 7º do Regulamento para o Reconhecimento do Patrimônio Cultural do MERCOSUL, os cinco Estados Membros se comprometem a impulsionar o bem como um instrumento de união, integração e desenvolvimento regional através de, entre outras ações, a alocação de recursos para sua preservação e valorização (MERCOSUL, 2015, p. 27).

Embora o MERCOSUL tenha um foco bastante acentuado à sua política integracionista, incentivando a cooperação, ações em conjunto e o desenvolvimento regional, a soberania dos Estados sempre é respeitada. No próprio dossiê do Sistema Missioneiro consta que a gestão será compartilhada, mas sua implementação deve estar "em concordância

[39] IPHAN – Bens Tombados. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126. Acesso em: Agosto/2020.

com os Planos Locais de Ordenamento Territorial" (MERCOSUL, 2015, p.27), isto é, deve obedecer às particularidades de cada país.

Ainda de acordo com o dossiê, foram estipuladas seis diretrizes de gestão, das quais duas delas correspondem, mesmo que indiretamente, ao Projeto de Cooperação Técnica Internacional "Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos no MERCOSUL: fortalecimento institucional para sua definição e desenvolvimento". Uma propõe a construção de um Itinerário Regional com o intuito de propiciar a circulação no território do patrimônio missioneiro; a segunda aborda acerca da obtenção e distribuição de recursos em prol da proteção do bem (MERCOSUL, 2015). Tais diretrizes podem ser identificadas na proposta do projeto, que foi elaborado com o interesse de identificar, valorizar e proteger o itinerário cultural missioneiro (IPHAN, 2015).

Este itinerário pode ser compreendido sob a perspectiva de território cultural, inclusive sob o entendimento de território cultural apresentado por Costa (2007). Nesse sentido, o território está além de uma delimitação político-jurídica, é uma questão de identidade e de pertença, são valores históricos e culturais construídos e aprimorados ao longo dos anos e que fez da Região Missioneira algo único no mundo.

### 3.2.2 *Tava*: Lugar de referência para o povo Guarani

Os discursos fizeram parte da construção das identidades nacionais; sendo assim, é um tipo de poder capaz de controlar a natureza histórica de um determinado território. Quem detém o poder dos discursos consegue traduzir a história conforme seus interesses. A Região das Missões, por exemplo, não foi diferente. Enquanto as narrativas brasileiras eram controladas por uma elite branca conservadora, a história missioneira era apresentada sob o viés do jesuíta herói civilizador (PONTES, 2013). Os indígenas, por esse lado, eram apresentados como grupos frágeis incapazes de se proteger do avanço dos colonos, além de carecerem da evangelização dos padres (BAPTISTA, 2010).

No entanto, até mesmo os discursos passam por rupturas e transformações. A década de 1980 se destacou pelo surgimento de novos movimentos sociais que vieram para conflitar e conquistar seus espaços na sociedade (TAGARRO, 2018). Assim, muitas narrativas foram revistas e modificadas, conforme os grupos sociais iam conquistando maior visibilidade. No campo do patrimônio houve também adequações, e com o afloramento desses movimentos,

ações voltadas para as referências culturais começaram a surgir. O final dos anos 90 ficou marcado pelo debate acerca de políticas do Patrimônio Imaterial, o qual foi criado o Grupo de Trabalho de Patrimônio Imaterial[40]. A partir dessas discussões, foi elaborado e implementado o Decreto nº 3551/2000 que "institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências"[41].

Mediante o Decreto, bens imateriais brasileiros com valores imensuráveis para os grupos em que pertencem, foram inscritos nos seus devidos Livros de Registro. Ao todo, são quatro livros: Livro dos Saberes, Livro das Celebrações, Livro das Formas de Expressão e Livro dos Lugares[42]. A ***Tava*: Lugar de Referência para o Povo Guarani** (Mapa 7) foi inscrita no Livro de Lugares, em 2014[43], evidenciando não apenas o seu valor para os guarani, mas, sobretudo, o reconhecimento do protagonismo desse povo em meio à história missioneira. O processo de candidatura e reconhecimento da *Tava* como Patrimônio Imaterial Brasileiro é resultado de um trabalho realizado junto aos Mbyá Guarani, o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC (IPHAN, 2014).

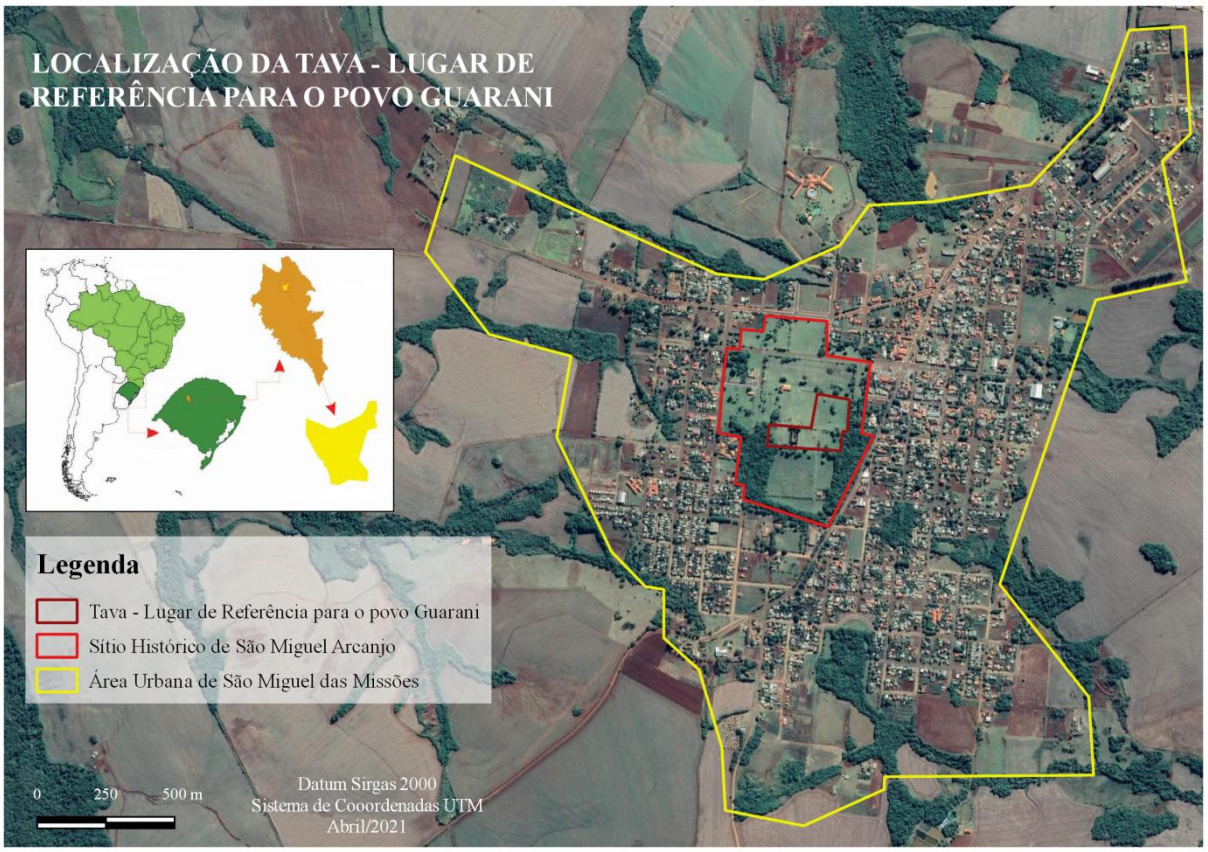
O INRC sobre os Mbyá Guarani foi realizado de modo a apresentar a história e a cultura guarani sob seu ponto de vista, evidenciando suas narrativas e explorando sua relação com o Patrimônio das Missões (IPHAN, 2014). O processo de realização do INRC também ajudou a compreender a forma com que os guarani se relacionam com o território (IPHAN, 2014); em verdade, possibilitou entender o território missioneiro sob outra perspectiva, como o território tradicional guarani. Dentro desse território existe a *Tava*, um lugar sagrado com suas próprias características.

> A *Tava*, como um lugar simbólico, torna-se também um lugar referencial para o estabelecimento das aldeias, pois para os *guarani*, ela corresponde a um lugar sagrado, uma representação de uma "casa de pedra", marcada pela presença dos imortais *Guarani*, que eles chamam de primeiros *Mbyá*, que alcançaram a "Terra sem Mal". Assim, sempre que uma *Tava* é identificada é necessário que se construa

[40] IPHAN - Instrumentos de Salvaguarda. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/418. Acesso em: Agosto/2020.
[41] BRASIL - Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 3551, de 04 de Agosto de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: Agosto/2020.
[42] Ibdem.
[43] IPHAN - Tava: Lugar de Referência para o Povo Guarani. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507/. Acesso em: Agosto/2020.

> uma *opy* (casa de oração) próximo para se erguer uma nova aldeia e dar continuidade ao modo de vida *Guarani* (TAGARRO, 2019, p. 304, grifo original).

**Mapa 7** – Localização da *Tava*, reconhecida como Patrimônio Imaterial Brasileiro e do MERCOSUL




Organização: Helena Tagarro, Abril/2021

A visão da *Tava* é permitida apenas aos *Karaí*, espécie de líder espiritual dos Mbyá, e "geralmente são associadas à elementos da natureza, como formação rochosa e relevo" (TAGARRO, 2019, p. 304). A *Tava* identificada e reconhecida como Patrimônio Cultural está localizada no Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo, e se destoa das demais *tava* por sua particularidade de ser visível aos olhos de todos, sejam Mbyá ou Juruá (não-indígenas) (TAGARRO, 2019). A permissão de ela ser vista veio de *Nhanderu* - divindade guarani - com o propósito de possibilitar a crença nas narrativas sagradas e estimular uma vida mais consciente e respeitosa entre os povos e entre à natureza (IPHAN, 2014).

Com o registro da *Tava*: Lugar de Referência para o povo Guarani como Patrimônio Imaterial Brasileiro, pensou-se em ampliar o debate acerca da história e cultura indígena no MERCOSUL, principalmente dos guarani. A proposta foi de desenvolver um intercâmbio de saberes indígenas em toda América do Sul, a começar pelo território das Missões. Assim,

considerando a importância de incluir o povo guarani nos debates sobre o patrimônio missioneiro, foi pensado na oportunidade de reconhecer a *Tava* como Patrimônio Cultural do MERCOSUL. Para alcançar o objetivo, no primeiro semestre de 2018 foi realizada no Paraguai a XVI Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural, o qual foi postulada a candidatura da *Tava*[44]. O reconhecimento veio já no segundo semestre do mesmo ano, durante a XVII Reunião da CPC no Uruguai, tornando a *Tava*: Lugar de Referência para o povo Guarani como Patrimônio Cultural do MERCOSUL[45].

A *Tava*, enquanto Patrimônio Cultural, seja no âmbito brasileiro ou no âmbito do MERCOSUL, busca evidenciar a importância das fronteiras. No entanto, as fronteiras, assim como o território, são entendidas sob outro ponto de vista. Vale dizer que, a proposta de seu registro como Patrimônio Imaterial Brasileiro teve como base a existência do território tradicional guarani que está situado em parte da Argentina, do Brasil e do Paraguai (IPHAN, 2014). Nota-se, portanto, que esse território ultrapassa as delimitações nacionais. E ter reconhecido a *Tava* como Patrimônio Cultural do MERCOSUL ajudou a estimular novos debates sobre as fronteiras nacionais sul-americanas, isto pois, a *Tava* é também entendida como uma representação desse mesmo território tradicional (TAGARRO, 2019).

E é a existência desse território, chamado pelos guarani de *Y'vy Rupá*, que permite enxergar a *Tava* como um "elemento de integração do MERCOSUL Cultural" (TAGARRO, 2019, p. 307). O *Y'vy Rupá* é um bom exemplo da perspectiva idealista de território apresentado por Costa (2007); ele mesmo utiliza a sociedade indígena para explanar a relação entre símbolos e mitos com os territórios. Para Costa (2007), os grupos indígenas se apropriam de um determinado espaço com o intuito de usufruir os recursos oferecidos por aquele local, tornando-o seu território. Porém, o autor continua mostrando que não é apenas por questões materiais que a sociedade indígena ocupa o espaço. Há "os referentes espaciais" que se tornam "elementos indissociáveis, na criação e recriação de mitos e símbolos, podendo mesmo ser responsáveis pela própria definição do grupo enquanto tal" (COSTA, 2007, p. 69). Assim é a relação entre os Mbyá Guarani com o *Y'vy Rupá*, eles coexistem, o grupo constrói o território e o território define o grupo.

---

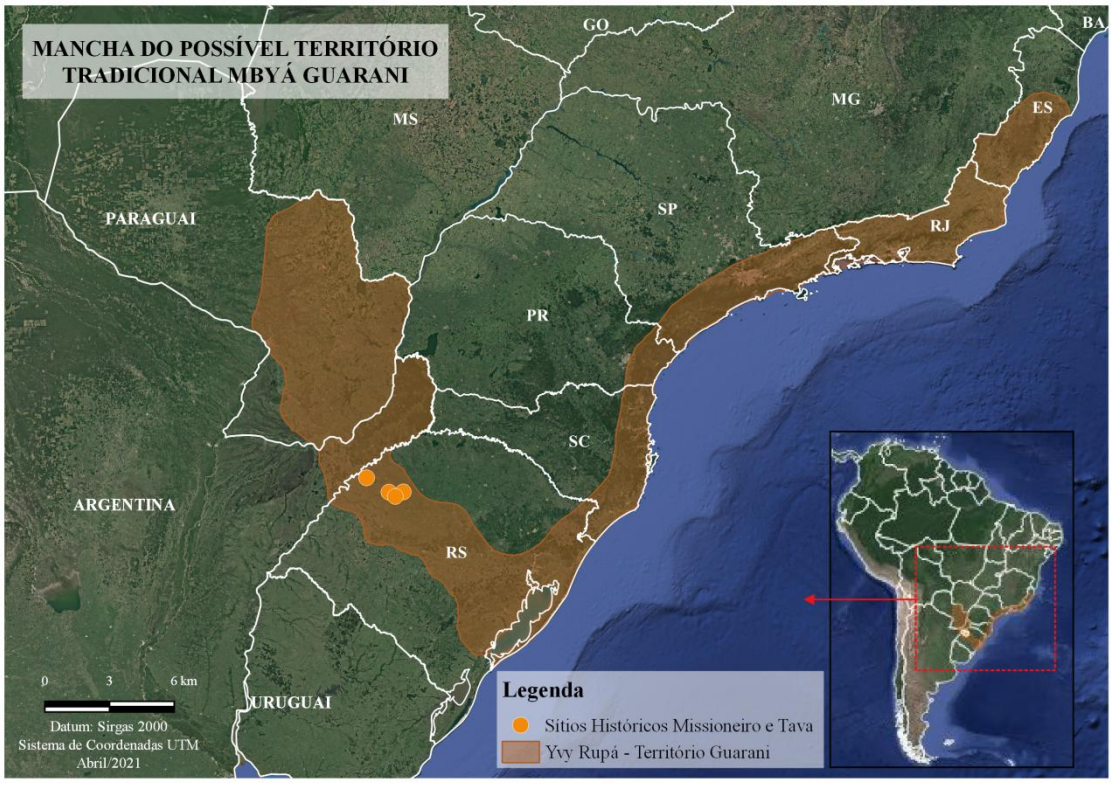
[44] MERCOSUL. MERCOSUL Cultural. Ata da XVI Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural realizada nos dias 05 e 06 de abril de 2018, p. 1-9.

[45] MERCOSUL. MERCOSUL Cultural. Ata da XVII Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural realizada nos dias 30 e 31 de outubro de 2018, p. 1-13.

A cosmologia Mbyá Guarani aponta para existência de um território tradicional que outrora fora habitado e transitado por seus ancestrais (IPHAN, 2014), mas que posteriormente sofreu com a ocupação luso-hispânica, que ignorou a relação daquele povo com a terra (PONTES, 2012). Segundo a cosmologia Mbyá, o grupo não deve permanecer fixo, parado no mesmo local; eles precisam estar em movimento, caminhando em busca da "Terra sem Mal", local em que vivem "seus ancestrais que atingiram a imortalidade" (TAGARRO, 2019). Assim, mostra uma nova proposta de entendimento de território, pois este não é do tipo comum, em que se identifica um determinado espaço, ocupa (seja por razões materiais, políticas ou simbólicas) e o delimita conforme suas necessidades ou aspirações.

Trata-se de um território fluido (Mapa 8), subjetivo, que existe a partir dos itinerários percorridos pelos Mbyá ao longo de sua existência e, portanto, não é ocupado completamente por eles (TAGARRO, 2019). Atualmente, esse território foi sobreposto por novos, como resultado das ocupações europeias e da organização do espaço feito pelos europeus. Não há uma delimitação que defina seu tamanho e localização, por isso é considerado um território tradicional, pois tradicionalmente ele ainda existe na cosmologia Mbyá e nele há marcas deixadas por seus ancestrais durante seus percursos (IPHAN, 2014 e TAGARRO, 2019).

**Mapa 8 –** Território Tradicional Guarani




Organização: Helena Tagarro, Abril/2021

Essas marcas podem ser identificadas de diversas maneiras, inclusive como *tava*, lugares sagrados para seu povo. E durante a realização do INRC dos Mbyá Guarani, eles apresentaram aos pesquisadores os princípios fundamentais acerca de seu povo; um desses princípios é o da "territorialidade livre" (IPHAN, 2014). Esse princípio consiste em ter a liberdade de percorrer seu território tradicional espontaneamente e quando lhes for necessário, de modo que pudessem visitar seus parentes sempre que quisessem e erguer novas aldeias quando identificadas novas *tava* (TAGARRO, 2019).

Tendo em vista que o *Y'vy Rupá* está localizado entre o Paraguai, Argentina e Brasil e, tendo em vista o princípio da territorialidade livre, a *Tava* de São Miguel Arcanjo se torna em um elemento fundamental na discussão sobre a liberdade dos guarani de percorrer os três países (TAGARRO, 2019). Principalmente, a partir de seu reconhecimento como Patrimônio Cultural do MERCOSUL, uma vez que vai além de uma questão de integração política entre os países. A *Tava*, como patrimônio cultural, torna-se a representação "da integração cultural entre diferentes povos e culturas" (TAGARRO, 2019).

Importante dizer que, o reconhecimento como Patrimônio Cultural do MERCOSUL não garante ao povo guarani o direito de transitar entre os Estados, ignorando suas fronteiras políticas. Porém, pode ajudar a sensibilizar os países envolvidos a pensar em uma política pública própria para esse caso (TAGARRO, 2019). Ademais, não é apenas para os guarani que a *Tava*, enquanto Patrimônio Cultural, é importante. A *Tava* de São Miguel Arcanjo se refere, justamente, aos remanescentes da antiga Igreja, ou seja, é parte componente de um patrimônio já reconhecido e valorado pelo Estado brasileiro, pelo MERCOSUL e pela UNESCO. No entanto, o significado, o valor atribuído ao bem se difere entre os grupos; se, por um lado, foi atribuído o valor estético e histórico ao Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo, por outro, a cosmologia guarani apresentou um novo olhar sobre o lugar.

Os valores atribuídos e as diferentes visões de cada grupo se sobrepõem sobre o mesmo bem, e assim ocorre também com o território, onde cada perspectiva é sobreposta. O território, mesmo sob a ótica geográfica, que segundo Costa (2007) tem uma dificuldade de se desligar de sua materialidade, não é mais percebido como homogêneo. A lógica cartesiana é rompida para dar lugar aos territórios fluidos, à territorialidade. Costa (2007) apresenta dois geógrafos que buscam entender o território sob a perspectiva ideal-simbólica, são Bonnemaison e Cambrèzy. Para eles (*apud* Costa, 2007), há elementos no território em que a

lógica cartesiana não é capaz de representar, pois fazem parte da identidade cultural dos grupos.

Para estes autores há um enfrentamento, hoje, entre a lógica funcional estatal moderna e a lógica identitária pós-moderna, contraditórias, reveladoras de dois sistemas de valores e de duas éticas distintas frente ao território. Embora não seja uma simples questão de mudança de escala, também há uma revalorização da dimensão local. O território reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico. A abordagem utilitarista do território não dá conta dos principais conflitos do mundo contemporâneo (COSTA, 2007, p. 71).

Assim, a questão territorial dos guarani acaba se chocando com a política territorial de Estado, onde o valor simbólico tradicional é sobreposto pela razões estatais de controle. Porém, o território vai além da dicotomia simbólico x material; na verdade, o mundo contemporâneo abre espaço para as territorialidades. Segundo Costa (2007, p. 73 e 74), "territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural", mas sem descartar as demais características territoriais. Ou seja, une ao mesmo território as dimensões simbólica e material, formando uma integração entre eles. Deste modo, a *Tava* se torna a ideia central dessa integração, em que a cosmologia guarani se junta à história missioneira e à organização política, criando uma territorialidade própria. O reconhecimento da *Tava* como Patrimônio Cultural do MERCOSUL ajuda a legitimar essa territorialidade, bem como proporcionar a integração que o bloco tanto busca. Mas, a integração que esse reconhecimento promove vai além da questão política, é uma integração que alcança os níveis simbólico-culturais do território sul-americano.

## 3.3 PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DAS MISSÕES JESUÍTICAS GUARANI E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A criação do Parque Histórica Nacional das Missões Jesuíticas Guarani (PHNM) levou em consideração a importância histórica e cultural da região missioneira, bem como a complexidade envolvendo os diferentes níveis de gestão. O patrimônio missioneiro, embora seja um, foi identificado, valorado e reconhecido por diferentes escalas territoriais e instituições que atuam em prol do patrimônio cultural (Brasil; MERCOSUL; UNESCO). É necessário, portanto, que se articule uma gestão própria para atender essas particularidades,

principalmente, que seja uma gestão compartilhada em que se considere todos os atores envolvidos.

Ademais, a Região das Missões possui um patrimônio natural que também merece ser preservado, com matas, rios e áreas de cultivo excelentes para produções agrícolas. Cabe lembrar que as produções agrícolas e pecuárias fazem parte da história missioneira, sendo os guarani responsáveis por essas produções (BATISTA, 2010 e STELLO, 2013). Considerando os elementos naturais, a contextualização histórica e o patrimônio cultural existente na região, nota-se o grande potencial turístico que ela possui. Para tanto, pensou-se em organizar um grande território em rede, de modo a preservar a cultura, identidade e natureza, e a partir deles, fomentar o turismo, tornando a região atrativa aos visitantes.

Em 1996, a primeira proposta de criação do parque foi apresentada pelo engenheiro florestal Luis Claudio da Silva, em que destacou o potencial turístico da região, enfatizando em sua proposta os aspectos naturais existentes. Mediante a relação natureza x sociedade, Silva (1996) passou a trabalhar com o conceito de Reserva da Biosfera, que segundo ele, "privilegia o uso sustentável dos recursos naturais nas áreas protegidas, buscando otimizar a convivência homem-natureza" (SILVA, 1996, p.6). Porém, para o que se encontra na Região Missioneira, o conceito de Reserva da Biosfera se tornaria insuficiente.

Embora o equilíbrio natureza x sociedade seja uma busca constante, a proteção do patrimônio cultural não faz parte do conceito; a relação está mais voltada para a participação humana na preservação dos recursos naturais. Por outro lado, Silva (1996) não desconsiderou a importância do patrimônio, optando por seguir os princípios de "Reservas em Constelação que é utilizada pela Fundação CEPA" (SILVA, 1996, p. 7), o qual busca conciliar a proteção do patrimônio cultural, bem como os recursos naturais, junto à ações conjuntas entre as diferentes esferas de governo e as comunidades locais (CEPA, 1995 *apud* SILVA, 1996).

> Deste modo, teremos um Parque em Constelação que passaremos a denominar **Parque das Missões.** Este parque se apresenta como uma rede, com múltiplos núcleos de proteção do patrimônio cultural e natural, que se complementam constituindo-se num importante instrumento para a compreensão do homem missioneiro e seu espaço (SILVA, 1996, p. 8, grifo original).

*A priori*, o Parque das Missões foi idealizado com o intuito de estabelecer uma conexão entre a história, cultura e biodiversidade da região e, assim, contribuir com o desenvolvimento turístico local, conforme apontou Silva (1996). Embora a ideia do parque

tenha surgido em meados dos anos de 1990, somente em 2009 ele foi realmente criado, mediante a proposta do próprio IPHAN de ter o parque como "estratégia operacional vinculada à gestão do território missioneiro" (IPHAN, 2014, p.7). O objetivo do parque passou a ser proteger as áreas com elementos culturais, sejam materiais, imateriais ou naturais, que apresentam algum tipo de valor em prol da preservação da identidade missioneira (IPHAN, 2014).

Segundo Henriques (2016), os parques históricos e culturais são uma unidade territorial que apresenta manifestações culturais de caráter material e/ou imaterial, expressões de paisagem cultural e de memórias culturais, com potencial científico, educacional, econômico e turístico. Por possuírem todos esses elementos citados, os parques se tornam referenciais para preservação, conservação, salvaguarda e gestão de patrimônios (HENRIQUES, 2016).

Além disso, desde o início dos anos 1990 vinha sendo debatido na UNESCO, no âmbito do patrimônio, uma nova categoria de reconhecimento e proteção de áreas com valores históricos, culturais e naturais. Trata-se da paisagem cultural, que busca valorizar todas as inter-relações coexistentes, isto é, "as relações entre o homem e o meio ambiente, entre o natural e o cultural" (RIBEIRO, 2007, p.41). No Brasil, por outro lado, a paisagem já fazia parte do reconhecimento do patrimônio cultural desde a implementação do Decreto-Lei nº 25 de 1937, que criou o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (RIBEIRO, 2007). Contudo, o conceito de paisagem atribuído no contexto da criação do Livro do Tombo é diferente do que se tem na atualidade. Segundo Ribeiro (2007), quando Mário de Andrade propôs a criação dos Livros do Tombo através do seu Anteprojeto que culminou na elaboração do Decreto-Lei nº 25, ele tinha uma visão de paisagem fruto de ações coletivas que resultam em um visual que marca a cultura popular. Ribeiro (2007) explicou que,

> Mário associava a paisagem à etnografia e, quando dizia etnografia, pensava também nas manifestações populares, na arte popular. Era em função disso que entendia a paisagem também como um constructo da arte popular, a partir de uma concepção ampla da paisagem (RIBEIRO, 2007, p. 71).

Isso significa que o reconhecimento de um determinado bem como paisagístico, a ser inscrito do Livro de Tombo a ele referente, está condicionado à existência de marcas da construção popular que gerou seu visual, ou melhor, sua paisagem. Esse entendimento

precisou ser reformulado, considerando tanto o fato de que estava mais próximo ao conceito de etnografia, conforme salientou Ribeiro (2007), quanto por ser insuficiente para atender ao que de fato é a paisagem. Deste modo, em 2007 foi realizado na cidade de Bagé/RS a Jornada "Paisagens Culturais: novos conceitos, novos desafios", evento pioneiro no debate sobre o tema e que desencadeou a produção da Carta de Bagé ou, também conhecida, Carta da Paisagem Cultural (IPHAN, 2007). A partir da Carta e dos debates dela transcorridos, foi elaborada a Chancela da Paisagem Cultural pelo IPHAN em 2009, tornando-se um "novo instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro" (IPHAN, 2009, p. 13). A Chancela atribuiu um novo conceito à Paisagem Cultural, descrevendo como "uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores" (IPHAN, 2007, p. 13).

Seja restrito apenas às relações da cultura popular, ou abrangendo maiores proporções como a ciência, o conceito da paisagem cultural é permeado entre os aspectos de percepção do espaço, construção social e marcas históricas produzidas tanto por ações naturais quanto por ações humanas. Tais marcas, ao serem identificadas, ajudam a compreender a construção histórica-social de determinado espaço. A paisagem cultural, por consequência, intensifica o valor dessas marcas, agregando outros valores que são atribuídos pelos detentores da paisagem (HENRIQUES, 2016).

A Região das Missões contém essas marcas que possibilitam a identificação da paisagem cultural. E, considerando tanto a possibilidade da paisagem cultural, quanto a criação do Parque Histórico Nacional das Missões que viabiliza um sistema de preservação e gestão, pensou-se na necessidade de elaborar projetos de cooperação internacional que pudessem contribuir com tais demandas.

### 3.3.1 Projeto de Cooperação Técnica Internacional – Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas Guarani

Os projetos de cooperação técnica internacional podem ser entendidos como instrumentos utilizados para promover o intercâmbio de técnicas, conhecimentos e informações entre diferentes países, com o propósito de intensificar suas relações institucionais. Para a diplomacia brasileira, a cooperação internacional serve para auxiliar no "desenvolvimento socioeconômico do país", conforme explica a Associação Brasileira de

Cooperação (2005, *apud* Rosa, 2014), e isso incide não somente nas relações econômicas; a cooperação pode, e deve acontecer em vários segmentos de articulações políticas. Assim, os projetos são elaborados para atender as demandas de pesquisas e produções em diferentes áreas, como educação e cultura, sempre com o interesse voltado para o desenvolvimento dessas mesmas áreas (ROSA, 2014).

No que diz respeito ao Patrimônio Cultural, os projetos de cooperação técnica internacional são comumente utilizados nos processos de desenvolvimento, valorização e preservação do bem cultural em questão (ROSA, 2014). O turismo cultural também é um fator preponderante para a construção e realização de um projeto, uma vez que consegue articular o desenvolvimento econômico através de ações de valorização do patrimônio (IPHAN, 2014). O Brasil possui uma vasta experiência na área de cooperação técnica, inclusive no âmbito do patrimônio cultural.

Somente na Região das Missões foram executados cerca de três projetos (IPHAN, 2014). O primeiro foi na década de 1980 e teve como objetivo o restauro e consolidação dos remanescentes das reduções jesuíticas e dos achados arqueológicos, e sua cooperação com a UNESCO (IPHAN, 2014). O segundo projeto foi um Acordo de Cooperação Científico, Tecnológico, Formativo e Cultural entre o IPHAN e o Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico – IAPH. O objetivo deste projeto foi o estudo acerca da paisagem cultural do território missioneiro, que envolve os quatro sítios históricos acautelados pelo IPHAN (IPHAN, 2014). Esta cooperação com o IAPH possibilitou a elaboração de um novo projeto chamado de Projeto de Cooperação Técnica Internacional – Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas Guarani. Ele foi assinado e entrou em operação a partir de junho de 2014 (IPHAN, 2014).

O projeto “Valorização da Paisagem Cultural” possui caráter tripartite, elaborado em consonância com três agências responsáveis, sendo uma Agência Executora, uma Agência de Cooperação Internacional e uma Agência de Acompanhamento (IPHAN, 2014). O IPHAN representa a Agência Executora, pois segundo o parecer jurídico da instituição, cabe ao órgão esta função, visto que os recursos financeiros do projeto têm origem nele. Já a Agência de Cooperação Internacional é representada pela UNESCO, e a de Acompanhamento pela Agência Brasileira de Cooperação - ABC (IPHAN, 2014).

Até o ano de 2016, possuía uma gestão descentralizada, mantendo-se sob a responsabilidade do IPHAN/RS, que por decisão interna da superintendência optou por transferir a Coordenação do Projeto para a Sede do IPHAN em Brasília/DF, onde se encontra sob os auspícios da atual Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (COGECINT). A descentralização da gestão pode ser entendida como uma proposta inovadora que o IPHAN assumiu em oportunizar as suas pontas para uma atuação mais direta com os projetos; para isso, usou o Projeto como piloto, atribuindo a sua responsabilidade à Superintendência do Rio Grande do Sul com auxílio do Escritório Técnico das Missões. Desta forma, percebe-se que essa gestão conseguiu atingir até última escala da estrutura da instituição, que inclui os Escritórios Técnicos. Contudo, houveram dificuldades na execução, e em 2016, o IPHAN/RS passou a Coordenação do Projeto para a antiga Assessoria de Relações Internacionais, que à época era vinculada à Presidência, e que atualmente passou a ser Coordenação-Geral de Cooperação e Fomento, vinculada ao Departamento de Cooperação e Fomento (IPHAN, 2014).

O projeto foi elaborado com o intuito de reconhecer e valorar a paisagem cultural do território missioneiro mediante o novo instrumento de proteção: a Chancela da Paisagem Cultural, com isso, o interesse é de tornar a paisagem missioneira um novo bem acautelado. Para tanto, o projeto visa a elaboração do Guia da Paisagem Cultural, uma metodologia de gestão desenvolvido pelo IAPH, contendo modelos de preservação e salvaguarda da paisagem cultural e que servirá de referência para o planejamento de futuras gestões. Vale lembrar que o IAPH trabalhou junto ao IPHAN com outro projeto de cooperação, anteriormente menciodao, que se trata de um inventário de potencial turístico da Região das Missões, que contou com estudos do território, principalmente sobre os sítios arqueológicos, em parceria com a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI (IPHAN, 2014).

O objetivo do projeto é de reconhecer e entender a paisagem cultural do território missioneiro, contribuindo na efetivação e delimitação do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas Guarani (PHNM), como também elaborar um plano de gestão territorial. Para tanto, a intenção é de se produzir um Guia da Paisagem Cultural, Além disso, a intenção do projeto também é de contribuir com a delimitação efetiva do PHNM que, no ato de sua criação, apenas determinou que ele seria constituído pelos quatro sítios históricos tombados, mas não ficou determinado quais seriam seus reais limites, ou seja, onde ele começa e onde

termina (IPHAN, 2014). Até a finalização deste estudo, o projeto permanecia ativo, mantendo suas atividades voltadas para a conclusão de seus objetivos. No entanto, há alguns fatores externos que tem mantido o projeto em execução, como a intenção de reconhecer a Paisagem Cultural das Missões por meio da Chancela da Paisagem Cultural, pois o próprio instrumento de proteção está passando por uma revisão. O IPHAN tem trabalhado na elaboração de uma nova portaria que seja capaz de propiciar o reconhecimento e a preservação das paisagens culturais brasileiras.

É perceptível que o governo brasileiro, por meio do IPHAN, vem demonstrando cada vez mais interesse na Região das Missões, buscando meios de evidenciar, ou melhor dizendo, legitimar os valores históricos e culturais que lá existem. Assim, o reconhecimento da Paisagem Cultural Missioneira se torna relevante, ou talvez fundamental, para consolidar essa rede invisível estabelecida através dos diversos níveis de proteção atribuídos na região. Ao observar a Região das Missões sob a ótica de rede, sendo cada ponto um nível de reconhecimento (material/imaterial; nacional/internacional), é possível detectar uma interseção territorial, onde se encontra o cerne de toda essa influência: o Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo (Anexo 01). Torna-se, portanto, um patrimônio com diferentes narrativas que ajudam a legitimar as diferentes escalas de reconhecimento e proteção, formando, por conseguinte, um único território fragmentado e diversificado, mas ainda assim, único.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve o intuito de explorar as relações existentes entre a geopolítica e o patrimônio cultural, sobretudo no que diz respeito à identificação, valoração e proteção dos bens localizados em áreas de fronteiras. A geopolítica, apesar de ser um tema pouco abordado no campo do patrimônio, está presente em todos os processos de patrimonialização, pois o ato de reconhecer determinados bens é um ato de manifestação de poder, ou melhor, das relações de poder. Para Fonseca (2005) e Gonçalves (2015), o reconhecimento do patrimônio cultural passa pela escolha do que é importante ser preservado e protegido, e essa escolha nada mais é que o valor atribuído ao bem. Por que é importante preservá-lo? Por que esse bem tem mais valor que o outro? Tais questões são respondidas com base nas análises dos discursos, que se modificam à medida que as relações de poder também de alteram.

É comum compreender que o patrimônio cultural busca a integração daquele sentimento de nacionalismo proveniente da Revolução Francesa. E, ainda que Gonçalves (2015) tenha afirmado que não é o patrimônio que ajuda a construir a identidade nacional, como ocorreu na França, mas que é a identidade nacional que ajuda a definir o patrimônio, isso deixa de ter sentido quando o ponto chave do patrimônio deixa de ser o sentimento de nacionalismo e se torna o de pertencimento. Pertencer a algo, ou algo nos pertencer, atrai o sentimento de orgulho. Parece incoerente separar o nacionalismo do pertencimento, mas quando observamos os processos de reconhecimento do patrimônio no âmbito internacional, não é tanto a questão do nacionalismo que importa, mas a quem esse patrimônio pertence. Um patrimônio reconhecido internacionalmente atrai o sentimento de pertencimento; o patrimônio é **da** humanidade, pertence **à** humanidade, mas está localizado em determinado espaço do globo, então, antes de qualquer coisa, ele pertenceu a esse povo.

A transição entre o sentimento nacional para o de pertencimento foi um processo longo e quase imperceptível. De fato, quando o debate sobre o patrimônio se intensificou no Brasil, o país passava por um processo de integração territorial e a busca pela formação de uma identidade nacional, assunto discutido no primeiro capítulo deste trabalho. Assim, a geopolítica brasileira trabalhava com os discursos nacionalistas, discursos que se tornavam convenientes para os adeptos do campo do patrimônio. O Brasil, à época, tinha como estratégia geopolítica o fortalecimento da nacionalidade, tendo como foco a estruturação da política interna. Os reconhecimentos do patrimônio brasileiro se tornaram, portanto, meios de

legitimar os discursos dessa construção identitária brasileira, havendo uma seleção de bens que ajudavam a narrar a história escolhida e propagada pelo Estado brasileiro. São as relações de poder internas, legitimação de discursos em prol da representação de uma identidade criada.

E, quando se fala em nação e em legitimação de discursos, não tem como ignorar o papel do Estado que, por muito tempo, teve o poder centrado em suas mãos, sendo capaz de controlar todo o seu território. Além disso, para Raffestin (1993) e Bobbio (2007), o Estado se constitui por três elementos: povo, território e poder; a busca pela identidade nacional é a busca pela integração de um povo, a legitimação de discursos é a ação do poder e ambos estão presentes no mesmo território. Portanto, não seria esta uma definição primária do próprio Estado? Dizemos primária, pois a definição do Estado mudou, as relações de poder mudaram. O mundo globalizado contribuiu com a diluição de um poder que se encontrava centrado, mas que passou a ser compartilhado – ou conquistado, por diferentes atores, tais como as grandes corporações transnacionais e organizações mundiais.

Becker (2012) apresenta o Estado como algo mutável, não é possível defini-lo como algo que é, mas que está sendo; isto é, trata-se de uma constante transformação. Assim também ocorre com as relações de poder e dos discursos, que se alteram constantemente, se adaptando às novas realidades globais. Esta pesquisa apresentou essa transformação da estratégia do Estado brasileiro de fortalecer a política interna para a busca por um espaço privilegiado na política internacional. E o patrimônio cultural é uma dessas estratégias.

O Brasil começou a se inserir mais intensamente na política internacional após passar por um longo período de isolamento causado pela ditadura militar. Com o advento da democracia, buscou espaço em meio à economia mundial, abrindo-se para novos mercados. No entanto, o patrimônio cultural não ficou para trás. Somente na década de 1980, período transitório entre um regime autoritário para a democracia, o Brasil teve sete bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. É uma forma adotada pelo país de se mostrar forte perante o mundo, como um Estado soberano. Na verdade, não apenas o Brasil seguiu por esse caminho, tantos outros também utilizaram a política do patrimônio cultural para se apresentarem como Estados sólidos e soberanos. A inscrição na Lista do Patrimônio Mundial se tornou uma corrida, como destacou Peixoto (2002), e quanto mais bens inscritos o país

possuísse, mais discursos legitimados pela comunidade internacional ele teve. Notoriamente, o patrimônio cultural também aciona conflitos e disputas de poder.

O interessante é que a UNESCO, enquanto organismo da ONU, ocupa o papel de mediadora de conflitos e interesses dos Estados. O poder se manifesta em diferentes escalas, conforme foi abordado no primeiro capítulo; e as organizações mundiais detêm um tipo de poder que precisa ser acionado no contexto da globalização. A UNESCO possui o poder da mediação e os Estados ainda mantêm o poder da soberania, mas que por si só não bastam, pois as relações são fluídas, há uma rede de troca de informações, técnicas e valores que não ficam presas apenas aos Estados, mas que se articula com diversas corporações globais. Desta forma, a Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural da UNESCO, realizada em 1972, se tornou uma ferramenta de uso dos Estados de mostrarem que ainda são fortes e soberanos.

Considerando a soberania dos Estados e o reconhecimento do patrimônio cultural, é necessário trazer em perspectiva a questão das fronteiras, visto que, também elas, passaram por modificações no que concerne sua definição. Esta pesquisa trouxe o debate sobre o que são fronteiras e os espaços transfronteiriços, em que tentou mostrar áreas onde as fronteiras são capazes de unir, como espaços de integração e trocas; em contrapartida, também podem ser áreas de separação, onde o conflito territorial se faz presente.

Ao longo da construção desse trabalho, o mundo passou por uma das piores crises de saúde pública da modernidade, a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), uma variante de vírus gripal que causa a doença Covid-19[46]. Os primeiros casos foram identificados na China em dezembro de 2019, e em pouco tempo se espalhou pelo mundo, devido sua elevada capacidade de transmissão[47]. Essa nova realidade sanitária transformou, não apenas o cenário da saúde mundial, como também as relações políticas e econômicas, uma vez que a principal recomendação de proteção contra o coronavírus é o isolamento social. Ou seja, em vários países do globo, comércios e serviços foram fechados e a população recomendada a ficar de quarentena para evitar maior propagação do vírus.

---

[46] GRUBER, Arthur. **Covid-19: o que se sabe sobre a origem da doença.** Jornal da USP, São Paulo, 14 de abril de 2020. Disponível em: https://jornal.usp.br/artigos/covid2-o-que-se-sabe-sobre-a-origem-da-doenca/.
[47] Ibdem.

Essas medidas tiveram início em escalas nacionais, onde cada país estabelecia sua própria política interna de combate ao coronavírus. Porém, as ações tomadas não foram uniformes, havendo países que demoraram a agir no combate e outros que sequer tomaram decisões coerentes diante da situação, conforme pode ser notado no relatório "*Comparative Covid Response: Crisis, Knowledge, Politics*" (Jasanoff *et al*, 2021) elaborado por um grupo de pesquisadores de diversas universidades, como a Universidade de Havard (EUA) e a Universidade de São Paulo (Brasil). Dentre os países que tiveram suas posturas consideradas fracassadas, segundo o relatório (Jasanoff *et al*, 2021), está o próprio Brasil.

Nesse sentido, a geopolítica mundial também sofreu alterações. Um mundo globalizado em que conhecemos, com uma rede de trocas facilitadas, se viu estagnado, cujo foco se tornou conter o avanço da doença. Contudo, geopoliticamente falando, apesar da crise ser global, os Estados permanecem soberanos, o que significa dizer que eles possuem autonomia de agir conforme seus anseios. Portanto, se há países que ainda ignoram as recomendações de isolamento social, outros decidem por fechar suas fronteiras. A Argentina, considerando o aumento de casos no Brasil, foi um dos países que optou em restringir a entrada de estrangeiros em seu território[48], sobretudo brasileiros. Esse novo cenário de fechamento de fronteiras em áreas onde as relações fronteiriças são integrativas remete a um retrocesso à própria definição de fronteira, evidenciando-a como *front*, local de separação. A pandemia iniciada em 2020 ajudou a ressignificar as fronteiras, trazendo para atualidade a concepção de Westfália: demarcação da soberania e controle dos Estados perante seu território.

Apesar disso, o nosso objeto de estudo que está localizado numa região de fronteira entre Brasil e Argentina, ainda pode ser usado como um claro exemplo de área de integração, onde as relações são fluídas, havendo rede de trocas e conexões históricas, culturais e identitárias. Os reconhecimentos do patrimônio ali existente só vieram para fortalecer ainda mais essa integração da fronteira. E a geopolítica internacional é fundamental para entender esses processos, uma vez que as políticas adotadas por cada Estado acabam se refletindo nesses reconhecimentos.

---

[48] CARMO, Marcia. Covid-19: piora da pandemia no Brasil leva países vizinhos a reforçarem medidas nas fronteiras. BBC News Brasil, Buenos Aires/Argentina, 13 de março de 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56360055.

No entanto, o terceiro capítulo apresenta o processo de candidatura do Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo a Patrimônio Mundial, o primeiro a ser reconhecido internacionalmente e que embora esteja situado numa região com tantos outros sítios que compartilham da mesma história e cultura, foi indicado de forma individual pelo Brasil. Essa informação atrai um paradoxo, pois como um país lança individualmente uma candidatura de um bem inserido numa região de fronteira conhecida por sua integração?

Ainda no terceiro capítulo é possível entender a resposta dessa questão, que foi apresentada sob duas perspectivas, duas possibilidades: 1) a candidatura individual foi fruto dos processos de restauro, preservação e conservação que o sítio passou durante anos, até desencadear uma pesquisa mais aprofundada sobre a região, contando com o apoio do consultor da UNESCO, Roberto di Stefano que, inclusive, foi um dos responsáveis pela própria candidatura; 2) na década de 1980, o Brasil investiu alto no desenvolvimento regional e desejava ser uma referência política sul-americana. Construir uma candidatura sozinho de um bem, cujo valor é compartilhado com outros países, e apresentá-la diante de um comitê formado por muitos outros Estados, ajuda a consolidar ainda mais a soberania do país.

Ainda assim, a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial ocorreu de forma transfronteiriça, pois o Comitê do Patrimônio Mundial entendeu que se tratava de um patrimônio pertencente não apenas ao Brasil, mas também a Argentina, que demonstrou o interesse de candidatar seus sítios missioneiros de semelhante valor histórico. O Comitê sugeriu realizar a inscrição como patrimônio seriado e transfronteiriço, o que foi prontamente acatado por ambos os países, deixando evidente, portanto, o poder mediador e influenciador que a UNESCO possui sobre seus Estados membros.

Assim como a UNESCO, o MERCOSUL também atua como um organismo de mediação entre seus Estados-partes, o que inclui também o campo do patrimônio cultural. Contudo, a UNESCO não tem o interesse em promover a integração regional como ocorre no MERCOSUL. Para o bem ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial basta que o país proponente apresente o Valor Universal Excepcional que ele possui, ele precisa atender alguns critérios que indicam ter algum valor para a humanidade, o que soa um tanto audacioso, considerando que cada canto no globo possui sua própria história e identidade.

Já o MERCOSUL, por ser um bloco formado por países que possuem um contexto histórico, social e cultural muito semelhante, consegue trabalhar com a política

integracionista. As candidaturas apresentadas ao MERCOSUL Cultural precisam mostrar alguma ligação entre dois ou mais países, além do seu de origem. Os sítios históricos das antigas reduções jesuíticas, sem dúvida, são indícios claros dessa integração existente no Cone Sul-americano e desejado pelo MERCOSUL. Portanto, o bloco reconheceu esses sítios como Patrimônio Cultural do MERCOSUL, reconhecendo-o como seriado e transfronteiriço.

A proposta do MERCOSUL de desenvolver uma política integracionista voltada para o desenvolvimento dos seus Estados-partes, ou seja, para o desenvolvimento regional, vai além das questões econômicas, pois utiliza os contextos histórico-culturais para fortalecer essa integração; é a busca pelo pertencimento. E, então, os discursos se veem novamente alterados, para integrar uma região é preciso acolher o máximo de grupos sociais possíveis, principalmente os que já estavam aqui quando os europeus chegaram.

Falar sobre a Região Missioneira e enaltecer seu patrimônio cultural requer reconhecer também a importância dos povos indígenas que ajudaram a construir essa história e formar esse território tal como é hoje. Na verdade, território e fronteira são os pontos-chaves desta pesquisa, isso, pois há um território tradicional guarani que não segue a lógica comum do que se entende por território. Ele não é ocupado inteiramente pelos guarani, já que se trata de um povo que vive em constante transição (ou assim era há muitos anos atrás), sempre em busca de sua Terra sem Mal. Os guarani perderam seu território para a ocupação colonial, mas suas marcas foram deixadas ao longo dos anos e algumas podem até ser identificadas, como é o caso da *Tava* no Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo.

O povo Mbyá Guarani, por muito tempo, foi mantido à margem da sua própria história, sendo tratado como sujeitos necessitados de ajuda do branco herói civilizador. Porém, a conquista dos movimentos sociais aos espaços de fala contribuiu com a mudança de diversas narrativas, e os guarani passaram a ocupar seu lugar de destaque na história missioneira. O reconhecimento da *Tava* como Patrimônio Cultural do MERCOSUL, além de ser uma grande conquista para o povo Guarani, evidencia a importância do território tradicional para esse povo. E esse território existe na subjetividade e não obedece aos limites políticos dos Estados nacionais. E quando sobrepomos o patrimônio missioneiro em suas diferentes escalas de reconhecimento, temos como resultado parte do território tradicional guarani.

Essa sobreposição espacial ajuda a compor o espaço proposto para ser o Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas. Tal parque foi criado com o intuito de desenvolver uma gestão compartilhada capaz de articular diferentes atores responsáveis por cada instância de reconhecimento do patrimônio missioneiro. Além disso, o parque também tem como objetivo a busca pelo desenvolvimento territorial missioneiro, levando em consideração os aspectos naturais, culturais e históricos da região, atraindo para si o mais recente instrumento de preservação do patrimônio brasileiro: a Paisagem Cultural.

A Região Missioneira concentra três formas de reconhecimentos internacionais sobre o mesmo patrimônio: a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, o reconhecimento dos sítios históricos como Patrimônio Cultural do MERCOSUL e a recente nomeação da Tava também como Patrimônio Cultural do MERCOSUL, e ainda que este último seja de caráter imaterial, não deixa de pertencer ao mesmo patrimônio. E além desses reconhecimentos, tem a criação do PHNM que foi feito com o interesse de gerir todo esse patrimônio. Mas não acaba por aí. A Região Missioneira também contou com diversos projetos de cooperação internacional, sendo dois deles discutidos neste estudo. Ambos tiveram como proposta o estudo histórico-cultural da região, a busca pelo desenvolvimento turístico e a identificação da Paisagem Cultural.

É, sem dúvida, uma região rica em história, cultura, diversidade, natureza. Mas igualmente saturada de projetos e ações que mais têm a contribuir aos interesses políticos que à própria população que reside nela. Não pretendemos menosprezar a importância da execução dos projetos ou da criação do parque e muito menos os reconhecimentos em níveis internacionais. Mas é possível concluir que a região é utilizada como piloto para várias propostas. Esta pesquisa não conseguiu identificar se essa escolha de ter a Região Missioneira como piloto para novas ações é por razões políticas ou por simples coincidência; porém, conseguiu, por meio do seu debate, mostrar a importância e as articulações geopolíticas por trás de cada processo significativo que a região passou, como os reconhecimentos do patrimônio cultural, a execução dos projetos de cooperação e a criação do PHNM.

No âmbito da geopolítica, todos os processos foram importantes, pois acionaram diferentes discursos, fortaleceram as relações fronteiriças e, sobretudo, articularam as relações de poder – considerando toda forma de poder existente em um mundo globalizado, em que se incluem as grandes corporações, organizações mundiais e, é claro, os Estados. Porém, ainda

no âmbito da geopolítica, um único processo poderia ser o suficiente para acionar todos esses mecanismos: chamar atenção para região, potencializar o turismo e fortalecer o poder dos Estados envolvidos. No entanto, podemos entender com esse estudo que os processos costumam ser mais eficientes que as ações executadas por fim e que a região tende a continuar recebendo ainda mais propostas e projetos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ACHUGAR, Hugo**. A política cultural no acordo Mercosul.** Estudos Avançados, 8(20), 1994.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Tradução de Denise Bottman.

BACKHEUSER, Everardo. **Problemas do Brasil: Estrutura geopolítica**. O espaço. Rio de Janeiro: Omnia, 1933.

BAPTISTA, Jean. *O Temporal:* Estrutura, Dinâmica e funcionamento dos povoados reducionais, Dossiê Documental I (Consultoria Histórica). Museu das Missões/IPHAN, São Miguel das Missões, 2010.

BECKER, Bertha K. A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável. *In* CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 271-307.

**_____. A Geografia e o Resgate da Geopolítica.** Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, v.2, n.1, p.117-150, 2012.

BOBBIO, Noberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Reimpresso em 2007. Tradução de Marco Aurélio Nogueira.

BOTELHO, André Amud. [*et al*.] **Museu das Missões.** Brasília: IBRAM, 2015.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009.** Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Diário Oficial, Brasília, DF, 05 de maio de 2009. Seção 1, p. 17.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, jan. 1937. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-23-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-l-pl.html. Acesso em: Fevereiro de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei nº25, 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Portal da Legislação, Rio de Janeiro, nov. 1937. Disponível em: http://www,planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: Fevereiro de 2020.

_____.**Decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991.** Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República da Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (TRATADO MERCOSUL). Portal da Legislação, Brasília, nov. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0350.htm. Acesso em: Fevereiro de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Portal da Legislação, Brasília, ago. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: Fevereiro de 2020.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 1999.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado.** Revista Topoi, v. 4, n. 7, jul/dez 2003, pp. 313-333.

**_____. Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CICCOLELLA, Pablo Jose. Redefinicion de fronteras, territórios y mercados em el marco del capitalismo de bloques. In CASTELLO, Iára Regina (Org.) [et. al]. **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/ Fundação de Economia e Estatística, 1997, pp. 55-67.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** 3. ed. –Florianópolis: Ed. UFSC, 2007. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta.

COSTA, Lucio. **Visita aos 7 Povos das Missões**: relatório de campo. Rio de janeiro, 1937.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COSTA, Rogério Haesbaert da; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. **Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani – parte 1.** Arquitextos. nº 200, ano 17, jan. 2017. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.200/6398>. Acesso em: Outubro de 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo:** Trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FOUCHER, Michel. **Considerações geopolíticas sobre as fronteiras contemporâneas.** Revista GeoPantanal, UFMS/AGB, Corumbá/MS, n.15, p. 23-35, jul/dez 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa.** 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.28, n.55, p. 211-228, jan/jun 2015.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. **A proteção dos bens culturais em tempos de guerra e de paz: a participação brasileira na Conferência de Haia, no Pacto de Röerich e na Convenção de Haia.** Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018, p. 1-31.

HAGE, José Alexandre Altahyde. **Mario Travassos e a geopolítica brasileira: tensões com a Argentina e preocupações com o Imperialismo**. Revista de Geopolítica, v.4, n.1, p. 98-114, jan/jun 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**.10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HENRIQUES, C. A. M. Documento técnico contendo conteúdos levantados e sistematizados sobre experiências brasileiras e latino-americanas no campo do tratamento da paisagem cultural e de parques histórico-culturais que possam se constituir em subsídios para o Projeto de Cooperação Técnica Internacional 914BRZ4016 "Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas dos Guaranis". Consultoria Técnica. Brasília: UNESCO, 2015.

IPHAN. **Ruínas e Povo de São Miguel Arcanjo e Museu das Missões**. Livro do Tombo das Belas Artes – Volume 1. Inscrição nº 63. Processo nº 141-T-38. Rio de janeiro, 1938.

_____. Processo de Tombamento 141-T-38. Arquivo Central - Seção Rio de Janeiro, 1938.

_____. **Ruínas e Povo de São João; Ruínas e Povo de São Nicolau; Ruínas e Povo de Lourenço Mártir.** Livro do Tombo Histórico – Volume 1. Inscrição nº 423 a; nº 424 a; nº 426 a. Processo nº 813-T-69. Rio de Janeiro, 1970.

_____. **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**. Bagé, Rio Grande do Sul, 2007.

_____. **As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent.** [tradução de Rejane Maria Lobo Vieira]; organização e texto de Claudia Feierabend Baeta Leal. - Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

_____. **Anteprojeto Itinerários Culturais do MERCOSUL.** Salvador/BA, Brasil, 2009.

_____. **Projeto de Fortalecimento Institucional para o Desenvolvimento do Itinerário Cultural da Região das Missões na América Meridional**. Foz do Iguaçu/PR, Brasil, 2011.

_____. **Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos no MERCOSUL.** Projeto de Fortalecimento Institucional para sua Definição e Desenvolvimento. Brasília/DF, Brasil, 2012.

_____. **Projeto de Cooperação Técnica Internacional Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas Guarani.** Projeto de Cooperação Técnica entre o IPHAN e a UNESCO. Brasília, 2014.

_____. **Tava: Lugar de Referência para os Guarani.** Dossiê de Registro - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2014.

IPHAN. **Projeto Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos no MERCOSUL:** fortalecimento institucional para a sua definição e desenvolvimento. Brasília, 2015.

_____. **Ponte Internacional Barão de Mauá:** dossiê de candidatura: Patrimônio Cultural do MERCOSUL. Brasília/DF: IPHAN, 2015.

_____. **Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga, Parte Mais Alcantilada – Quilombo dos Palmares a Patrimônio Cultural do MERCOSUL**. São Carlos: Editora Cubo, 2017.

_____. **A exposição itinerante 7 Povos: retratos de um território**. Brasília, 2018.

IPHAN; UNESCO. **Gestão do Patrimônio Mundial Cultural: Manual de Referência.** - Brasília: UNESCO Brasil, IPHAN, 2016.

JASANOFF, Sheila; *Et al*. ***Comparative Covid Response: Crisis, Knowledge, Politics*: *Iterim Report.*** Havard Kennedy School and Cornell University. January, 2021. Disponível em: https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2021/02/Comparative-Covid-.pdf. Acesso em: Abril de 2021.

KROPOTKIN, Piotr. **O Estado e seu papel histórico**. São Paulo: Imaginário, 2000. Tradução de Alfredo Guerra.

LESSA, Mônica Leite. Mercosul Cultural: desafios e perspectivas de uma política cultural. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, p. 50-58, nov. 2010. Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5322/3923. Acesso em: Outubro de 2019.

MAEDER, Ernesto J. A. **Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaranies: Argentina, Paraguay y Brasil = Atlas territorial e urbano das missões jesuíticas dos guarani: Argentina, Paraguai e Brasil.** / Ernesto J. A. Maeder; Ramón Gutiérrez; [coord. de la ed., Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico; colabora, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil (IPHAN)]. – Sevilha: Consejería de Cultura, 2009.

MACHADO, Lia Osorio; RIBEIRO, Leticia Parente; MONTEIRO, Licio Caetano do Rego. Geopolítica Fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Brasil e a Bolívia. Cuadernos de Geografía, Revista Colombiana de Geografía. Bogotá/ Colômbia, v.23, nº2, jul./dez. 2014.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert.

MELO FILHO, Dirceu Cadena. **O patrimônio como recurso político: disputas por reconhecimento, fortalecimento e geopolítica entre UNESCO e Cabo Verde.** Tese de doutorado. UFRJ, 2017.

MELO FILHO, Dirceu Cadena. **Geopolítica Crítica do Patrimônio Mundial**: os discursos dos Estados na UNESCO. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 80-92.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. Secretaria do Mercosul. **Decisão nº 02, de 23 de dezembro de 1998. Regulamento Interno do Conselho do Mercado Comum.** Buenos Aires, dez. 1998. Disponível em: http://www.mercosur.int/innovaportal/v/2931/3/innova.front/decis%C3%B5es-1998. Acesso em: Outubro de 2019.

_____. **Decisão nº 55, de 06 de dezembro de 2012. Patrimônio Cultural do MERCOSUL.** Brasília, dez. 2012. Disponível em: http://www.mercosur.int/innovaportal/v/4393/2/innova.front/2012. Acesso em: Outubro de 2019.

MORAES, Antonio Carlos Robert Moraes**. Ratzel.** São Paulo: Ática, 1990.

MOREIRA, Paula Gomes. Trajetórias conceituais e novas formas de interação nas fronteiras brasileiras. *In* Bolivar Pêgo (Org.) [et al.] **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública.** Rio de Janeiro: IPEA, MI, 2018.

OLIVEIRA, Renata César de. **A geopolítica do Mercosul.** Revista Dia-Logos, Rio de Janeiro, v.1, p. 41-46, 1997.

PEIXOTO, Paulo. **A Corrida ao Status de Patrimônio Mundial e o Mercado Urbano de Lazer e Turismo.** Veredas – Revista Científica de Turismo. Coimbra/ Portugal, ano 1, nº1, jul. 2002.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **As bases geopolítica dos Sete Povos das Missões**. Revista de Geopolítica. Ponta Grossa/PR, v.1, n°2, p.57-71, jun./dez. 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993. Tradução de Maria Cecília França.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. **Estudo sobre a atuação do MERCOSUL Cultural nas ações de preservação do patrimônio documental bibliográfico.** Em Questão, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 217-243, jan/abr 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245241.217-243. Acesso em: Outubro de 2019.

ROSA, R.V.B. **Documento técnico contendo plano de realização da segunda reunião internacional, que deverá ser pautada pela coordenação técnica, a ser aplicada no desenvolvimento das atividades previstas no Projeto 914BRZ4016**. Consultoria Técnica. Brasília: UNESCO, 2014.

SABOYA, André Nassim. **O pensamento de Mario Travassos e a política externa brasileira**. Revista de Gepolítica, v.9, n.2, jul/dez 2018.

SANTOS, Christiano Ricardo dos.; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. **Turismo, Fronteira e Território: uma análise do território transfronteiriço missioneiro.** Anais do I Congresso

Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Porto Alegre: Editora Letra 1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 1105-1116.

SILVA, Luis Claudio da. **Parque das Missões – uma proposta para o desenvolvimento sustentável da região: cultura, natureza e turismo**. Faculdad Latinoamericana de Ciencias Ambiantales. São Miguel das Missões, 1996.

SOUZA, Willian Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia. **O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial.** Em Questão, Porto Alegre, v.17, n.2, p. 237-251, jul/dez 2011.

STELLO, Vladimir Fernando. **Além das Reduções: A Paisagem Cultural da Região Missioneira.** Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

TAGARRO, Helena Amanda Faller. **A formação histórica e geográfica do bairro Dom João Batista, Vila Velha/ES (1980-2012).** Trabalho de Conclusão de Curso UFES, 2018.

_____. **Tava Guarani: de lugar simbólico a Patrimônio Cultural do MERCOSUL**. Caderno de Geografia, v. 29, Número Especial 2, 2019.

TOENNIGES, Guilherme do Valle. **Viagem pelo mundo das pedras que falam**. Jornal O Momento, Caxias do Sul/RS, 19 de julho de 1947, nº 745, Ano 15.

UNESCO. **Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Paris, 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_para_protecao_patrimonio_mundial_cultural_natural_1972.pdf. Acesso em: Março de 2019.

_____. **Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Paris, 17 de outubro de 2003. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf. Acesso em: Fevereiro de 2019.

_____. **Proteção e Preservação das Missões Jesuíticas dos Guaranis**. – Acordo de Cooperação Internacional. Brasília, 1988.

_____. **Dossiê de Candidatura Missões Jesuíticas dos Guaranis** – São Miguel das Missões. Paris, França. Dezembro/1982.

UNESCO. Comitê do Patrimônio Mundial. **Relatório da Quarta Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial.** Paris, França. 01-05 de setembro de 1980. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/decisions/5208. Acesso em: Junho/2020. (Tradução livre).

_____. **Relatório da Primeira Sessão Extraordinária.** Paris, França. 10-11 de setembro de 1981. Disponível em: http://whc.unesco.org/archive/repext81.htm#148. Acesso em: Junho/2020. (Tradução livre).

_____. **Relatório da 31ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial.** Christchurch, Nova Zelândia. 23 junho – 02 julho de 2007. Disponível em: http://whc.unesco.org/archive/2007/whc07-31com-24e.pdf. Acesso em: Junho/2020. (Tradução livre)

UNESCO. Comitê do Patrimônio Mundial. **Relatório da 32ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial.** Quebec, Canadá. 02-10 de julho de 2008. Disponível em: http://whc.unesco.org/archive/2008/whc08-32com-24reve.pdf. Acesso em: Junho/2020. *Tradução livre.*

_____. **Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial**. Paris, 2005.

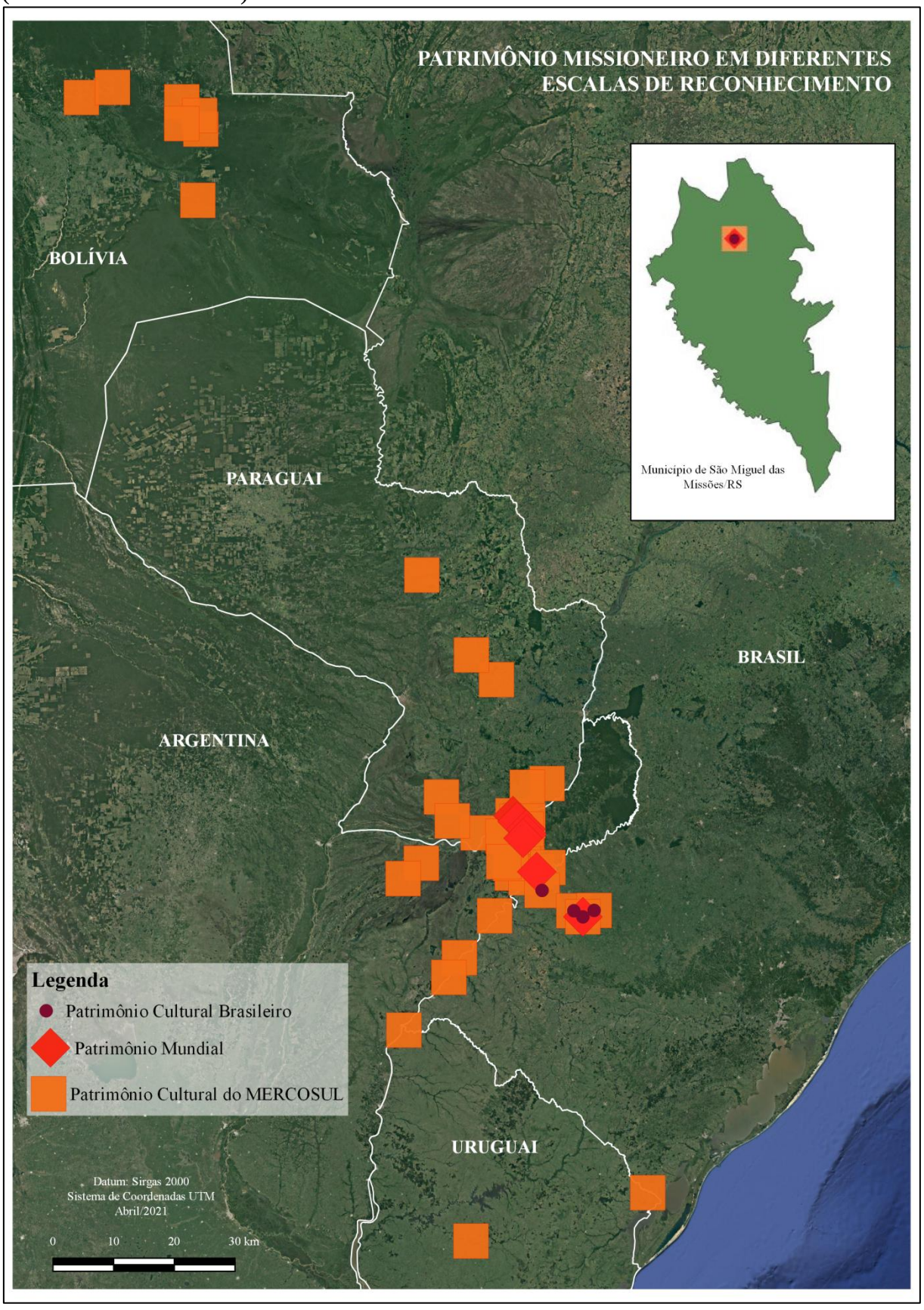
UNESCO. *World Heritage Centre*. ***Operational Guidelines for the World Heritage Committee*.** Paris, 30 de Junho de 1977. (Tradução Livre).

_____. ***Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*.** Paris, 2019.

UNESCO. *World Heritage List.* ***Jesuit Missions of the Guaranis: San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto and Santa Maria Mayor (Argentina), Ruins of Sao Miguel das Missoes (Brazil)***. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/list/275. Acesso em: Março de 2019.

VERTELO, Marcos Aurélio dos Santos. **ARAÇATIBA: Apropriação, transmissão e transição do poder simbólico num matriarcado**. Trabalho de Conclusão. UFES, 2013.

**ANEXO 1** – Mapa final do Patrimônio Missioneiro em diferentes escalas de reconhecimento (nacional e internacional)




Organização: Helena Tagarro, Abril/2021